

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE

JACQUELINE DE JESUS SILVA FERNANDES

ESTUDO CONSTRUCIONAL DE *TER QUE* E *TER DE*

GOIÁS
2020

JACQUELINE DE JESUS SILVA FERNANDES

ESTUDO CONSTRUCIONAL DE *TER QUE* E *TER DE*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros (UEG/POSLLI).

GOIÁS
2020

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina
Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

F363e Fernandes, Jacqueline de Jesus Silva
Estudo construcional de “ter que” e “ter de”
[manuscrito] / Jacqueline de Jesus Silva
Fernandes. – Goiás, GO, 2020.
108f.

Orientadora: Profa. Dra. Déborah Magalhães
de Barros.

Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e
Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina,
Universidade Estadual de Goiás, 2020.

1. Linguística - uso. 1.1. Gramática de
construção. 1.2. Modalidade deôntica. I. Título.
II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora
Coralina.

CDU: 81'36(817.3)

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM LÍNGUA, LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE
FOLHA DE APROVAÇÃO

JACQUELINE DE JESUS SILVA FERNANDES
ESTUDO CONSTRUCIONAL DE TER QUE E TER DE

Trabalho apresentado e aprovado em 07 de fevereiro de 2020 pela Banca Examinadora
constituída pelos seguintes professores:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Déborah Magalhães de Barros
UEG – Câmpus Cora Coralina
Presidente

Prof. Dra. Vânia Cristina Casseb-Galvão
Universidade Estadual de Goiás
Arguidor 1

Prof. Dr. Rubens Damasceno Moraes
Universidade Federal de Goiás
Arguidor 2

Prof. Dr. Agameton Ramsés Justino
Universidade Federal de Mato Grosso
Suplente 1

Prof. Dr. Eleone Ferraz de Assis
Universidade Estadual de Goiás
Suplente 2

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que um dia, em qualquer idade, tentaram algo que parecia impossível às suas forças.
E uma delas, sem dúvidas, é aquela a quem dedico o meu ser:
Benedita (in memorian).
Em honra ao Ernani (in memorian).
Aos filhos e esposo, como prova do imenso amor que tenho.
Às irmãs Sandra Regina e Maria Lúcia.
Aos amigos que sonharam junto comigo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a Jesus e a todos os Mentores Espirituais que me permitiram chegar até aqui.

À Professora Dra. Déborah Magalhães de Barros a quem expresso meus sinceros agradecimentos, pelo grande incentivo e por me conduzir ao inimaginável mundo do conhecimento da linguística.

À Professora Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão, a quem expresso meus sinceros agradecimentos pela orientação segura, pelo incentivo, pelos grandes ensinamentos.

Ao Professor Dr. Rubens Damasceno Moraes pela leitura criteriosa do meu trabalho e por ter aceito fazer parte desta banca de defesa.

Ao Professor Dr. Leosmar Aparecido da Silva, agradeço a leitura cuidadosa desta dissertação por ocasião do exame de qualificação.

Ao Professor Dr. Eleone Ferraz de Assis por gentilmente ter aceitado o convite de participação da banca de defesa como membro suplente.

Ao Professor Dr. Agameton Ramsés Justino por gentilmente ter aceitado o convite de participação da banca de defesa como membro suplente.

Aos meus pais, Ernani e Benedita, pelas maravilhosas lições ensinadas e por carinhosamente me acompanharem os passos.

Ao meu irmão Erick Ernani, amor desvelado sabendo reconhecer a infinitude da vida.

Às minhas Irmãs Maria Lúcia e Sandra pela preocupação, incentivos e elogios sobre força, coragem e capacidade.

Aos meus Filhos, Laura e Ernani, pelo amor desvelado, sabendo compreender os momentos do “agora não”, e conduzido a vida brilhantemente. Eu tenho orgulho de vocês.

Ao meu Marido, grande amor e companheiro. Não é mesurável a gratidão, pelas ausências, pelo apoio quase que incondicional desde o primeiro passo.

Aos filhos do coração, que Deus me trouxe, Andreia, Kamila, Guilherme e Mariana.

À minha netinha, Kesia, pela colaboração, horas de silêncio em casa e espera pela atenção da avó.

Aos meus Sobrinhos, Junior e Melissa, pela compreensão e carinho durante este período.

Aos Tios e Tias, Padrinhos e Madrinhas, Primos, enfim toda a família que oram por mim me abençoando os caminhos.

Às irmãs e irmãos em Cristo, especialmente Laura, Judith, Inelva, Fernanda, pelas orações e intercedendo a Deus e compreendendo os momentos de crises, estando sempre junto a mim.

Aos meus Amigos de Jornada Acadêmica principalmente a Cleiton, Nubia, Michely e Aline, pelo apoio sincero e ajuda em muitos dos momentos mais difíceis.

Aos meus Amigos, Adercio Domingues, Carlindo-Cotó, Nádia, Dorismar e Sueli, por me incentivarem nesta etapa e ouvirem meus desabaços, torcendo e me empurrando a seguir.

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Cora Coralina, pela oportunidade de ingresso no curso de Mestrado em Estudos Linguísticos e aos servidores técnico-administrativos do Programa e de toda a UEG pelo atendimento prestativo e por todo o suporte necessário à realização desta pesquisa.

Aos colegas do Grupo de Estudos Funcionalistas, especialmente Sônia e Cinara, pela força, pelas discussões acerca das teorias funcionalistas e pelas contribuições no trabalho.

À Secretaria Estadual de educação pela Licença Aprimoramento, me permitindo a dedicação exclusiva para esta pesquisa.

Aos Funcionários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, FAPEG, em especial ao Sr. Ricardo de Oliveira Berretta e ao Dr. Abelones José de Mesquita pela atenção dedicada a mim na ocasião da liberação da bolsa para realização desta pesquisa.

À Fundação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pela concessão da bolsa para a realização dos estudos.

“My mind is on fire to solve this most perplexing mystery. O Lord my God, good Father, I implore you in the name of Christ: do not hide these things, so familiar and yet so secret, from my longing; let me break through to them until they begin to shine by the light of your mercy, O Lord. (Confessions, 11.22)”. St Agostine.

“Minha mente está pegando fogo para resolver esse mistério mais desconcertante. Ó Senhor meu Deus, bom Pai, eu te imploro em nome de Cristo: não esconda essas coisas, tão familiares e ainda tão secretas, do meu desejo; deixe-me ir até eles até que eles comecem a brilhar pela luz da sua misericórdia, ó Senhor. (Confissões, 11.22)”. Santo Agostinho.

FERNANDES, Jacqueline de Jesus Silva. **Estudo Construcional de *ter que* e *ter de***. 2020. 108 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2020.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e descrever as microconstruções *ter que* e *ter de* em uma perspectiva construcional em usos sincrônicos do Português Brasileiro, nas modalidades falada e escrita, com enfoque especial na variante falada em Goiás. Prototipicamente essas microconstruções atendem ao subesquema *ter* (x), consideradas variantes de uma mesma variável. Os *corpora* analisados são constituídos de dados do Projeto Fala Goiana (FG), do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (NURC), registros de escrita retirados do Jornal O Popular (JP) na versão impressa, e dados de fala não sistematizados (NS), isto é, registros de usos no cotidiano mas que não constam nos *corpora* analisados. Inicialmente realizamos a seleção e quantificação das várias microconstruções modais deônticas realizadas com *ter que* e *ter de*, partindo da hipótese de apagamento de *ter de* e uma possível especialização de *ter que*. Na análise buscamos entender o percurso histórico da mudança ocorrido com o verbo *ter* como princípio para a percepção de como as microconstruções *ter que* e *ter de* atendem a mesma função sintática, semântica, pragmática e discursiva dentro das construções deônticas no PB. Essa pesquisa tem como pressuposto as teorias da Linguística Centrada no Uso (ou *Usage-based model*), princípios do Funcionalismo Clássico, da Linguística Cognitiva e em especial da Gramática de Construções. Na descrição sobre modalidade recorreremos sobretudo a Neves (2002, 2003, 2006, 2018), Lyons (1977), Dall Aglio-Hatnher (1995), Casseb-Galvão (1999, 2007). Na análise construcional nos baseamos em Bybee (2010, 2016), Heine (1995), Traugott e Trousdale (2013), além de Croft (2001), Croft e Cruse (2004). Os usos encontrados mostraram que as microconstruções estão em processo de mudança, está ocorrendo uma especialização do *ter que* tanto na fala quanto na escrita e descrevemos em uma rede conceptual dos modais deônticos, pois essa microconstrução tem se destacado como prototípico deôntico.

Palavras-chave: Modalidade Deôntica. Construção. Microconstruções *ter que* e *ter de*.

FERNANDES, Jacqueline de Jesus Silva. **Constructive Study of *ter que* and *ter de***. 2020. 108 f. Dissertation (Masters in Language, Literature and Interculturality) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2020.

ABSTRACT

This research aims to analyze and describe the microconstructions “*ter que*” and “*ter de*” from a constructional perspective in synchronic uses of Brazilian Portuguese, in the spoken and written modes, with special focus on the spoken variant in Goiás State. Prototypically, these microconstructions meet the subscheme “*ter (x)*”, considered variants of the same variable. The *corpora* analyzed belong to the data from the Fala Goiana Project (FG), from the Rio de Janeiro Oral Cult Urban Standard Project (NURC), written records from the newspaper “O Popular” (JP) in print, and non-systematized speech data (NS), that are records of daily use but not in the *corpora* analyzed. Initially, we performed the selection and quantification of the various deontic modal microconstructions performed with “*ter que*” and “*ter de*”, based on the hypothesis of erasure of “*ter de*” and based on a possible specialization of “*ter que*”. In the analysis, we seek to understand the historical course of change that occurred with the verb “*ter*” (to have) as a principle for the perception of how the microconstructions “*ter que*” and “*ter de*” fulfill the same syntactic, semantic, pragmatic and discursive function within deontic constructions in Brazilian Portuguese. This research is based on the Theories of Usage Centered Linguistics (or Usage-based Model), the principles of Classical Functionalism, Cognitive Linguistics and especially of Grammar of Constructions. In the description of the modality we refer mainly to Neves (2002, 2003, 2006, 2018), Lyons (1977), Dall Aglio-Hatnher (1995), Casseb-Galvão (1999, 2007). In the constructional analysis, we based on Bybee (2010, 2016), Heine (1995), Traugott and Trousdale (2013), and Croft (2001), Croft and Cruse (2004). The found uses have shown that microconstructions are in the process of change, there is a specialization of “*ter que*” in both speech and writing and we describe in a conceptual network of deontic modals, because this microconstruction has stood out as deontic prototype.

Keywords: Deontic modality. Construction. Microconstructions “*ter que*” and “*ter de*”.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 2

Figura 1: Arquitetura do modelo cognitivo de gramática	25
Figura 2: Modelo de estrutura simbólica forma e sentido	27
Figura 3: Representação da rede construcional	28
Figura 4: Trajetória de mudança construcional	30
Figura 5: Gradient of hierarchic relationships among constructions	31
Figura 6: Gradiente de relações hierárquicas entre construções	31

Capítulo 3

Figura 1: Escala de Modalidade	56
--------------------------------------	----

Capítulo 5

Figura 1: Modelo dos estágios de mudança categorial em <i>ter que</i>	74
Figura 2: Quadro com parâmetros de auxiliaridade das microconstruções <i>ter que</i> e <i>ter de</i>	78
Figura 3: Atribuições de significados a modalizações	92
Figura 4: Gradiente de relações hierárquicas entre construções	97
Figura 5: Rede Conceptual dos Modalizadores	98
Figura 6: Rede Conceptual da Modalidade deôntica	99

Considerações finais

Figura 1: Gradiente de relações hierárquicas entre construções	101
Figura 2: Rede Conceptual dos Modalizadores	102

LISTA DE TABELAS

Capítulo 4

Tabela 1: Transcrições selecionadas	62
Tabela 2: Quantificação das microconstruções identificadas	63

Capítulo 5

Tabela 1: Quantificação das ocorrências dos modais	68
Tabela 2: Quantificação das ocorrência operadores modais por variável social	69
Tabela 3: Transcrições selecionadas	70
Tabela 4: Quantificação das microconstruções identificadas	71
Tabela 5: Quantificação de ocorrências de operadores modais nos registros da escrita	73

LISTA DE QUADROS

Capítulo 3

Quadro 1: Principais verbos modais54

Capítulo 5

Quadro 1: Semântica dos verbos89-90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Fala Goiana - **FG**

Grupo de Estudos Funcionalista - **GEF**

Linguística Funcional Centrada no Uso - **LFCU**

Gramática de Construções - **GC**

Português Brasileiro - **PB**

Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro - **NURC**

Jornal O Popular - **JP**

Linguística Cognitiva - **LC**

Não Sistematizado - **NS**

Confira, confronto, compartilha – **cf.**

Opere citado, obra citada - **op.cit.**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - **UFRJ**

Universidade Federal da Bahia - **UFBA**

Proyecto de Estudio C. de La Norma Lingüística Culta de Las as Principales Cidades

Iberoamericanas e de La Peninsula Iberica - **PILEI**

Diálogo com dois informantes - **D2**

Diálogo entre Informantes e Dialogador - **DID**

Elocuções Formais - **EF**

Estado de Coisa - **EsC**

Gramática Tradicional - **GT**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	23
2.1 Gramática de Construções	24
2.1.1 <i>Construções</i>	24
2.1.2 <i>Relações Hierárquicas e Rede Construcional</i>	28
2.1.3 <i>Tipo de mudança: mudança construcional e construcionalização</i>	32
2.1.4 <i>Propriedades de uma construção: esquematicidade, produtividade e composicionalidade</i>	34
2.2 Linguística Centrada No Uso	36
2.2.1 <i>Categorização</i>	38
2.2.2 <i>Chunking (agrupamento)</i>	39
2.2.3 <i>Memória rica ou enriquecida</i>	41
2.2.4 <i>Analogia</i>	41
2.2.5 <i>Associações transmodais</i>	43
3 MODALIDADE	44
3.1 Conceito e caracterização	44
3.2 Histórico e tipologia	47
3.3 Modalidade Deôntica	51
4 METODOLOGIA	59
5 ANÁLISE DOS DADOS	65
5.1 Revisão da literatura segundo a Gramática tradicional	66
5.2 Apresentação dos dados	68
5.3 Funcionalidade sintático-semântico e pragmático de <i>ter que</i> e <i>ter de</i>	76

5.4 Cadeia polissêmica da microconstrução <i>ter que e ter de</i>	
5.5 Rede Construcional	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa que se dedica a analisar e descrever em uma perspectiva construcional os usos de *ter que* e de *ter de* no Português Brasileiro (PB), nas modalidades falada e escrita, com enfoque especial na variante falada em Goiás, reconhecida como Fala Goiana (FG). A partir de pressupostos de teorias de língua em uso, abrigadas na Linguística Centrada no Uso (LCU), especialmente da Gramática de Construções (GC), essas formas verbais são admitidas como construções.

As formas verbais *ter que* e *ter de* foram descritas a partir da funcionalidade de cada uma delas e tendo-se como referência a hipótese de *ter que* como uso mais frequente em função do apagamento de *ter de*, sugerindo uma provável especialização de *ter que* na função de modal deôntico no PB.

Objetivou-se de maneira geral analisar o processo de construcionalização dessas construções, no contexto de modalizadores deônticos no PB. Para isso, os objetivos se desdobraram em: a) identificar o processo de construcionalização das microconstruções como modalizadores deônticos no PB; b) especificar o papel semântico desempenhado por essas microconstruções como modais deônticos; c) verificar se *ter de* e *ter que* apresentam a mesma função semântica no uso e se atendem ao mesmo conteúdo pragmático dos verbos deônticos tradicionais; d) confirmar se realmente está havendo o apagamento do *ter de* e a especialização modal deôntica de *ter que*.

Os *corpora* analisados são da sincronia atual e pertencem ao *Corpus Fala Goiana*, ao Jornal Impresso Local - *O Popular*, e também a dados não sistematizados, observados e recolhidos no cotidiano goiano. Como a hipótese de pesquisa foi observada na modalidade falada em Goiás, que é uma variante representativa do PB, é muito provável que esse microcosmo linguístico esteja replicando um padrão brasileiro, por isso, para comprovar tal afirmativa, recorreu-se comparativamente aos dados do Projeto da Norma Culta Urbana Oral do Rio de Janeiro (NURC).

Os estudos linguísticos contemporâneos que concebem a língua como um organismo vivo e responsável por promover o processo de interação humana, entendem que a descrição linguística só pode ser realizada de maneira eficiente a partir do contexto de uso da língua. Tais estudos consideram que a língua emerge de elementos sociais e históricos mobilizados via cognição. Nesse sentido, profícuos diálogos a partir de teorias clássicas funcionalistas, especialmente as de vertente norte americana e cognitivistas têm fomentado a pesquisa e estão sendo reconhecidos como modelos baseados no uso. A Gramática de Construções, que

na verdade é um amplo paradigma, integra essa fusão teórica por ser altamente concebida a partir da linguística cognitiva. Todas as abordagens da Gramática de Construções trabalham com o conceito de construção como unidade básica da gramática e concebem a língua como uma rede interconectada de construções.

Tendo como referência a Gramática de Construções de Goldberg (1995; 2006), Croft (2001) e de Traugott e Trousdale (2013), bem como outros pressupostos que admitem que a língua se fundamenta em processos cognitivos como Bybee (2010; 2016), esta pesquisa concebe o fenômeno linguístico sob análise como construção, que é um pareamento simbólico e convencional de forma e função. (cf. Croft, 2001; Goldberg, 2006). As construções são interligadas umas às outras por vários elos ou *links*, formando uma rede.

Traugott e Trousdale (2013) propõem que a rede se organiza de maneira hierárquica em quatro níveis de construções, das mais genéricas para as mais específicas: esquema, subesquema, microconstrução e construto. Nesta análise, o esquema, o nível mais alto e abstrato da hierarquia é a modalização deôntica, que juntamente com a modalização epistêmica e a volitiva integram um esquema ainda maior, o domínio conceptual da modalização. O subesquema é **ter-x**, que no nível da microconstrução é representado por *ter que* e *ter de*. Os construtos são as ocorrências reais, empíricas dessas microconstruções, o uso efetivo observado nos dados analisados. Goldberg (2006) defende que as construções variam em níveis de complexidade e abstração e, dessa forma, a proposta de Traugott e Trousdale (2013) sobre a hierarquia da organização da rede permite observar e situar os diferentes níveis da construção proposicional deôntica. Assim, assumimos então, a construção deôntica e as microconstruções *ter que* e *ter de*.

A modalidade diz respeito ao modo pelo qual uma proposição manifesta, de alguma maneira, a opinião ou atitude do locutor sobre o conteúdo informado. É um nível linguístico no qual elementos sociais e interpessoais são mobilizados em torno da organização da informação. Neves (2006) adverte que a modalidade implica a delimitação de noções de domínio conceptual uma vez que a modalidade é essencialmente um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva. Pressupondo-se que modalidade se refere ao julgamento que o falante faz acerca do comunicado, tal julgamento pode se manifestar pelo envolvimento de elementos dos níveis linguísticos e/ou pragmático-discursivos. A modalidade é uma propriedade da frase enunciada e mantém relação necessária com o complexo de funções de que a sentença se reveste (NEVES, 2002). Segundo a autora, para a tarefa de investigação da modalidade cabe a indicação dos elementos em exame no seu uso.

Nesse sentido, para analisar microconstruções *ter que* e *ter de* consideraremos os domínios conceptuais aos quais as relações de contexto, de forma e função tornam-se geradoras das expressões de que o falante da língua se apropria para comunicar-se. Por isso, nesta pesquisa, estamos considerando a modalização como integrante de um domínio conceptual amplo e abstrato e *ter que* ou *ter de* como microconstruções modais deônticas. Então, a análise envolve elementos dos níveis sintático, semântico e pragmáticos e também os processos conceptuais que integram a construção.

O subesquema deôntico se organiza em níveis, do mais concreto para o mais abstrato, configurando, em um contínuo em nuances de: *habilidade*, *capacidade*, *necessidade*, *obrigação* e *permissão*. Temos observado o uso generalizado de *ter que* para representar qualquer um desses níveis, por isso, estamos trabalhando com a hipótese de uma especialização de *ter que*, conforme nas ocorrências em (1), (2), (3), (4) e (5):

- (1) ele fazia uma compra e ía embora largava nós aí::: pra nós se virá... aí nós... ***tinha que se virá*** né? (FG)
- (2) [...] às veis minha irmãs trabalhava de doméstica... aí::: vei a necessidade... mesmo a gente que era homem... i::: aprendê tamém a cozinhá... aí eu já fui prá roça mais meu pai... então sê vai conzinhá pra nós lá... i eu ia... eu ia conzinhá pra es lá... as veis tinha veis que ele tava com sete companhêro no serviço... pegava empreita né... de passo pá roçá... i as veis ele tava até com quatorze companhêro... e ***tinha que conzinhá pra todos***... e levá no serviço... as veis eu num dava conta de levá... ele vinha prá ajudá a levá as malmita... por que eu era muito pequeno... muito fraco... e aí::: eu fui aprendeno aí eu já ia levava as malmita e já levava o arroz tamém... aí ficava lá... levava... pessoa almoçava... e eu já ficava roçano até da hora de voltá pá fazê a merenda...(FG)
- (3) [...] acho que isso tamém atraves da família se a esposa ajudá o esposo vai pra frente... mais se num ajudá num tem como... num tem como só um... só uma cabeça fazê as coisa acontecê acho qui ***a esposa tem que sê sábia*** né? tem que ajudá mais o esposo... tentá conversá se num... num... num resolvê em conversa é pedi Deus... né? tem que tá pedino Deus né? qué muito dificil e ele acabô com tudo e hoje em dia ele é uma pessoa muito... eu... eu vejo muita tristeza nele... ele dá tudo pra família pra muié pros fii e hoje em dia () do jeito qu/ele tá... morano na casa da minha mãe... mesmo assim ele... ele ainda tem força... tem porque (FG)

(4) mais aquele pé... só uma formiga mordê... qu/ela mechia com horta... é só pegá uma formiga quema quema naquele pé que inframava... ***tinha que trazê ela pra tratá né?***... Daí a última veis que... qu/ele deu infecção... ela num quis vim... ficô comprano... eu fiquei comprano remédio qu/ela usô da última veis... (FG)

(5) Inf. É:: plantá i cuidá... ***tem que cuidá***...

Doc. I como é o plantio... é:: semente... é o que que é?

Inf. É semente... Doc. Muda?

Inf. Não... semente...

Doc. É semente?

Inf. Com a semente vai... um processo pouco puxado... (FG)

(6) Doc. Não, mas eu quero saber como é o processo... eu nunca vi... pode me contá...

Inf. ***Tem que plantá a semente... ()... aí tem que:: bater o veneno pra::... na fava...controlá o mato...***

Doc. Hurrum...

Inf. ***Na hora que tivé maduro tem que...rancá o feijão...*** batê o feijão pra podê... (FG)

Nos usos acima, podemos observar a alta produtividade do uso do verbo *ter* como modal deôntico assumindo a função modalizadora para expressar habilidade em (1) e (2), em (3) capacidade, em (4) necessidade, em (5) obrigação e em (6) permissão.

Embora, em princípio, o uso indique as formas *ter de* e *ter que* como alternantes com o mesmo valor modal, representantes da gramática tradicional prescrevem diferentes usos para cada uma das construções: *ter que* + *infinitivo* é um uso informal e *ter de* + *infinitivo* é mais formal e o indicado para a modalidade escrita, conforme Luft (2003).

Para Ferreira (2009), a construção *ter que* + *infinitivo* “é menos recomendável” e para Rocha Lima (2008) é um “fato da língua”, um uso “amplamente consagrado” na modalidade falada. Da mesma forma, Houaiss e Villar (2001) e Bechara (2006) consideram o uso dessa construção “mais moderno”, conforme podemos observar:

Observações: 1.^a) Em vez de *ter* ou *haver de* + *infinitivo*, usa-se ainda, mais modernamente, *ter* ou *haver que* + *infinitivo*: tenho que estudar. Neste caso, *que*, como índice de complemento de natureza nominal, funciona como verdadeira

preposição. Não se confunda este que preposição com o que pron. relativo em construções do tipo: nada tinha que dizer, tenho muito que fazer, etc. (BECHARA, 2006, p.191)

No Português Brasileiro convencionalmente conforme a gramática tradicional utiliza-se como padrão de modalizadores deônticos as construções com os verbos *poder*, *dever* e *precisar* com os sentidos de dever, obrigação e necessidade (BECHARA, 2006). Entretanto, de acordo com linguistas contemporâneos, há utilização das formas *ter de* e *ter que* comutadas dentro dos mesmos parâmetros de uso dos modais deônticos, como se observa em dados de fala e também em registros formais de escrita. Está havendo, então, mudança nas escolhas dos modais pelos usuários da língua, indicando uma predominância de *ter que* para construção deôntica.

Esta pesquisa é essencialmente qualitativa, mas recorre aos dados quantitativos para atestar a frequência de uso, que é um dos elementos significativos para atestar a produtividade de uma construção e o seu nível de implementação. No *corpus* Fala Goiana, os usos das microconstruções *ter que* e *ter de* representam 71,2% do total de usos na mesma função como modal deôntico, daqueles realizados com outros verbos modais. E dentro desse número o índice de *ter que* é muito superior ao de *ter de*. A situação torna-se ainda mais acentuada quando se observa que também nos registros da modalidade escrita encontrados no Jornal *O Popular* – supostamente um uso formal – o uso da microconstrução *ter que* é superior à da sua concorrente, *ter de*.

Compreendendo que a língua é um espaço de mudanças, percebemos que os falantes ao recorrerem à categoria dos deônticos têm favorecido a escolha por *ter que* para diferentes usos contextuais da modalização (NEVES, 2002; 2006). Assim, em uma perspectiva construcional e admitindo que a modalização é um amplo domínio conceptual, temos aventado a hipótese de que o falante tem pareado o esquema construcional utilizando as formas verbais *ter de* e *ter que* como opções formais para representar o subesquema da modalidade deôntica, no entanto conceptualmente nesse par de forma e significado a microconstrução *ter que* especializou-se e, por isso, tem preeminência no uso. Os fatores prováveis para essa opção podem ser a imposição da norma culta para o *ter de* em contextos mais formais possibilitando uma ampliação de uso na língua cotidiana, em especial a falada, que criou força está dominando também nos contextos formais, inclusive na modalidade escrita, bem como uma dessemantização da conjunção *de*, especialmente em uma situação de concorrência com *que*, o qual por si é um complementatizador universal.

Os dados apresentados neste trabalho demonstram a alta frequência no uso de *ter que*, (85%), porém consideramos as evidências de usos de *ter de* tipicamente em situações com níveis mais altos de monitoramento de fala e escrita, conforme pode-se observar no Capítulo 5. Devido a esta situação consideramos o estudo construcional das microconstruções de *ter que* e *ter de*, apresentando de forma mais sistematizada a compreensão da rede conceptual e tratando sobre a modalidade deôntica à qual as duas microconstruções participam tornando-se prototípicos no PB.

Nessa perspectiva, orientamos esta pesquisa buscando responder aos seguintes questionamentos:

- a) Qual a funcionalidade sintático-semântico e pragmático de *ter de* e *ter que*?
- b) Essas formas se diferenciam pelos contextos de uso considerando a cadeia polissêmica da modalidade epistêmica?
- c) Como é constituída a rede construcional da modalidade deôntica representada pelas formas verbais do verbo *ter* considerando os postulados da Gramática de Construções?
- d) O que essa rede revela a respeito da funcionalidade dessas formas verbais?
- e) As duas formas constituem *types* diferentes ou são *tokens* diferentes para um mesmo *type*?

Com o intuito de atingir os objetivos propostos e responder aos questionamentos, esta dissertação está organizada em seis partes, sendo esta introdução a primeira delas. No capítulo 2, discorreremos sobre os pressupostos teóricos da Linguística Centrada no Uso abordando sobre os princípios gerais que norteiam o Funcionalismo e a Linguística Cognitiva. Nesse capítulo abordaremos sobre os processos cognitivos gerais e processos de mudança e especializações na língua segundo o modelo da Gramática de Construções com base em Croft (2001), Bybee (2010, 2016), Goldberg (2006) e Traugott e Trausdale (2013).

No capítulo 3, versaremos sobre a Categoria da Modalidade, apresentando o estatuto de funcionamento, a subcategorização e os tipos de modalidades. Para a elaboração deste capítulo recorreremos às pesquisas de Casseb-Galvão *et al.* (2007), Casseb-Galvão (1999), Dall’Aglio-Hattner (1995), Hengeveld e Mackenzie (2008), Lyons (1977) e Neves (2002, 2006, 2018).

No quarto capítulo, detalhamos a metodologia adotadas na pesquisa no que tange à delimitação do objeto, aos *corpora*, à tipificação da análise e aos referenciais teóricos que norteiam a investigação.

No capítulo 5, consta a análise dos dados nos quais buscou-se apresentar as respostas aos questionamentos com base na Gramática de Construções, tendo em vista os dados contidos no *corpora* que confirmam as hipóteses levantadas.

E, por fim, na última seção, indicamos algumas das principais conclusões a que chegamos.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Os pressupostos que norteiam esta pesquisa são fundamentados em teorias filiadas à corrente conhecida como Linguística Centrada no Uso (LCU) ou, como vem sendo denominada no Brasil, Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Essa vertente de pensamento, por sua vez, refere-se ao *Usage-based model*, uma proposta de Bybee (2010) para designar modelos teóricos que privilegiam análises a partir do uso da língua porque acreditam que o uso, por meio de elementos externos ao sistema linguístico, impactam a forma da língua, a sua estrutura, a sua gramática.

Martelotta (2011) afirma que alguns autores utilizam os termos acima aludindo à análise das línguas que refletem a junção das pesquisas realizadas a partir de teorias de representantes da Linguística Funcional Clássica de vertente norte americana, como Elizabeth Traugott e Joan Bybee, e da Linguística Cognitiva, como Charles Fillmore, William Croft e Ronald Langacker.

Além dos pressupostos da LCU, esta pesquisa também faz uso dos pressupostos e conceitos da Gramática de Construções que constitui, na verdade, um paradigma com diversas abordagens fortemente inspiradas e vinculadas à Linguística Cognitiva. As diversas teorias da Gramática de Construções compartilham a concepção de que a língua é formada por construções, que são pareamentos simbólicos entre a forma e a função, todas interconectadas em uma rede (LANGACKER, 1987; CROFT, 2001). A construção é a unidade básica para a análise linguística.

Sendo assim, este trabalho se baseia no modelo de análise e nas teorias do Funcionalismo Clássico, da Linguística Cognitiva e, principalmente, da Gramática de Construções. São teóricos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa: Bybee (2010; 2016), Croft (2001), Croft e Cruse (2004), Goldberg (1995; 2006), Traugott (2010; 2011; 2012), Trousdale (2013), Traugott e Trousdale (2013), entre outros.

Goldberg (2006), Traugott (2010; 2012) e Traugott e Trousdale (2013) afirmam que a língua constitui um sistema simbólico de pares forma-função que são organizados por intermédio de uma rede. Bybee (2010) postula que a gramática da língua é entendida como uma organização cognitiva da língua e que há construções que afetam as representações cognitivas. Uma vez alteradas e utilizadas com frequência, essas construções podem passar por um processo de reelaboração resultando novos usos e, por conseguinte, novas construções. É nesse processo de reelaboração que percebemos que a gramática pode ser afetada pelo uso

da linguagem, o que justifica o estudo e a elaboração de uma gramática baseada no uso para compreender a língua.

Nesta seção abordaremos a Gramática de Construções e a Linguística Centrada no Uso apresentando seus principais pressupostos e conceitos e estabelecendo os pontos que serão cruciais para a análise do fenômeno em questão.

2.1 Gramática de Construções

A Gramática de Construções permite observar a organização da língua como uma rede de construções, bem como os processos e os tipos de mudança pelas quais passa.

2.1.1 Construções

O termo “construção” nas esferas dos estudos linguísticos data o primeiro século com Cícero, desde então o conceito tem passado por alterações, acréscimos e ajustes de acordo com os níveis de pesquisa (TROUSDALE, 2008). Esse termo é também encontrado na gramática tradicional, no gerativismo, no cognitivismo e em diversas outras áreas de estudos da linguagem humana, portanto a filiação ao qual se vincula uma pesquisa é extremamente importante para a definição do termo “construção”. Por essa razão, traçaremos o percurso teórico pelo qual esta definição será tratada.

A gênese da noção de construção se dá a partir de teóricos vinculados à Linguística Cognitiva cuja perspectiva fundamenta-se em dois princípios que correspondem ao reconhecimento de duas funções básicas da linguagem: i) “a linguagem é um sistema simbólico do próprio processo de conceptualização e se estrutura numa rede hierárquica; ii) a linguagem é um meio de comunicação e interação”. (SILVA; BATORÉO, 2010, p. 30)

Dessa maneira, o primeiro princípio de acordo com os fundamentos basilares da Linguística Cognitiva define que as unidades da língua/gramática são unidades simbólicas, ou seja, são pares indissociáveis de sons e significados, e estas unidades por sua vez compreendem estruturas semânticas, estruturas fonológicas e conexões simbólicas entre as estruturas. São aspectos imprescindíveis deste princípio, a indissociabilidade da gramática e da semântica e o contínuo entre léxico e gramática.

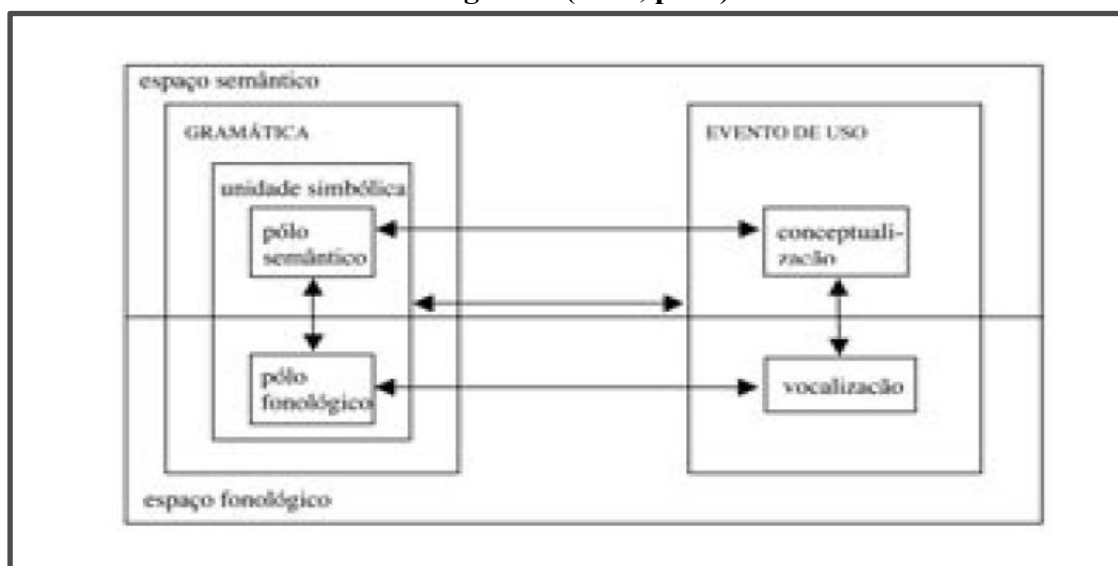
A partir desse contínuo é que se configura a construção, entendida como padrão coerente de combinação de palavras ou morfemas que estabelece um par de formas e

significado. A gramática¹ não é um sistema de regras, mas um inventário estruturado por relações de categorização de esquema-instância e de protótipo-extensão, relações de inclusão, integração e outras, e as rotinas cognitivas convencionalizadas são constituídas por unidades linguísticas que simbolizam conceptualizações (SILVA; BATORÉO, 2010).

Considerando o segundo princípio, a LC estabelece que a gramática deve ser um modelo baseado no uso, pois todas as unidades linguísticas são abstraídas de eventos de uso, traduzidas pelo conhecimento de como a língua é usada. O conhecimento emerge do uso, e não há espaços para a distinção entre o conhecimento e o uso da linguagem. Esse princípio nega a ideia de “competência ou performance”, uma vez que é no uso que a linguagem se constrói e se constitui, não há um sistema de regras ou autonomia derivacional, mas um inventário ou repositório constituindo-se como rotinas cognitivas na mente dos falantes estabelecidas pelo uso em uma comunidade linguística (SILVA; BATORÉO, 2010).

Silva e Batoréo (2010) apresentam no diagrama representado na Figura 1 a arquitetura básica do modelo cognitivo de gramática, adaptado de Langacker (1987, p. 77) explicitado a seguir:

Figura 1 - Arquitetura do modelo cognitivo de gramática, adaptado de Langacker (1987, p. 77)



Fonte: SILVA; BATORÉO, 2010, p. 231.

¹ Nesta teoria gramática é um inventário estrutural de unidades linguísticas. Entendida como um sistema de estruturação conceptual que envolve capacidades cognitivas gerais, como a percepção, a atenção, a categorização, a memória, os conhecimentos que temos sobre o mundo, integrando assim uma semântica enciclopédica; e mecanismos imaginativos como a metáfora e metonímia, a mesclagem conceptual, a evocação de entidades fictivas (SILVA; BATORÉO, 2010, p. 230) (Grifos do autor).

Nesta figura, os autores apresentam a ideia de Langacker (1987) de que a utilização de uma unidade simbólica em determinado evento de uso implica tanto um espaço semântico, compreendendo o significado, quanto um espaço fonológico, compreendendo a forma. A parte que representa a Gramática expressa o conhecimento convencionalizado na mente do falante, e a representação do Evento de Uso expressa o próprio uso. No espaço do Evento de Uso encontra-se a vocalização e a conceptualização, ou seja, o som e sua interpretação. As setas horizontais indicam as conexões de codificação ou correspondências entre as unidades que se convencionalizam na mente do falante e os sons e interpretações que são acionados em situações de uso linguístico. As setas verticais representam as conexões simbólicas que conectam som e significado (SILVA; BATORÉO, 2010).

De acordo com essas definições é possível perceber que em (1) o falante anuncia um evento de uso no espaço semântico acionando os esquemas mentais, enquanto realiza a fala no espaço fonológico. O falante, ao organizar o pensamento sobre o assunto tratado, segue descrevendo um contexto em que utiliza a forma *ter que* para expressar ora uma necessidade ora uma obrigação nas circunstâncias de *observar e sair de perto* nas situações de risco impostas pela orientação paterna.

Observa-se que na mente do falante há a conceptualização para um determinativo de obrigação e necessidade ao qual o verbo *ter + que* de forma empacotada consegue acionar no ouvinte ambos significados. Não há a dissociação da forma verbal *ter* do pronome relativo *que*, funcionando neste caso como uma conjunção, nos usos presentes em (1) a construção *ter que* exercem função de modalizador deôntico².

- (1) Justamente... aí nós ia na festa... justamente meu pai... era muito sistemático... então não... não gostava qu/as filha... moça... muié dançava com home beBADO... tivesse bêbado... mais num podia injeitá tamém... qu/es brigava... então a gente **tinha que ficá oiano**... cêis viesse pro lado da gente... a gente saía... saía ali... chamava otro pra dançá...se fosse dança com ele dava briga... aí num podia... então **a gente tinha que disFALÇÁ sem ele vê**... (FG)

² Os modularizadores deônticos serão tratados na seção 3.

Para Croft (2001)³ a construção pode ser representada pela estrutura simbólica demonstrada na Figura 2:

Figura 2 - Modelo de estrutura simbólica proposto por Croft (2001) e Croft e Cruse (2004)



Fonte: Croft (2001) e Croft; Cruse (2004).

Croft (2001) e Croft e Cruse (2004) consideram que ambas as dimensões, contexto de forma e contexto de sentido, motivam e são motivados pelo uso. A trajetória correspondente tem como base a correlação de forma e função. Portanto, o uso contextualizado leva em consideração os seis fatores correlacionados e favorecem o estudo diacrônico, etapas de gramaticalidade, e o estudo sincrônico, níveis de gramaticalidade.

A Gramática de Construções inspirada em Filmore (1988; Filmore *et al.* 1988) e desenvolvida por Goldberg (1995; 2006) trabalha com um modelo de construção voltado para a sintaxe, uma vez que as construções podem ser desde unidades monomorfêmicas até padrões mais complexos, tais como aqueles observados na organização sintática a exemplo da voz e da transitividade. Em qualquer um dos níveis, sempre são exploradas as relações entre significado da construção e o significado das partes.

Goldberg (1995) propõe que uma mesma construção tende a apresentar um sentido central e pode estar ainda pareada com outros significados distintos, mas correlacionados por meios de extensões metafóricas e metonímicas, configurando a polissemia construcional.

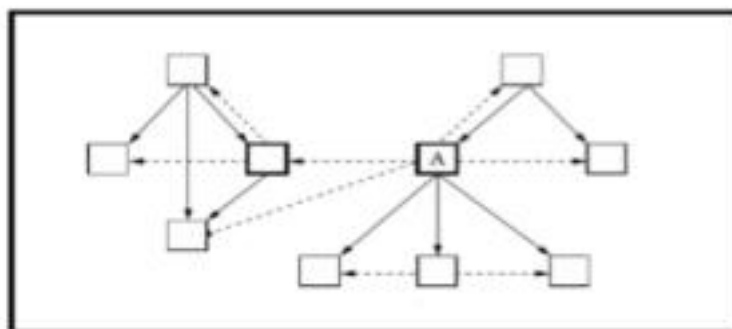
³Croft (2001) é representante da *Gramática de Construções Radical*. Essa teoria se afirma mais em relação à Gramática de Construções do que em relação à Gramática Cognitiva, apresenta-se como “radical”, por quatro razões: (i) considera as categorias gramaticais (classes de palavras e funções sintáticas) não como primitivos, mas como construções específicas; (ii) define as construções como unidades básicas de representação sintática; (iii) não existem relações sintáticas como entidades independentes da construção; e (iv) cada língua possui construções específicas.

Também para Bybee (2010), a construção pode ser determinada pela sua complexidade e deve apresentar no mínimo uma categoria esquemática.

2.1.2 Relações hierárquicas e rede construcional

Traugott e Trousdale (2013) afirmam que as construções se organizam através de redes, com nós e *links* de forma hierarquizada, e quanto maior a similaridade entre as construções maiores as possibilidades de elas se encontrarem mais próximas. Podemos, assim, perceber a apresentação da rede na Figura 3:

Figura 3 - Representação da rede construcional, segundo Langacker (2008)



Fonte: Langacker (2008).

Dessa forma, em uma perspectiva construcional, a linguagem é conceptualizada como uma rede conceitual. Conceitual por ser cognitiva e rede por ser um sistema de entidades interconectadas. A estrutura da linguagem é definida como uma rede organizada por construções de níveis de complexidade e abstratização variados, partindo dos níveis mais simples e concretos para os mais complexos e abstratos, dos morfemas à construções subordinativas ou coordenativas, por exemplo. Cada novo nó que surge na rede pode a reconfigurar com novas conexões entre as construções. A Figura 3 representa uma rede construcional, organizada de forma hierárquica, uma vez que as propriedades de construções de nível mais baixo são previsíveis a partir de construções mais gerais. Essa rede é composta por nós que retratam os esquemas, subesquemas e as microconstruções na hierarquia construcional⁴ (LANGACKER, 2008).

Para Traugott e Trousdale (2013) é crucial que se entenda os conceitos de “nós” e “elos entre nós” para a compreensão de uma rede. Os autores também explicam que o nó é o

⁴ Tratados mais à frente de maneira mais detalhada a partir das figuras 4 e 5.

agrupamento de itens/esquemas com propriedades semelhantes, composto por membros de uma família com acessibilidade para a construção e graus de entrincheiramento e, por sua vez, os elos são ligações que interconectam entre os nós.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), cada nó designa uma construção em algum nível de abstração. Um só nó abrange uma forma e um sentido, com alternâncias em graus de complexidade e especificidade, abrindo possibilidade de estabelecer *links*⁵ semânticos, pragmáticos, discursivos, sintáticos, morfológicos com outro nó, estabelecendo, dessa forma, vínculos por meio de *links* a outros nós da rede de variadas maneiras.

Os autores também afirmam que uma rede compreende quatro níveis: esquema, subesquema, microconstrução e construto, sendo que: o esquema possui uma natureza abstrata, abrange estruturas complexas com diversas possibilidades de preenchimento das suas posições, *slots*; os subesquemas envolvem o conjunto de similaridades observáveis entre construções individuais diversas; as microconstruções compreendem as construções individuais, já convencionalizadas e produtivas na língua; e, finalmente, os construtos, caracterizados como o *locus* de mudança, consistem em ocorrências atestadas empiricamente, e se relacionam à frequência *token*, que se refere ao número de ocorrências de determinada construção. Relacionando-se ao nível do esquema, dos subesquemas e das microconstruções, a frequência *type* refere-se ao número de expressões possíveis para uma determinada categoria (BYBEE, 2011).

Da mesma maneira como as construções, as microconstruções, de que trata o exemplo acima, derivam das construções mais abstratas e representam sequências repetidas de palavras que são empacotadas em conjunto na cognição, acessadas como uma única unidade. Contudo, ao contrário das construções, as microconstruções são totalmente preenchidas em sua estrutura, não possuem espaços vazios ou *slots* como são designados os espaços na construção.

A Gramática de Construções, nessa perspectiva, descreve a gramática como uma rede de esquemas em que os itens lexicais compõem a parte inferior da rede e os esquemas mais abstratos compõem a parte superior da rede. Dessa maneira, as formas *ter de* e *ter que* irão compor esquemas inferiores da rede e os modalizadores deônticos, os esquemas superiores.

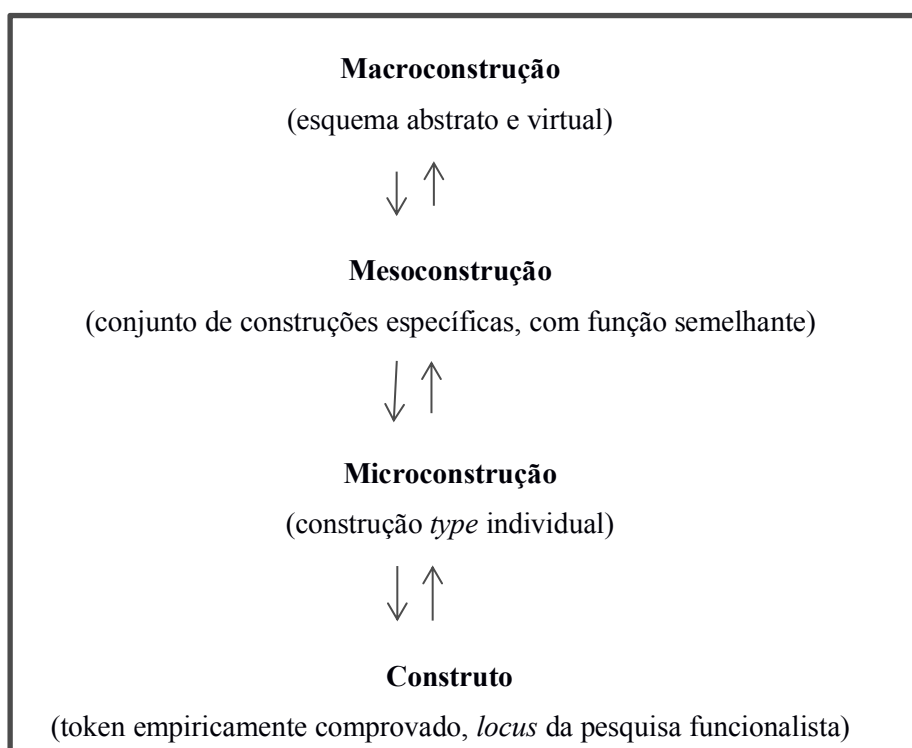
E, ainda podemos constatar que as construções não são padrões linguísticos simplesmente descritos pela morfossintaxe ou pela semântica, isto é, a construção deve ser compreendida através do emparelhamento entre forma-significado, por esse motivo a

⁵ Por *link* entende-se as possibilidades de traços de ligação entre os diversos níveis ou sentidos entre as construções.

combinação dos seus aspectos morfossintáticos/ semânticos não correspondem à soma da significação das partes (GOLDBERG, 2006).

Traugott e Trousdale (2013), com foco na forma e significado, lançam uma atenção na análise sobre o conjunto mínimo de níveis de construções, com ordenação a partir de três níveis hierárquicos, que se constituem em: Macroconstrução, Mesoconstrução e Microconstrução, conforme apresentado na Figura 4:

Figura 4 - Trajetória de mudança construcional



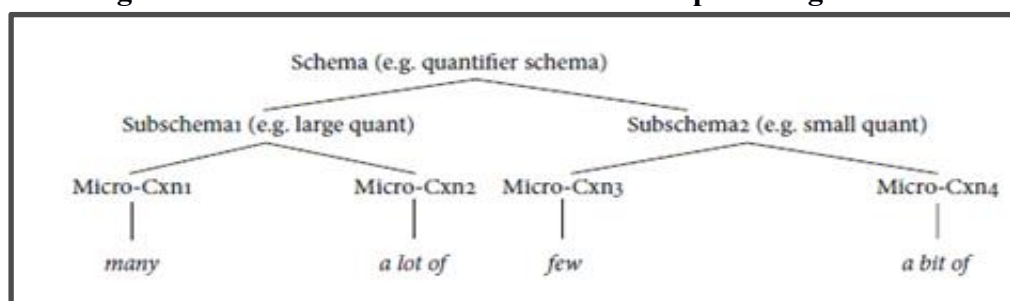
Fonte: TRAUGOTT, 2008, p. 235.

Buscando manter o foco na forma e no significado, como sugerido anteriormente, os teóricos supracitados, também propõem que o conjunto mínimo de níveis construtivos como uma heurística para descrição e análise das mudanças construcionais: esquemas, subesquemas e microconstruções, mas essas não são distinções absolutas e, com o tempo, os relacionamentos entre eles podem mudar. As microconstruções, por sua vez, são instanciadas em uso por construtos ou *tokens* empiricamente atestados, instâncias de uso em uma ocasião específica, proferidas por um falante em particular (ou escrito por um escritor em particular) com um propósito de comunicação específico. As construções são muito ricas, imbuídas de grande significado pragmático, muitas das quais podem ser irrecuperáveis fora do evento de

fala em particular. As construções faladas contêm recursos fonéticos específicos que raramente são replicados, dependendo do contexto.

Assim para qualquer conjunto de esquemas na hierarquia construtiva em que a análise descreva o nível mais alto sempre será um esquema (parcial). Como estes as muitas microconstruções são subespecificadas. A Figura 5, resume e exemplifica as distinções, usando o exemplo da construção do quantificador. No nível mais alto, inclui todos os tipos de quantificadores, indicando quantidade grande, pequena ou intermediária, ou binominal e monomorfêmica. No nível intermediário dos subsquemas, são feitas distinções entre grande, pequeno e intermediário, e no nível mais baixo existem vários tipos de microconstrução.

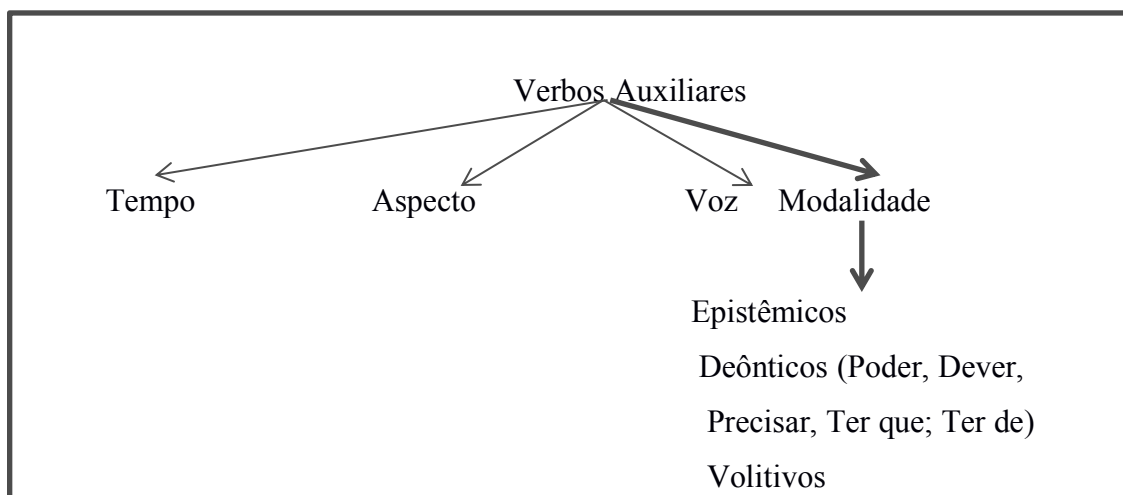
Figura 5 - Gradient of hierarchic relationships among constructions



Fonte: Traugott e Trousdale, 2013, p. 17.

Como exemplo podemos citar que “may” em Inglês, e “poder” em Português Brasileiro, é uma microconstrução do subsquema modal, que pertence ao esquema dos auxiliares, assim temos:

Figura 6 - Gradiente de relações hierárquicas entre construções⁶



⁶ Referências conceituais: NEVES, 2018, p. 164.

Fonte: Elaborada pela autora

Para Traugott e Trousdale (2013), o grau de esquematicidade é associado às relações de hierarquia entre elas. Quanto mais esquemática for uma construção, mais alta ela estará na hierarquia de inter-relações com outras construções menos esquemáticas, além disso, quanto maior seu nível de esquematicidade, maior o nível de abstração. As associações ao esquema constituem instâncias, *types*, compondo os subesquemas, que instanciam outras de nível mais inferior, microconstruções que são realizadas pelos construtos ou *tokens*.

Enfim, para Traugott e Trousdale (2013), a relação entre os padrões construcionais ocorre hierarquicamente por três níveis, esquema, subesquema e microconstrução, e nesta última são instanciadas pelos construtos que designam os *tokens*. Assim temos que, na hierarquia construcional apresentada, os modais constituem o nível do esquema, as nuances deônticas constituem o subesquema, e as microconstruções são instanciadas pelos construtos nas formas de uso *ter de* e *ter que*, instâncias concretas da língua.

2.1.3 Tipos de mudança: mudança construcional e construcionalização

Retomando o modelo proposto por Traugott e Trousdale (2013), que trata a mudança linguística com base na noção de rede construcional, as mudanças são caracterizadas como mudança construcional e construcionalização:

construcionalização é a criação de nova forma - novo significado (combinações) de signos. Ela forma novos tipos de nós, que têm nova sintaxe ou morfologia e um novo significado codificado na rede linguística de uma população de falantes. Ela é acompanhada por mudanças no grau de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micro-passos e, por conseguinte, é gradual. Novas micro-construções podem também ser criadas de forma gradual, mas elas também podem ser instantâneas. Micro-construções gradualmente criadas tendem a ser procedurais, e micro-construções instantaneamente criadas tendem a ser conteudísticas. (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p.22)⁷.

A construcionalização implica o desenvolvimento de uma nova construção na língua, um novo pareamento com nova forma e novo significado independentemente do tamanho.

⁷Cf. trecho original: “Constructionalization is the creation of form_{new} - meaning_{new} (combinations of) signs. It forms new type nodes, which have new syntax or morphology and new coded meaning, in the linguistic network of a population of speakers. It is accompanied by changes in degree of schematicity, productivity, and compositionality. The constructionalization of schemas always results from a succession of micro-steps and is therefore gradual. New micro-constructions may likewise be created gradually, but they may also be instantaneous. Gradually created micro-constructions tend to be procedural, and instantaneously created micro-constructions tend to be contentful.”

Tomando como referência a visão da língua como uma rede, a nova construção significa um novo nó na rede, que pode ser “procedural” (signo gramatical) ou lexical (signo com conteúdo). Construcionalização gramatical significa nova forma e novo sentido. Já mudança construcional acontece em alguma parte de uma construção já existente, afetando somente algum dos componentes da construção, não havendo simultaneamente alteração na forma e no sentido, basta a mudança em apenas um dos componentes dessas duas interfaces já se constata uma mudança construcional. Nem toda mudança construcional resulta em uma construcionalização, mas a construcionalização se inicia em uma mudança construcional, uma micromudança.

Neste trabalho, utilizamos o termo construcionalização com base nos estudos de Traugott (2008; 2011; 2012) e Traugott e Trousdale (2013) para designar a formação de novos pares simbólicos a partir de pequenos passos de mudança da forma e da função linguística de uma construção. Dessa maneira, a forma *ter de* e *ter que* não correspondem apenas a inovação da linguística feita pelos falantes, mas aos pareamentos convencionalizados de forma e significado.

Outro ponto ainda a se considerar dentro da trajetória de mudança construcional apresentada é que os mecanismos de mudanças podem ocorrer tanto em um sistema *top down* e *bottom up* (de cima para baixo e de baixo para cima), as setas para baixo representam o caminho da fixação de construções, através de neoanálises, e o contrário, as setas para cima, fornecem base para a representação da criação de novos exemplares, por analogização.

Para Traugott (2012), além da mudança de forma na estrutura, tanto no aspecto sintático quanto semântico, a neoanálise prevê também uma nova interpretação por parte do interlocutor. A mudança linguística pode ocorrer de forma gradual, através de micropassos que vão desde uma mudança construcional até uma construcionalização. É importante ressaltar que um novo signo linguístico é criado diante de um novo pareamento entre forma e significado, com micromudanças tanto na forma quanto no significado.

Por sua vez, a analogização caracteriza-se por um processo de mudança que ocasiona correspondências de forma e de significado que não existiam anteriormente, isto é, novas construções são criadas com base em construções já existentes. Ocorre quando comparações exibem alto grau de similaridade mesmo que os elementos comparados tenham poucos atributos em comum. A analogização implica em vários processos cognitivos como categorização, memória rica, metáfora e metonímia, (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2016), por serem pertencentes aos estudos ligados aos processos cognitivos gerais

caros tanto à Gramática de Construções quanto para à Linguística Centrada no Uso, optou-se que esses processos fossem discutidos na seção que aborda a LCU.

2.1.4 *Propriedades de uma construção: esquematicidade, produtividade e composicionalidade*

Uma análise construcional que segue os pressupostos de mudanças apresentados por Traugott e Trousdale (2013) considera ainda três propriedades de uma construção cruciais para a formação da rede construcional: a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade.

A esquematicidade é uma propriedade de categorização que envolve abstração. Nesse sentido, esquemas são grupos abstratos, semanticamente gerais, de construções percebidas pelos usuários da língua como estreitamente relacionadas na rede construcional. A esquematicidade envolve o preenchimento de posições por uma variedade de palavras ou sintagmas (BYBEE, 2016).

A noção de esquematicidade está, segundo Traugott e Trousdale (2013), intrinsecamente relacionada à noção de rede construcional, uma vez que as mudanças linguísticas são interligadas e as construções da língua estão relacionadas com base no estabelecimento de redes taxonômicas hierarquicamente organizadas. Na visão dos autores, esquemas e subesquemas são as subpartes do sistema linguístico que o linguista escolhe para discussão e análise. Não são representações mentais, embora nada impeça a sobreposição entre essas representações e as categorias de linguistas.

Produtividade é outra propriedade da construção que, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), é gradiente, na medida em que relaciona-se ao grau com uma construção mais esquemática sancionando outras menos esquemáticas. Bybee (2010) denomina isso de frequência *type*, definida como quantidade de expressões que um mesmo padrão pode formar, ou seja, para ela quando há uma expansão da classe ocorre de forma gradativa aumentando as categorias que agregam à rede de uma construção matriz, configurando novas relações semânticas e sintáticas não previstas prototipicamente⁸ na forma-função da construção.

Traugott e Trousdale (2013), além da frequência *type* proposta por Bybee (2003 e outros), definem a frequência *token*, que se refere quantidade de vezes que um mesmo item

⁸ Relacionado ao prototípico: exemplares típicos, mais representativos, ou, melhor, representações mentais destas entidades (assunto que trataremos mais detidamente na próxima seção).

ocorre em determinado contexto. Quando uma nova construção surge, ela se espalha gradualmente aumentando sua frequência de uso, levando à rotinização e à automatização. (BYBEE; MCCLELLAND, 2005 apud TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p. 18). A rotinização e convencionalização são fatores chave para a produtividade, e são resultantes do uso e da repetição.

Além da esquematicidade e da produtividade, a composicionalidade é fundamental para a constituição de uma construção. Composicionalidade é geralmente pensada em termos do significado das partes para o todo e nas combinações sintáticas das construções. Dessa forma, essa propriedade preocupa-se com a extensão do vínculo entre forma e significado. A sintaxe é composicional quando constrói expressões complexas recursivamente, e a semântica é composicional quando constrói os significados das expressões maiores com base nos significados das menores, ou seja, palavras ou até mesmo morfemas (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Na perspectiva da construção, a composicionalidade é a correspondência ou incompatibilidade entre os aspectos da forma e os aspectos do significado. Assim, se uma construção é semanticamente composicional quando o falante produz uma sequência convencional sintaticamente e o ouvinte entende o significado de cada item composicional e, é claro, a decodificação do significado do todo. O oposto, isto é uma construção não composicional, ocorre quando há incompatibilidade entre o significado dos elementos individuais e do significado do todo, conforme podemos verificar em (2) e em (3):

(2) Chutei a bola para frente (NS)

(3) Chutei o pau da barraca (NS)

Em (2) é composicional, pois o verbo *chutar* refere-se à ação de chutar, o objeto da ação é convencionalmente a bola, como recurso complementar da construção o advérbio de lugar indica a direção para o qual a bola foi arremetida pelo meu pé. Já em (3) é uma construção não-composicional, uma vez que os elementos não correspondem aos significados das partes, “chutar o pau da barraca” corresponde a ação de intolerância a uma determinada situação. Langacker (1987) afirma que composicionalidade é uma medida semântica e se refere ao grau de previsibilidade do sentido do todo a partir do sentido das partes que o compõe.

Ao contrário da composicionalidade, “a analisabilidade é o reconhecimento da contribuição que cada componente dá a conceitualização composta” (LANGACKER, 1987,

p.292). Ela inclui o reconhecimento do usuário da língua das palavras e morfemas individuais de uma expressão, incluindo a estrutura morfossintática, sendo também gradiente e se relaciona na medida em que as partes de uma expressão ativam representações dessa parte.

Na percepção de que a língua é entendida como um sistema adaptativo, complexo, e se constitui numa estrutura plástica, com padrões mais ou menos regulares e de outros que emergem de acordo com as necessidades cognitivas e comunicativas, a Gramática de Construções reconhece como unidade fundamental da língua a construção que se organiza uma rede com nós e elos graduais que se fundem entre forma, conteúdo e acessibilidade pelo falante ou usuário da língua (BYBEE, 2016; TROUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Por fim, é válido reiterar alguns princípios gerais que sustentam a base da Gramática de Construções, a saber:

- i) igualdade no pareamento de forma e significado;
- ii) não centralidade em nenhum nível na gramática, ela é, nesse sentido, concebida de forma holística;
- iii) a gramática é baseada no uso, isto é, nas experiências e vivências do falante;
- iv) apesar da independência das construções individuais, elas se relacionam em sistemas hierárquicos com vários níveis de esquematicidade, podendo inclusive interseccionarem-se;
- v) existe o *cline* de fenômenos gramaticais, dos mais gerais ao total idiossincrático.

Alguns princípios e conceitos gerais importantes para Linguística Centrada no Uso e que trazem contribuições do Funcionalismo, da Linguística Cognitiva e da Gramática de Construções serão abordadas na próxima seção. Eles são importantes uma vez que dizem respeito aos processos cognitivos gerais e às mudanças linguísticas e, portanto, constituem subsídios para a análise do objeto investigado nesta pesquisa.

2.2 Linguística Centrada no Uso

A abordagem aqui definida considera a língua em uso e se identifica em uma tendência funcionalista de estudo conhecida como Linguística Cognitivo-Funcional ou Linguística Centrada no Uso ou, ainda, Linguística Funcional Centrada no Uso. Esses termos se referem a diversas correntes teóricas resultantes da união das tradições desenvolvidas pelas pesquisas funcionalistas e pela linguística cognitiva. Enquanto o funcionalista prevê o

estudo do discurso e da gramática simultaneamente para que seja compreendido como a língua se configura, o elo cognitivista percebe as categorias linguísticas como base das experiências vividas na linguagem e nas construções que elas compõem.

De acordo com essa visão, a análise considera a não autonomia da sintaxe, a relevância da semântica e da pragmática, a não distinção entre léxico e gramática, a relação entre as estruturas da língua e os usos que os falantes fazem nos contextos reais de comunicação. Dessa forma, a gramática não é um conjunto de normas apenas, ela referencia o uso e se molda nele. Está na gramática o que os falantes fazem na língua, porém não há rigidez nem fixação de padrões, pois há elementos na língua que proporcionam analogias, contrastes, perspectivização e outros, enfim, demonstram a fluidez e a dinamicidade da língua. Assim:

Segundo essa visão, a gramática de uma língua constitui um conjunto de princípios dinâmicos que, de acordo com Langacker (1987), associam-se a rotinas cognitivas que são moldadas, mantidas e modificadas pelo uso. Mais do que isso, a comunicação é uma atividade compartilhada, ou seja, implica uma série de movimentos feitos em conjunto pelos interlocutores em direção à compreensão mútua. Assim, não há uma gramática inteiramente pronta que forneça, de forma absoluta, o material necessário para a produção linguística para um indivíduo falante. (MARTELOTTA, 2011, p. 58).

Dessa forma, para uma compreensão melhor dessa abordagem, precisamos entender que não apenas as habilidades ou os processos cognitivos são importantes, pois os aspectos culturais são imprescindíveis para a compreensão da sintaxe, e esta por sua vez está diretamente relacionada aos fenômenos de natureza semântica e discursivo-pragmática. Nesta perspectiva, a sintaxe é entendida como o uso criativo da língua nos diferentes contextos de comunicação. Contudo, esse uso é composto por motivações cognitivas, que refletem uma base convencionalmente repetida ou estendida, feita a partir de estruturas concebidas anteriormente e utilizadas em situações comunicativas semelhantes, refletindo habilidades cognitivas associadas à percepção do mundo (MARTELOTTA, 2011).

Em conformidade com os pressupostos da Linguística Centrada no Uso, a visão da língua como sistema adaptativo complexo e a gramática como estrutura emergente é foco nos processos criadores das mesmas. Segundo Martelotta (2011), os falantes tendem a adaptar sua fala aos diferentes contextos de comunicação ativando as combinações com eventos específicos de uso. O autor nos alerta ainda para que percebamos que os aspectos de ordem cognitiva só se materializam na interação, ou seja, não refletem apenas na mente individual de cada um, mas também como seres inseridos no ambiente cultural. Assim, segundo Bybee (2010), os estudos que envolvem a língua, a situam em um contexto amplo do comportamento

humano, denominado de processos de domínio geral que abordaremos a seguir, propiciando o entendimento a respeito da estruturação e mudanças que ocorrem na língua.

Destacamos os processos ou habilidades cognitivas gerais para explicitação neste trabalho, apresentando apenas os que nos pareceram mais úteis na compreensão da análise aqui proposta, quais sejam a categorização, *chunking*, memória rica, analogia e associação transmodal.

2.2.1 Categorização

Categorização é o processo mental capaz da interpretação, e nomeação de diferentes elementos de uma mesma categoria, tornando-se uma das capacidades mais difundidas e dentre os processos de domínio geral uma vez que interage com outros processos. A categorização ocorre com o reconhecimento e associação de palavras ou sintagmas a representações estocadas, constituindo as categorias perceptuais de vários tipos criadas a partir da experiência com a língua (BYBEE, 2016). A categorização é responsável pela capacidade humana de perceber e organizar os eventos a partir de agrupamentos daquilo que é semelhante no mundo e de se manifestar linguisticamente com base nessa organização. Fatores fundamentais para o processo de categorização são a memória e a associação.

Martelotta (2011) afirma que na visão centrada no uso, não há um universo pronto a ser nomeado, mas sim criado através da categorização, refletindo o caráter sociocultural da dinâmica das relações humanas e também da língua. A organização das categorias na língua é uma consequência da percepção e conceptualização das experiências no mundo e, portanto, são mobilizados elementos sociais, históricos, conceptuais e contextuais, isto é, uma atividade interativa e cognitiva.

Para a Linguística Cognitiva, a categorização se processa na base de exemplares típicos mais representativos, ou seja, através de representações mentais dos elementos conhecido como protótipos. Portanto, as categorias linguísticas se apresentam em estruturas prototípicas, ou baseada em protótipos. De acordo com pressupostos da Linguística Cognitiva, os membros de uma categoria possuem uma gradiência, em outras palavras possuem graus diferentes de sendo uns membros e outros periféricos, agrupando-se fundamentalmente por similaridades parciais ou “heranças-de-família” (conceito tomado de WITTGENSTEIN, 1953 apud SILVA, 1997) com limites imprecisos entre si.

Bybee (2016) considera que a frequência pode influenciar significativamente a categorização na língua. Embora considere que a similaridade também pode contribuir para a

categorização, a autora cita Frisch *et al.* (2001) afirmando que a categorização pode ser impelida por similaridade a um membro de menor frequência, porém afirma que a interação provável entre frequência e similaridade resultará sempre na frequência para designação da centralidade do elemento. Isto ocorre devido ao fato que o uso da língua é uma questão de acesso a representações estocadas, e aquelas que são mais fortes, mais frequentes, são acessadas mais facilmente e podem ser mais fácil usá-las como base para categorização de itens novos.

Na língua, considerando-se o léxico, as categorias são definidas conforme as suas funções, substantivos, verbos, adjetivos e outros. Dentre os substantivos, as referências são os membros que designam algo real e concreto, por exemplo, *mesa, homem*. São mais frequentes e possuem mais similaridade com o que consideramos substantivos. Já em se tratando de verbos, a tendência é selecionar os que designam ações como *correr e andar*.

A esse respeito, Neves (2018) adverte que nem sempre a presença de um elemento em uma categoria significa que ele possua todas as propriedades da categoria. Em algumas vezes o membro pode ter um grande número dessas propriedades, nesse caso, ele é o representante mais evidente, o protótipo da categoria. Protótipo, então, é o elemento que por possuir muitas características de uma categoria é o seu principal representante. Raramente diremos que um pinguim é um protótipo de ave. Elementos socioculturais associados com a ausência de pena e a habilidade para voar impedem que um brasileiro o eleja como protótipo. Por outro lado, uma galinha já é um bom representante da categoria ave, entretanto, a pouca destreza para o voo é um empecilho para que ela seja de fato o protótipo de ave. Já um canarinho ou uma arara certamente podem ser admitidos como protótipos de aves para o contexto brasileiro. Note-se que tudo ocorre em uma questão de graus de semelhança, como defende Neves (2018).

As noções de categoria e protótipo essenciais para as descrições e análises linguísticas de cunho funcionalista e cognitivista. Ao se observar que os agrupamentos são feitos a partir de similaridades construídas a partir de um elemento central a percepção sobre organização e funcionamento da língua são interpretadas a luz dessa forma de organização. Assim, é possível perceber como determinados fenômenos linguísticos surgem, por exemplo, pelo distanciamento ou não da categoria sempre em consonância com a capacidade plástica e moldável da língua.

2.2.2 *Chunking (agrupamento)*

Chunking é o processo de domínio geral que interagindo com a categorização proporciona às sequências convencionais graus variados de analisabilidade e composicionalidade. É o processo pelo qual sequências de unidades se combinam e formam juntas unidades complexas, como as construções, por exemplo (BYBEE, 2016).

Chunking é identificado como um processo que organiza todos os sistemas cognitivos, através da organização geral da memória. Bybee (2016, p. 64-65) cita Newell, 1990:

Chunk é uma organização da memória, criado pela união de um conjunto de *chunks* já formados na memória e fundidos em uma unidade maior. *Chunking* implica a capacidade de construir tais estruturas recursivamente, levando, assim, a uma organização hierárquica da memória. *Chunking* parece ser uma propriedade da memória humana.

Dessa forma, Bybee (2016) afirma que essa é uma propriedade da produção e da percepção, pois quanto mais a sequência puder ser acessada junta, tanto mais fluente a execução, e a compreensão se torna mais fácil. Nesse caso, a frequência não é fator preponderante, mas a repetição torna o desempenho melhor. Assim, embora os usuários da língua adquiram constantemente mais e maiores *chunks* não significa que a aquisição da língua se dê com *chunks* de nível mais baixo para níveis mais altos, o processo de aquisição consiste exatamente na substituição e modificação resultando em expressões com maior produtividade no seu uso. Seguindo a compreensão, o estatuto de um *chunk* na memória distribui-se num *continuum*, que se configura a partir da junção de palavras que uma vez utilizadas juntas podem compor *chunks* ao manter a frequência de coocorrência perdendo a estrutura interna e a identificabilidade de suas partes constituintes. Por meio da repetição ocorre a convencionalização.

Para Bybee (2016), construções são *chunks* linguísticos utilizados juntos numa sequência convencionalmente, podendo ter significados especiais ou outras propriedades. São tipicamente constituídas em partes esquemáticas, com algumas partes fixas e algumas posições que podem ser preenchidas com uma categoria de itens semanticamente definidos, assim, para ela, *chunks* podem ser interrompidos por itens de classes abertas com a manutenção de semelhanças semânticas com os membros centrais.

Portanto, podemos apreender que construções são formadas por *chunking* possuem posições esquemáticas que englobam conjuntos de itens que são estocados em categorias, que por sua vez são formadas a partir da experiência em um modelo que assume exemplares como representações. O uso criativo e produtivo faz com que o usuário expanda posições esquemáticas preenchendo-as com novos itens ou sintagmas ou outras construções que

constituem um armazenamento na memória. Por isso trataremos a seguir de mais um processo cognitivo que envolve a linguagem e os estudos linguísticos imprescindíveis para esta pesquisa, qual seja a memória enriquecida.

2.2.3 Memória rica ou enriquecida

Memória rica refere-se ao processo cognitivo que permite a estocagem mental das informações que o usuário pode dispor na experiência linguística, catalogadas pela categorização que mapeia as representações existentes. As informações consistem em detalhes fonológicos, itens lexicais e construções realizadas ou acionadas com base em ocorrências de experiências similares ou idênticas, ou a partir de inferências feitas a partir dos significados ou contextos sociais e linguísticos (BYBEE, 2016).

Dessa maneira o armazenamento de informação na memória pode ser relacionado com a ideia de que o conhecimento linguístico do falante é estocado por meio de representações de feixes de exemplares (de uma dada categoria), e essas representações decorrem da experiência linguística do falante e, do potencial, contendo toda a informação experienciada num situação comunicativa, incluindo aspectos fonético fonológicos, morfossintáticos, semânticos e discursivo-pragmáticos. Melhor dizendo em outras palavras, as circunstâncias de uso impactam a representação cognitiva da língua e as representações por um feixe de exemplares resultam do uso frequente, ao mesmo tempo em que permitem a gradência de estruturas e a gradualidade da mudança (BYBEE, 2016).

2.2.4 Analogia

A analogia também diz respeito a outra capacidade cognitiva de domínio geral que é muito produtiva para a atividade linguística. Ela incide na capacidade, via associação, de se alterar regularidades nos paradigmas linguísticos. Para Barros e Casseb-Galvão (no prelo), a analogia é a capacidade cognitiva de domínio geral responsável por associações significativas entre os fatos, os eventos e as coisas. À medida que associações vão sendo feitas e observadas como funcionais e produtivas, as regularidades entre diferentes categorias e formas vão se estabelecendo na língua.

À exemplo dos outros processos de domínio geral, a analogia também recorre à memória e, como explica a semântica dos espaços mentais de Fauconnier (1985), sempre busca uma base significativa anterior com a qual estabelece associação significativa para a

criação de novos elementos na língua. A partir das representações armazenadas novos enunciados são criados, novas construções são criadas com base em exemplares de construções pré-existentes.

A respeito dos espaços mentais, Castilho (2010) explica que eles podem ser mesclados e com isso, são constituídos os domínios fonte (base preexistente) e domínio alvo (nova criação). Essas relações ocorrem via cognição com base nas experiências produtivas na língua envolvendo diversos elementos dentre os quais a integração e a imaginação.

A analogia, que pode ser explicada como processo de associações significativas, é produtiva em qualquer nível da língua (léxico ou gramática) em que novas construções são criadas a partir de associações baseadas em outras já existentes. Bybee (2010) explica o processo através de unidades morfológicas do inglês em que o sufixo *ed* é associado à *talk* e, analogicamente, se estendeu para *leap*. A flexão tradicional aplicada à *leap* deveria ser *lept* e com a associação passou a ser *leaped*. Outro caso de analogia é observável nos números em que as sequências 1:3; 3:9 fazem, via processo analógico, a proposição de 9:27. Como se observa é a funcionalidade que motiva a fixação. Se o morfema imprime o significado em um verbo, o mesmo raciocínio o faz imprimir em outro. Se a percepção de que o segundo número é triplicado na proporção do primeiro foi funcional para os dois primeiros pares, também se aplicou na terceira proposição numérica. Sempre um forma fonte motivando a criação de uma forma alvo pelo processo analógico.

Bybee (2016) afirma que dada a especificidade das construções e o modo como são formadas, isto é por meio da experiência com a língua, a probabilidade e a aceitabilidade do novo item são gradientes, se baseando na extensão de similaridade com usos antigos da construção. O uso de um novo item em uma construção exige muito conhecimento relacional ou alinhamento estrutural.

Estudos têm demonstrado que ao examinar novos enunciados, muitos deles não são novos de fato, possuem na verdade partes pré-embaladas, determinadas por um *chunk* maior ou por unidades pré-fabricadas, que Bybee (2016) denomina *prefab*. Porém aos usos fortemente de *prefabs*, tanto na fala quanto na escrita, há a demonstração da criatividade dos falantes da língua, que criam novos enunciados com alta similaridade com *prefabs* existentes, mas em alguns casos mais remotos que vão da morfologia à sintaxe.

Por tudo que se argumentou, a analogia é muito produtiva e importante especialmente para os processo de mudança linguística.

2.2.5 Associações transmodais

Para finalizar com a exposição dos processos cognitivos gerais, a associação transmodal caracteriza-se pela habilidade de conectar forma e significado. Ou seja, através deste domínio ou habilidade os usuários da língua estabelecem o elo entre o significado e a forma.

Na perspectiva da Gramática Baseada no Uso a relação existente entre as experiências dos falantes sobre o mundo é mediada pela cognição, e todos os processos descritos anteriormente são fundamentais para o estudo e análise linguística. O repertório do usuário possui papel primordial na gramática, que se constitui de regularidades que modelam e estabilizam a língua. Os significados não podem ser considerados como elementos mentais únicos, pois a interação social é fundamental para a constituição de contextos nos quais o fenômeno da linguagem se estabelece. Martelotta (1996) alerta sobre ao peso da informatividade entre os interlocutores que negociam o sentido de forma interativa. Assim através do processo de inferência conversacional certo elemento assume outro novo valor, marcando o lugar da mudança linguística (MARTELOTTA, 1996).

Dessa forma, o modelo de construcionalização e das mudanças construcionais permitem a verificação dos links entre as construções, possibilitando a verificação dos fatores que levam uma construção migrar de um nó na rede e passar para outro nó, aumentando o feixe de elementos que podem atuar de forma semelhantes, além de favorecer a observação da inter-relação dos níveis em rede através da percepção da memória rica que leva a retenção, inferência e percepção da repetição dos elementos conectados em rede, e ainda permite verificar o grau de esquematicidade, produtividade e composicionalidade de uma construção.

A presente pesquisa contribui para o estudo da relação dos processos cognitivos apresentados e das mudanças linguísticas que gerou microconstruções que serão alvo da análise construcional proposta a seguir.

A mudança linguística ocorre de forma gradual, através de micropassos durante o processo de mudança construcional para a construcionalização, itens que trataremos mais adiante.

3 MODALIDADE

Esta dissertação tem como hipótese a especialização da microconstrução *ter que* como um modal deôntico, fazendo com que ela supere os usos da microconstrução *ter de* e se coloque em concorrência como os verbos auxiliares modais deônticos mais prototípicos segundo a literatura especializada. Por isso, esta seção se dedica ao estudo mais detalhado da categoria modalidade, considerada aqui como um fenômeno da língua que constitui um domínio conceptual.

3.1 Conceito e caracterização

A modalidade se refere à maneira pela qual alguma proposição é expressa a outra pessoa, logo, vai além do conteúdo declarado no nível da predicação e atinge o nível da proposição. Para Neves (2006), a modalidade implica a delimitação de noções de domínio conceptual uma vez que a modalidade é essencialmente um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva. A autora explica que embora ela seja uma propriedade da frase enunciada, “mantém relação necessária com o complexo de funções de eu a frase se reveste” (2006, p. 178).

A proposição é entendida aqui como um componente que se constrói e se manifesta através da predicação, que é a expressão linguística em si. Ela designa uma atitude subjetiva ou avaliações modais por parte do falante referindo-se a um conteúdo proposicional. Neves (2002, p. 181) cita Hengeveld (1989) para explicar a ocorrência da modalização a partir de uma interconexão entre os níveis da predicação e da proposição. Para o funcionalista holandês,

“uma predicação (expressão linguística) [...] não apenas dá uma descrição da situação externa a que os falantes se referem dentro de um ato de fala mas também representa o conteúdo proposicional ou unidade de mensagem processada dentro daquele ato de fala”.

Na mesma direção, Lyons (1977) afirma que proposição constitui um fato possível que pode ser mencionado, negado dito verdadeiro ou falso e Saint-Pierre (1991, 1992 apud Neves 2002) relaciona a modalidade à força ilocucionária. Então, a modalidade ocorre e se manifesta no nível linguístico, mas indica a mobilização de elementos sociais e interpessoais no

empacotamento do conteúdo da informação – a proposição propriamente. Admitindo-se que a modalidade se refere a avaliação do informante e também, em certa medida, ao julgamento que o falante faz acerca do comunicado, tal fenômeno linguístico se manifesta pelo envolvimento de elementos dos níveis linguísticos e/ou pragmático-discursivos.

A linguagem serve como instrumento para a transmissão de outros tipos de informações que podem ser caracterizadas como indexicais e sociais. Comunicar uma proposição ao outro significa que, de alguma maneira, desejamos influenciar as crenças, atitudes ou comportamentos, com isso a elaboração de uma expressão modalizada requer o engajamento numa interação social, ou seja, numa dimensão social ou interpessoal que fornece estrutura com distinção sintática e semântica que os linguistas tradicionalmente descrevem como modo e modalidade (LYONS, 1977).

Conceituar modalidade, segundo Neves (2006), não é tarefa fácil, pois envolve elementos de diversos níveis da linguagem. Um ponto a ser considerado está na correlação entre o significado e o entendimento, pois o significado de um enunciado necessariamente envolve a intencionalidade do remetente e o entendimento de um enunciado envolve o reconhecimento do receptor pelo remetente, pois os aspectos modais “seriam os relativos às tomadas de posição, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas o longo do discurso” (DUCROT, 1993 apud NEVES, 2006, p.153).

Em Neves (2002, p. 172) consta que

De maneira mais genérica, diz Quirk (1985), a modalidade pode ser definida como o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ela expressa. Apelando explicitamente para uma conjunção de abordagens (filosófica, linguística, pragmática, enunciativa e psicológica), Saint-Pierre (1992, p. 1) define a modalidade como operação de assunção, pelo anunciador, do conteúdo proposicional de seu enunciado em relação a um evento ou a uma certa relação intersubjetiva distinguindo, assim, o *dictum*, ou conteúdo do pensamento, do *modus*, ou atitude que o sujeito toma em relação a esse conteúdo. Dito de maneira bem simples, a modalidade é “a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado” (Maingueneau, 1990, p.8).

E ainda:

Kiefer (1987) apresenta três noções de modalidade:

- a) como expressão de possibilidade e de necessidade (seja alética, seja epistêmica, seja deôntica);
- b) como expressão de atitudes proposicionais (com verbos que expressam estado cognitivo, emocional ou volitivo + oração completiva);
- c) como expressão de atitude do falante (qualificação cognitiva, emotiva ou volitiva que o falante faz de um estado de coisas. (NEVES, 2002, p.172).

Neves (2002) exemplifica os três tipos de noções acima com:

a) como expressão de possibilidade e de necessidade

(1) [...] porque realmente você depois de comer aquilo você *tem que ter* uma hora para descansar... (NEVES, 2002, p. 172).

(2) [...] o estudante *deve* praticar esporte a criança *deve* praticar esporte... agora que seja uma: ...um mal irreversível não mas que causa mal causa. (NEVES, 2002, p. 172).

(3) [...] chá de fulano e siclano que... que manda estradas prá gente e a gente não *pode* às vezes se negar, então a gente vai no chá, né? (NEVES, 2002, p. 172).

b) como expressão de atitudes proposicionais

(4) [...] inclusive eu *sei*, por que eu vi a concorrência... (NEVES, 2002, p. 172)

(5) [...] eu *gosto* não dessas músicas modernas que a gente nem sabe como dançar... (NEVES, 2002, p. 173)

c) como expressão de atitude do falante

(6) [...] a cadeia de supermercado aqui de de de de Recife *provavelmente* é superior a qualquer uma do país. (NEVES, 2002, p. 173)

(7) [...] *realmente*... deve ser uma delícia ter uma família gran/ (NEVES, 2002, p. 173)

Observemos que estes usos em (4) e (5) correspondem ao *dictum*, isto é refere-se a proposições, e estão no nível do pensamento e em (1) a (3) se refere ao *modus*, ou seja, a atitude da pessoa a quem o sujeito da oração se refere. Em (6) e (7), estão externa ao *dictum*.

Dessa forma, Neves (2002; 2006) afirma que a modalidade de uma sentença é determinada pelos elementos atitudinais, que irão compor o conteúdo proposicional da sentença que na interpretação comunicam significados contextuais diferentes em consequência da interação com os outros elementos linguísticos e extralinguísticos.

Neves (2002) explica a modalidade a partir das noções de predicação e proposição. Segundo ela, a predicação assume duas funções: descritiva e de conteúdo. As modalidades que indicam atitude proposicional têm como escopo a predicação em sua representação de conteúdo. Na sequência, Neves lança mão dos conteúdos representacionais e interpessoais de Hengeveld (1989) para explicar a qualificação das modalidades. O conteúdo representacional

se relaciona com o evento narrado e o interpessoal com o evento de fala, sendo que este segundo diz respeito à intenção comunicativa do enunciador. Isso significa que a modalidade se concretiza pela interseção desses tipos de conteúdo.

Pelo que se disse acima, Neves (2002, p. 181-182) detalha ainda mais os níveis relacionados com a modalidade manifestada no uso efetivo, no *token*:

No predicado: modificação da estrutura interna do estado de coisas; trata-se da função descritiva das predicções.

Na predicção: qualificação do estado-de-coisas como um todo; trata-se da função referencial das predicções (relação com os estados de coisas, não com as propriedades).

Na proposição: qualificação da proposição; trata-se da atitude do falante em relação ao conteúdo do ato de fala (não à ocorrência do evento ao qual o ato de fala se refere).

Na elocução: modificação da elocução básica; trata-se da relação com a intenção comunicativa.

A modalidade, então, como já dissemos, não pode ser caracterizada e nem analisada sem a consideração de elementos de diversos níveis de constituição da língua.

3.2 Histórico e tipologia

Ducrot (1993 apud NEVES, 2006) afirma ainda que o termo “modalidade” foi empregado inicialmente às expressões que estabeleciam uma aproximação pela Lógica antiga entre conceitos de “possível” de “real” e de “necessário”.

As primeiras modalidades foram estudadas por Aristóteles a partir da avaliação (*modus*) da informação sentenciada gramaticalmente pelo sujeito, núcleo do predicado e pelos complementos e adjuntos (*dictum*), considerando-a como verdadeira, como duvidosa ou como obrigatória. Amplamente relacionada à Lógica, as primeiras modalidades, conhecidas como aléticas ou aristotélicas foram determinadas a partir das noções de verdade/ falsidade, podendo os enunciados de uma ciência serem necessariamente ou possivelmente verdadeiros (NEVES, 2006).

Houve por parte dos linguistas tradicionais várias interpretações ao investigarem a modalização dos enunciados de uma língua, porque conceituar modalidade é uma tarefa complexa uma vez que envolve além do significado das expressões modalizadoras, a delimitação das noções no domínio conceptual implicado. Com isso, muitas investigações resultaram em compreensões importantíssimas sobre os modalizadores dentre as quais vale a pena destacar:

a) a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, uma vez que o falante imprime um valor de verdade ou até mesmo um certo grau de certeza sobre o seu enunciado (NEVES, 2006).

b) a cada enunciado se atribui necessariamente uma atitude modal, isto é, de acordo com as regras gramaticais e informações de que se reveste as entradas lexicais no enunciado, consiste em um conjunto de conclusões resultantes das interpretações semânticas dadas (BELLERT, 1971 apud NEVES, 2006).

c) modalidade para Ducrot (1993 apud NEVES, 2006) foi o nome dado inicialmente às expressões que aproximam para a oposição estabelecida na Lógica antiga entre os conceitos de “possível”, “real” e de “necessário”. Daí o real seria a modalidade zero. Com base no pensamento deste linguista o aspecto não-modal dos enunciados viria da descrição das coisas, ou informações de sobre elas, seria a descrição objetiva da coisa, e a modalização refere-se às tomadas de posições, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas sobre as coisas, encerrando o subjetivo.

d) Katny (1993 apud NEVES, 2006) propõe que nem todas as atitudes são modais, e considera a modalidade como uma categoria opcional da sentença e conseqüentemente do falante.

e) Sthephany (1993 apud NEVES, 2006) afirma que diante da factualidade de uma proposição assertiva, não há necessidade de qualificar a validade do enunciado. Seguido de Lang (1998, op.cit.) que desconsidera uma modalidade neutra.

f) Burton-Roberts (1984 apud NEVES, 2006) afirma que diante de uma proposição modal, o falante é levado a dizer o que considera como conhecimento em cooperação com o interlocutor.

g) Lyons (1977) limita o conceito de modalidade às noções de “necessidade” e “possibilidade”, relacionando-as com a quantificação universal e existencial, em termos de negação. Assim, para ele, “Se p é necessariamente verdadeiro, então sua negação, $\sim p$, não pode ser verdadeira; e se p é possivelmente verdadeiro, então sua negação não é necessariamente verdadeira” (LYONS, 1977, p. 725. Tradução da autora⁹).

Ter uma definição em linguística para modalidade não é uma tarefa muito fácil, pois isso depende da visão de linguagem e da abordagem teórica de cada autor. Podemos perceber que é atribuída à modalidade uma série de definições diferentes. Tais definições passam

⁹ “If p is necessarily true, then its negation, $\sim p$, cannot possibly be true; and if p is possibly true, then its negation is not necessarily true (LYONS, 1977, p. 787).

desde um ponto de vista mais próximo da lógica, passando pela sintaxe, pela semântica até uma abordagem linguística mais pragmática.

Na literatura sobre o assunto, não há um consenso entre os diferentes tipos de modalidade, nem há consenso terminológico para cada campo semântico modal. Mesmo diante da diversidade, podemos concluir então que “a modalidade é um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva” (NEVES, 2006, p.152), considerada do ponto de vista pragmático quase que automático, pois a marca do locutor é inerente no enunciado, em razão de que “os modalizadores, e a própria modalidade do ato de fala, ou tipo frasal são usados na interação verbal para exprimir o ponto de vista do enunciador” (NEVES, 2006, p.154).

Encontramos a mesma dificuldade também na tentativa de categorizar e explicar os diferentes campos semânticos modais. Quanto à classificação das modalidades, é feita uma série de categorizações tipológicas diferentes a depender do ponto de vista teórico e da abordagem adotada por cada autor. Há autores que conservam as categorias modais.

Historicamente os primeiros estudos de modalidade foram apresentados ainda por Aristóteles, que propõe estudo de um quadrado lógico a partir das modalidades fundamentais do possível e do necessário, definindo-se pela negação os contrários, respectivamente, o impossível e o contingente. A partir daí, a investigação lógica da modalidade sofreu críticas que fizeram com que as relações estendidas entre o necessário, possível, impossível e contingente, chegasse a um paralelismo das modalidades Alética, Epistêmica e Deôntica, ligadas à possibilidade e à necessidade, proposta feita por Wright (1951 apud TOLOMOR, 1992. In: NEVES, 2006, p. 155). Assim, para Wright (1951), citado por Neves (2006), foram postos os ‘graus’ de modalidade que resultam em dois ‘grandes tipos’ de modalidade (grifos da autora), as epistêmicas e as não-epistêmicas ou de raiz, sendo que as primeiras se relacionam ao conhecimento e as outras relacionam-se às ações e essas, se subdividem em deônticas, envolvendo permissão e obrigação, e em dinâmicas envolvendo volição e habilidade ou capacidade.

A modalidade epistêmica representa a força com que o falante acredita na veracidade de uma proposição dessa forma: *acredito que p, sei que p*, enquanto que as não epistêmicas ou de raiz, ou ainda denominadas deônticas focam a maneira como um ato socialmente ou legalmente circunscrito é apresentado como: *é permitido fazer A e é obrigatório fazer A* (como veremos mais detalhadamente adiante).

Os lógicos estabeleceram o clássico quadrado, porém têm sido consideradas básicas as seguintes modalidades:

- 1) Aléticas: referem-se a verdade.
- 2) Epistêmicas: referem-se aos conhecimentos e crenças.
- 3) Deônticas: referem-se a obrigação.

Perkins (1983) e Roberts (1990) acrescentam à lista os tipos:

- 4) Bulomaicas: referem-se ao desejo.
- 5) Temporais: referem-se a tempo.
- 6) Avaliativas: referem-se a julgamentos.
- 7) Causais: referem-se a causas.
- 8) Probabilísticas: referem-se a probabilidades.

Corroborando com o que foi discutido até aqui, Ilari e Basso (2014) desenvolveram estudos reflexivos sobre

[...] o significado das palavras necessário e possível mediante o uso da negação, isto é, “dizer que uma determinada proposição P é necessariamente verdadeira é o mesmo que dizer que não é possível que P seja verdadeira; dizer que uma proposição Q é possivelmente verdadeira é o mesmo que dizer que não é necessário que Q não seja verdadeira, e assim por diante. Um esquema de interdefinição de operadores semelhante a esse se aplica a outras palavras, entre as quais estão os verbos permitir e obrigar (é permitido fumar = não é proibido fumar/ é proibido fumar = não é permitido fumar), e aos verbos poder e dever (faltou à aula hoje; deve ter tido algum problema; faltou à aula hoje, só pode ter tido algum problema...) (ILARI; BASSO, 2014, p. 201)

A partir dessa interdefinição, Ilari e Basso (2014) reconheceram que há modalidade do tipo:

- a) Modalidade Alética (do grego aleetheia, “verdade”) - corresponde as que tratam da possibilidade e da necessidade lógica;
- b) Modalidade Deôntica (do grego déon, “que é preciso”) - corresponde as que tratam de permissões e obrigações;
- c) Modalidade Epistêmica (do grego episteme, “ciência”) - corresponde as que tratam de opiniões e crenças.

Lyons (1977) afirma sobre a Modalidade Epistêmica:

A modalidade epistêmica, como o termo é usado pelos filósofos, é menos fácil de caracterizar não tecnicamente do que a modalidade Alética (cf. 17. I); e há alguma

discrepância, de fato, entre o sentido em que os filósofos empregam o termo e o sentido em que ele passou a ser usado na semântica linguística. O termo "epistêmico", como "epistemologia", deriva da palavra grega que significa "conhecimento". Enquanto a epistemologia se preocupa com a natureza e a fonte do conhecimento, a lógica epistêmica lida com a estrutura lógica das afirmações que afirmam ou implicam que uma proposição particular, ou conjunto de proposições, é conhecida ou acreditada. A lógica epistêmica, na opinião de algumas autoridades, também se presta, assim como a lógica ética, à formalização em termos da noção de mundos possíveis. O conteúdo semântico de uma proposição é o conjunto de descrições de estados (ou, equivalentemente, mundos possíveis) que ela exclui (cf. 6.5). Saber o que uma proposição significa implica saber sob quais condições (isto é, em quais mundos possíveis) ela é verdadeira; e saber o que alguém sabe ou acredita implica em conhecer o conteúdo semântico das proposições às quais ele assina ou considera verdadeiro. A distinção entre conhecimento e crença correta, se é que existe de um ponto de vista epistemológico ou psicológico, tem sido uma das preocupações duradouras da filosofia ocidental desde Platão. Mas não precisamos resolver essa questão para estabelecer pelo menos algumas das condições sob as quais é apropriado usar as palavras 'saber' e 'acreditar' e outras palavras que denotam o que os filósofos comumente descreva como atitudes proposicionais ('dúvida', 'pensar', 'imaginar' etc.). (LYONS, 1977, p. 793). (Tradução da autora).

Conforme pudemos averiguar, há diferentes tipos ou tipificações para as modalidades de acordo com diferentes autores, optamos em apresentar os vários conceitos e tipos para ampliação do entendimento e compreensão sobre os mecanismos de modalização nas construções que dispomos a analisar. Neves (2002) destaca que a língua não é um espaço fechado e abstrato, mas é um universo discursivo, um espaço polêmico no qual as significações se colocam em oposição e em interação.

Atemo-nos na modalidade deôntica por tratar do objeto em estudo, apresentados nas formas verbais *ter que* e *ter de*, que configuram em umas das manifestações de modalização deôntica no Português Brasileiro.

3.3 Modalidade deôntica

A modalidade deôntica se relaciona com os valores de permissão, obrigação e volição. Ela se configura por traços lexicais específicos definidos pelo enunciador com o objetivo de causar no enunciatário a aceitação do valor de verdade da proposição a fim de que ela seja executada (NEVES, 2002).

Ainda em Neves (2002), consta que a modalidade pode ser apresentada por diferentes meios de expressão, também denominados operadores modais, a saber:

a) verbos:

a.1) auxiliar modal, categorizados por Neves (2018) como grupo de verbos que não são núcleos do predicado, mas que juntam-se a outro verbo que é núcleo, para marcar a atitude do falante diante do enunciado, como observamos em:

(8) eu já dei aula... no semestre passado... e no semestre passado *eu tive que passar* aluno que não era pra passar... que *deviam ter ficado* lá...mas como *a gente tem que passar*... acho que escola pública no Brasil tá muito precária (FG).

a.2) verbo com se significação plena, indicando a opinião, crença ou saber, como em:

(9) eu já dei aula... no semestre passado... e no semestre passado eu tive que passar aluno que não era pra passar... que deviam ter ficado lá...mas como a gente tem que passar... *acho que escola pública no Brasil tá muito precária* (FG).

b) advérbio:

Pode se associar a um verbo modal, a sua incidência pode ser sobre um constituinte e não na proposição, como em (10) e (11):

(10) toda e qualquer cirurgia... no campo médico...propriamente dito...implica... *obrigatoriamente*... em despesas... as mais elevadas (NEVES, 2002, p.174).

(11) *provavelmente* ele *deve ter* falado com você (NEVES, 2002, p.174).

c) adjetivo

Assume uma posição predicativa, como em (12):

(12) Quem sabe se nada disso vai ser necessário? (NEVES, 2006, p.167).

d) substantivo

Ocorre com frequência na posição de objeto de verbo-suporte, em que o verbo e sintagma nominal formam o predicado. Como em (13) e (14):

(13) O homem não deve pensar muito, esta é minha opinião. (NEVES, 2006, p.168).

(14) o curso de pedagógica *daria possibilidade* como o caso de Orientação Educacional. (NEVES, 2002, p.175).

e) categorias gramaticais o tempo, aspecto, modo do verbo,

Essas categorias são associadas normalmente aos advérbios modalizadores, apresentados da seguinte forma em (15) e (16):

(15) eu *podéria* me alimentar só de carne (NEVES, 2002, p.175)

(16) e... possivelmente passe a fase (NEVES, 2002, p.175)

Saint Pierre (1991 apud NEVES, 2006) destaca que a partir da teoria dos ilocucionários¹⁰ a descrição dos modalizadores ainda necessita observar os marcadores prosódicos, como a entonação, por exemplo, que podem reforçar a modalização expressa, observar a impessoalidade nos marcadores morfológicos e sintáticos, assim como também os marcadores discursivos que podem ultrapassar a proposição, ressaltando ainda as ligações contextuais imprescindíveis na análise polissêmica dos modais. Isso equivale a dizer que tanto as expressões modais como os verbos modais são altamente polivalentes, principalmente no Português Brasileiro, como foi registrado nesta pesquisa através da polissemia do verbo *ter* nas formas *ter de* e *ter que*, expressando diferentes significados de acordo com os contextos, configurando em diferentes *types* (abordado nos capítulos 2 e 5). Dessa forma, trataremos aqui a Modalidade Deontica expressa pela maneira como um ato social ou legalmente apresentado no enunciado como sinônimo de obrigação ou necessidade, que será mais detalhado posteriormente e especificamente na análise das construções, cujo o foco é a presença dos verbos modais, particularmente o verbo *ter*, nas microconstruções *ter de* e *ter que*.

Encontramos no Português Brasileiro pouquíssimas referências gramaticais aos verbos modais, vale destacar Neves (2011; 2018), Castilho (2014) e Bagno (2012). Dada a importância da categoria modalização e à diversidades tipológica entre os estudiosos, o que temos em termos de modalização no Brasil ainda é muito pouco, fato que fica mais agravado diante do tratamento dado ao fenômeno que enfoca, prioritariamente, a ligação dos verbos

¹⁰ “[...]Austin estabeleceu uma distinção tripla entre os atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário, como segue: (i) Um ato locucionário é um ato de dizer: a produção de um enunciado significativo ("o enunciado de certos ruídos, o enunciado de certas palavras em uma determinada construção e o enunciado deles com um certo" significado "no favorito) sentido filosófico dessa palavra, isto é, com um certo sentido e uma certa referência ". Austin, 1962: 94); (ii) Um ato ilocucionário é um ato realizado ao dizer algo: fazer uma declaração ou promessa, emitir uma ordem ou solicitação, fazer uma pergunta, batizar um navio, etc; (iii) Um ato perlocucionário é um ato realizado por meio de dizer algo: convencer alguém a acreditar que algo é assim, convencer alguém a fazer algo, levar alguém a irar-se, consolar alguém em sua angústia, etc.” (LYONS, 199, p.730. Tradução da autora).

modais com a auxiliaridade. Os estudiosos brasileiros seguem tratando os verbos modais como especialização gramaticalizada no processo de formação dos verbos auxiliares.

Dessa forma, Neves (2018, p. 165) afirma que “os modalizadores se constroem junto com outros verbos, que constituem o núcleo do predicado, para marcar atitudes do falante, relacionando-os juntamente aos verbos que não constituem predicados”, cita ainda dois tipos (epistêmicos e deônticos), mas afirma que os verbos modalizadores indicam principalmente:

a) Necessidade relativa ao conhecimento:

(17) *O agente infeccioso **deve ser** suficientemente virulento para disseminar*

b) Possibilidade relativa ao conhecimento:

(18) *Ele **deveria ter**, como eu, uns quarenta anos*

*É branco, usa roupa diferente, **deve ser** gente de rua*

c) Necessidade relativa à conduta:

(19) *O dono da casa **deve comer** antes de todos os hóspedes e terminar depois deles*

d) Possibilidade relativo à conduta:

(20) *Habbib, **posso sair** para dar uma voltinha na cidade (ID-R)*

Os verbos que indicam ainda capacidade, habilitação ou disposição são semelhantes a esses modalizadores, e também não são núcleos de predicados:

(21) *Será que você **pode compreender**?*

Também são semelhantes a esses modalizadores verbos que exprimem um querer (volição):

[...]

(22) *A seguir, veio uma mulher que **desejava aprender** as artes mágicas de Israel (NEVES, 2018, p. 165-166).*

Bagno (2012, p. 573) lista como comuns os usos com os seguintes verbos modais apresentados no Quadro 1:

Quadro 1- Principais Verbos Modais

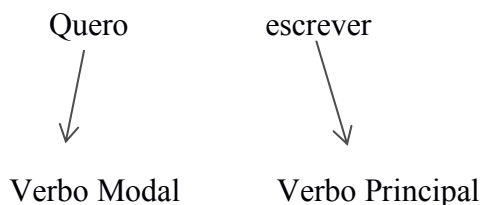
Operadores Modais- Epistêmico	Operadores Modais- Volitivo	Operadores Modais- Deônticos
<i>dever, parecer, poder, precisar, acreditar, crer, pensar, imaginar, saber, julgar, considerar, supor, etc.</i>	<i>preferir, pretender, querer, tentar, desejar, sonhar, almejar, buscar, ansiar, esperar, etc.</i>	<i>poder, ter de e ter que, necessitar, carecer, precisar, etc.</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Como modais, os verbos compartilham do mesmo sujeito do verbo principal que se apresenta no infinitivo, constituindo complemento do verbo modalizador. Dessa forma, temos os sintagmas verbais observados em (17) e (18) da seguinte forma:

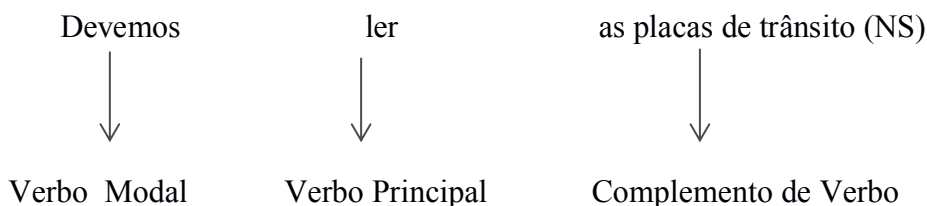
(17) Quero escrever (NS)

Em que:



(18) Devemos ler as placas de transito (NS)

Em que:

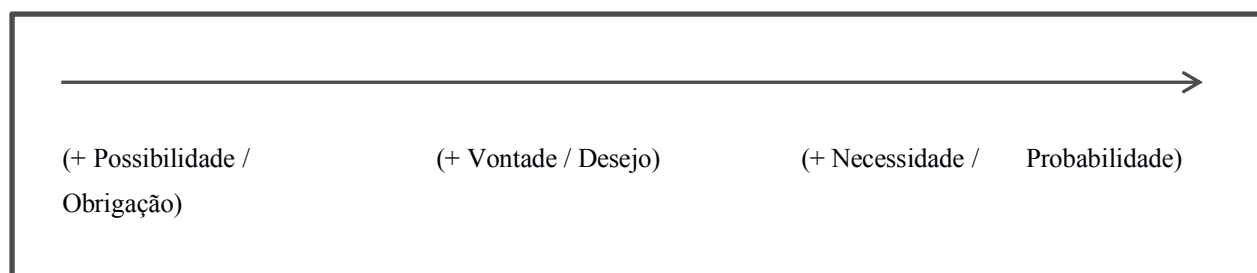


Embora os verbos modais sejam categorizados pela auxiliaridade, isto é, são categorizados nos padrões convencionalizados como verbos auxiliares, por caracteristicamente integrar a perífrase constituída de verbo principal (V1) e verbo auxiliar (V), possuir o mesmo sujeito e ser passível alteração do sentido lexical (CASTILHO, 2010), percebe-se através da reanálise que a rerepresentação cognitiva dos verbos modais, fortalecida pelo uso na língua, que as construções com o verbo *ter* estão passíveis de mudanças, podendo se amalgamar como é o caso de *ter de* e *ter que*, ou ainda serem amplamente utilizadas com a negativa no verbo principal, colocando por terra uma das características de auxiliaridade.

A construção da perífrase modal, está na auxiliaridade verbal, porém de acordo com os processos de mudanças linguísticas estão ocorrendo modificações plausíveis aos usos e totalmente perceptíveis pela abordagem da Gramática de Construções que permite que uma construção atribua pertencimento aos itens que ocorrem em suas construções (BYBEE, 2016).

A modalidade exercida pelos verbos modais se distribui numa escala que vai da maior possibilidade até a maior obrigatoriedade, passando pela vontade / desejo, como demonstrado por Bagno (2012, p. 572):

Figura 1 – Escala de Modalidade



Fonte: Bagno (2012, p. 572)

Neves (2006), citando Silva-Corvalán (1995), apresenta a proposta de que os verbos modais possuem significados invariantes, porém nas suas interpretações comunicam significados contextuais diferentes, devido a interação com outros elementos no contexto, como o tempo, o aspecto e animacidade dos sintagmas.

Com os verbos modais, busca-se conferir ao enunciado uma modalização categorizada como modalização epistêmica, quando expressa um grau maior ou menor de certeza que se tem do estado de coisas enunciado, modalização volitiva quando expressa a vontade o desejo, ou como modalização deôntica, expressando o dever, a obrigação, sendo permitido fazer A, ou é obrigatório fazer A.

Ainda vale destacar que a modalidade deôntica é orientada para o predicado da enunciação apresentando o traço + controle. A obrigação apresenta-se em expressões que utilizam diferentes verbos que tendem a significar sentidos que se interseccionam, sendo, portanto, amplamente possível a intercambialidade em determinados sentidos.

O termo, do grego ‘deon’, “o que é obrigatório”, é muito utilizado pelos filósofos se referindo a uma extensão da lógica modal da obrigação e da permissão. A modalidade deôntica preocupa-se com a necessidade ou possibilidade, descrevendo o estado de coisas que se obterá se o ato em questão for executado, cujas diretrizes podem ser analisadas com enunciados que impõem a alguém a obrigação de tornar, ou não, verdadeiro uma proposição provocando ou abstando de provocar em algum mundo futuro o estado de coisa descrito pela proposição resultando numa relação intrínseca entre essa modalidade (deôntica) e a futuridade (LYONS, 1977).

Neves (2006) afirma que na relação modal e sua inserção no processo de produção do enunciado, assim como os epistêmicos, os modais deônticos afetam o mundo do dizer, sendo que estes últimos se expressam como:

- a) Obrigação moral, interna, ditada pela consciência, tendo como base uma necessidade alética, porém com o predicado envolvendo o traço de + controle, tem como base uma necessidade à mercê da escolha (alética), e em sua negativa um ato diretivo equivalendo a uma proibição.
- b) Obrigação material, ditada pela imposição das circunstâncias externas.

Lyons (1977) apresenta como característica para os modais deônticos o fato de que a necessidade deôntica procede ou deriva de alguma fonte ou algo, cujo reconhecimento de responsabilidade sob a obrigação de agir ou não dessa maneira.

Bagno (2012) afirma que está na gramaticalização a causa da transformação dos verbos plenos em auxiliares modais, uma vez que ocorre a mudança no uso ocasionando alterações semânticas altamente especializadas, como tem se tornado o uso de *ter de* e *ter que*.

A modalidade deôntica é apontada ainda por alguns autores como origem da modalidade epistêmica no processo de gramaticalização, e diante da diversidade de interpretação podemos observar que, de modo geral, são atribuídos significados do nível pessoal e impessoal, apresentado uma extensão de sentidos abrangendo: **capacidade ou habilidade, permissão, simples possibilidade, obrigação, ordem ou simples necessidade**. Dessa forma, Bybee e Fleischman (1995) destacam a necessidade para a análise do contexto para o estabelecimento do significado, e Klinge (1996 apud Neves, 2006) afirma:

O contexto é entendido como o conjunto de hipóteses de que dispõe um destinatário e que ele utiliza para interpretar uma elocução. Um contexto é uma elocução específica. Constitui subparte do contexto o significado codificado no conteúdo proposicional da sentença, conteúdo que é distinto do modal, mas que está no âmbito da incidência dele. O conteúdo proposicional de uma sentença, é independente de uma dada elocução, mas na elocução ele libera algumas das hipóteses utilizadas pelo destinatário para compor o sentido do enunciado, de onde segue o conteúdo proposicional de uma sentença tem um importante papel no significado interpretado. (NEVES, 2006, p.179)

Cumprindo ainda explicar que dada a complexidade que envolve a noção de modalização, no estudo dos modais é necessário considerar a sintaticização da sentença, a ambiência do contexto extrasetencional e o impacto de elocução (NEVES, 2000). Ao contrário do que preconiza a gramática tradicional, torna-se impossível uma lexicografia dos verbos modais,

uma vez que a interpretação somente é possível na consideração das relações existentes no âmbito do enunciado. Dessa maneira, o contexto juntamente com o conteúdo proposicional compõe o sentido do enunciado. Nessa perspectiva reside a possibilidade de *ter de* e *ter que* serem considerados modais deônticos.

Portanto, na análise realizada neste trabalho, além da apresentação da polissemia de usos das microconstruções deônticas *ter de* e *ter que*, necessariamente a análise dos contextos de usos é necessária uma vez que ambas as formas podem corresponder ou não ao mesmo significado, ou estão em diferentes usos pelos falantes da língua (assunto que será tratado na próxima seção do trabalho).

4 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, realizamos a análise e a descrição de construções modais deônticas constituídas pelas microconstruções verbais *ter de* e *ter que*, as quais são muito utilizadas entre os falantes do Português Brasileiro. A funcionalidade do verbo *ter* sempre nos inquietou, motivando a realização de pesquisas para entender melhor esse verbo tão produtivo em diferentes aspectos da língua. Em nível de pesquisa *Lato-Sensu* já desenvolvemos pesquisas sobre a polissemia desse verbo e uma das conclusões a que chegamos é que ele assume diferentes valores e funções que se afastam daquele conceitual prototípico – o sentido lexical básico –, dentre essas funções está a de integrante de microconstruções como *ter que* e *ter de*. Por isso, nesta pesquisa atual verticalizamos a nossa investigação nessas construções, especialmente a partir da observação da alta produtividade que elas têm em contexto de modalização deôntica.

Analisamos os dados de forma qualitativa e quantitativa. Assim, adotamos a seleção, a interpretação, a análise descrição dos dados do Projeto Fala Goiana (FG), do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (NURC), do jornal *O Popular* (JP), veiculado na Cidade de Goiânia e, ainda, trabalhamos como amostras não sistematizadas (NS) de dados de fala, obtidas no cotidiano goiano e registradas em diário de pesquisa.

A fala goiana foi eleita como *corpus* principal por estar mais próximo da pesquisa e por ter sido nela que verificamos a alta frequência de uso e de produtividade das microconstruções *ter que* e *ter de* como modais deônticos, bem como observamos também o predomínio de *ter que* em detrimento ao *ter de*. Como o português falado em Goiás é representativo do Português Brasileiro, logo admitimos a probabilidade de que esse microcosmo linguístico estivesse replicando um padrão brasileiro com o uso de *ter que*, especialmente como modal deôntico prototípico¹¹, devido à frequência de uso. Para constatar e comprovar essa possibilidade, recorreremos, de maneira especialmente comparativa, ao *Corpus* do NURC, que reúne dados com representação oral da norma culta.

A verificação junto aos dados do NURC possibilitaria a confirmação, ou não, das hipóteses levantadas sobre o pareamento no domínio conceptual da, que resultaria na utilização das formas verbais *ter de* e *ter que* como opções formais para representar o subesquema (**ter-x**) da modalidade deôntica e, ainda, a possível especialização do *ter que*. A

¹¹ Relacionado ao prototípico: exemplares típicos, mais representativos, ou, melhor, representações mentais destas entidades (assunto tratado mais detidamente na seção 2).

especialização de *ter que* seria consequência de uma possível dessemantização de *ter de* e o seu consequente apagamento desta microconstrução, provocando uma alteração na cadeia polissêmica da modalidade.

O Fala Goiana é um projeto coordenado pela Professora Dra. Vânia Cristina Casseb Galvão, desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Ele se destina à investigação de fenômenos de constituição do português do Brasil a partir de variedades linguísticas detectados no português contemporâneo falado em Goiás. As transcrições do *corpus* do Projeto são de entrevistas, principalmente, com falantes das cidades de Goiás e Goiânia, de várias faixas etárias e com escolarização de até 4 (quatro) anos.

Durante o processo de coleta dos dados, os entrevistadores-pesquisadores são orientados a criar condições interativas que favoreçam o desenvolvimento de um discurso mais informal, com a finalidade de possibilitar a diminuição no grau de monitoramento gerado pela presença do pesquisador e do gravador. Os entrevistadores procuram o meio de fazer perguntas, para que os informantes narrem suas experiências de vida, lembranças e recordações, conforme orientações de Tarallo (2004).

O *corpus* do Projeto Fala Goiana é composto por transcrições de entrevistas realizadas principalmente nos anos de 2003 (informantes de Goiás e Goiânia) e de 2010 (informantes de Goiânia). Do total de cerca de 28 (vinte e oito) inquéritos, selecionamos 12 (doze): 6 (seis) de informantes do sexo masculino e 6 (seis) do sexo feminino. Por meio do recurso “Contagem de palavras” disponível no menu “Revisão” do Microsoft Word 2016, verificamos que os dados do Fala Goiana selecionados totalizaram cerca de 97.109 (noventa e sete mil, cento e nove) palavras. Os informantes são adultos e pertencem a várias faixas etárias, tendo de 25 a 72 anos.

O Projeto da Norma Linguística Urbana Culta (NURC) é organizado e coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este Projeto teve início no Brasil em 1970 após uma solicitação da Comissão Linguística Ibero-americana do PILEI, no relatório do Prof. Néelson Rossi (UFBA), para a participação como extensão do *Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Linguística Culta de Las Principales Cidades Iberoamericanas e de la Península Ibérica*.

O NURC tem como objetivo de caracterizar a modalidade culta falada e visa ao estudo da fala culta, média, habitual, através de documentação sonora capaz de fornecer dados respeitando as diferenças culturais de cada região, deixando claro que não se trata de estudar uma norma imposta segundo critérios externos de correção e de valoração subjetiva, mas sim

de estudar a pluralidade de normas subjetivamente comprovadas no uso oral. O banco de dados é constituído de amostras de cinco capitais brasileiras, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, com fundações no séc. XVI e ainda Porto Alegre fundada no séc. XVII. Ao longo do percurso o NURC foi dividido em 3 subprojetos Fonética/fonologia, morfossintaxe e léxico.

Por uma questão metodológica, optamos por dados da cidade do Rio de Janeiro. Utilizamos-nos dos dados na perspectiva morfossintática no qual na constituição do *corpus* foi adotado duas linhas teóricas, a teoria da variação e o funcionalismo que procura dar uma visão dos fenômenos enfocados do ponto de vista gramática e do discurso.

O arquivo sonoro da fala do Rio de Janeiro abrange um total de 394 entrevistas com 493 informantes, sendo 60 do tipo Diálogo entre Informantes e Documentador (DID), 99 do tipo Diálogo entre dois Informantes (D2) e 57 Elocuções Formais (EF). Dos quais selecionamos 06 (seis): 3 (três) informantes do sexo masculino e 3 (três) do sexo feminino, 03 (três) do tipo EF e 03 (três) do tipo D2. Por meio do recurso “Contagem de palavras” disponível no menu “Revisão” do Microsoft Word 2016, verificamos que os dados do NURC selecionados totalizaram cerca de 37.340 (trinta e sete mil trezentos e quarenta) palavras. Os informantes são adultos e pertencem a várias faixas etárias, tendo de 25 a 73 anos.

Nesta pesquisa optamos por 06 (seis) amostras do NURC-RJ de registros de Elocuções Formais (EF) e Diálogo entre dois Informantes (D2), possibilitando a verificação com graus de maior e menor monitoramento agregando à observação e análise dos registros encontrados no Fala Goiana (FG) atestando ou não as hipóteses levantadas, sendo 1 (um) de cada na mesma faixa etária e sexo da coleta do FG, conforme apresentado na Tabela 1 deste Capítulo.

Foram analisadas 18 (dezoito) transcrições de fala nos *corpora*¹², que são compostos por dados do Projeto Fala Goiana (FG) e do Projeto da Norma Linguística Urbana Culta –Rio de Janeiro (NURC-RJ) e 06 (seis) edições do Jornal impresso¹³. A motivação para a escolha desses dois *Corpus* é o fato dos dois projetos terem sido organizados por pesquisadores que se orientam por concepções teóricas que concebem a língua como interação e reconhecem as

¹² O acesso online aos dados do Projeto Fala Goiana é possível por meio do link: <https://gef.letras.ufg.br/p/11948-banco-de-dados>; e do NURC-RJ acesso no link: <http://www.nurcrj.letras.ufrj.br/>

¹³ Apresentamos a nossa proposta para observação dos dados de escrita e optamos por “Jornal Impresso”, entendendo-o como registro de acesso popular mantendo o monitoramento na produção de texto sem os meandros clássicos.

variedades como manifestações dinâmicas da língua. A tabela a seguir faz uma síntese das características sociais e quantitativas dos inquéritos selecionados nos dois bancos de dados.

Tabela 1 – Transcrições Selecionadas

Projeto/ <i>Corpus</i> /Grupo/Total de Informantes	Faixa Etária/sexo	Transc. selecionadas
FG/G1/ 4 informantes	de 20 a 35 anos/F	2
	de 20 a 35 anos/M	2
FG/G2/ 4 informantes	de 36 a 50 anos/F	2
	de 36 a 50 anos/M	2
FG/G3/ 4 informantes	acima de 51 anos/F	2
	acima de 51 anos/M	2
NURC-RJ/02 Informantes	de 25-35 anos/F	1
	de 25-35 anos/M	1
NURC-RJ/03 Informantes	de 36-55 anos/F	1
	de 36-55 anos/M	1
NURC-RJ/04 Informantes	acima de 56 anos/F	1
	acima de 56 anos/M	1
JP/ 07 edições		6
TOTAL GERAL		24

Fonte: Elaborada pela autora

Por meio do recurso “localizar” no Microsoft Word 2010 (cujo atalho é CTRL + F), foram identificadas ao todo 280 microconstruções com as formas *ter que* e *ter de*, sendo 257 (duzentos e cinquenta e sete) no registros orais e 23 (vinte e três) nos registros de escrita. Foram localizadas nas diferentes categorias verbais, ou seja modo, pessoa, número e tempo.

Após a seleção das microconstruções deônticas nos *corpora*, realizamos a quantificação para atestar o nível de frequência *token*. Embora a análise não seja quantitativa, a noção de frequência é importante para explicar o nível de implementação da microconstrução, bem como para subsidiar as análises de funcionalidade e produtividade, especialmente quanto à frequência em relação aos diferentes contextos de uso.

Para a realização da análise consideramos os seguintes parâmetros: seleção, quantificação e comparação do quantitativo por *corpus*; análise da funcionalidade sintático-

semântico e pragmático das microconstruções; análise da polissemia das microconstruções; análise construcional e proposição da rede construcional da modalidade deôntica no PB.

Atentando para os parâmetros elencados a análise foi realizada em cinco seções: i) apresentação e análise genérica dos dados com enfoque para os quantitativos e a frequência de cada uma das construções; ii) descrição e análise da funcionalidade de cada uma das microconstruções em que destinamos atenção especial para os usos em funções e contextos distintos a partir da frequência e a produtividade de cada uma das construções; iii) comprovação das nuances assumidas por cada uma das construções por meio da demonstração do pareamento conceptual do esquema modal deôntico; iv) demonstração da rede construcional da modalidade deôntica no PB; v) análise da polissemia da microconstrução *ter que*.

Atentando para pressupostos funcionalistas e também para orientação de Neves (2002) sobre a análise da modalidade que deve considerar elementos de diferentes níveis linguísticos e não linguísticos, optamos pela análise de estruturas perifrásticas. Elas, na opinião de Silva (2004) permitirem maior perceptualização da integração dos eventos e, dessa forma, serem mais interessantes para o estudo visto que a análise será mais completa e satisfatória. Nesse sentido, também, Bybee (2010), bem como outros teóricos da Gramática de Construções, defendem que as mudanças na língua não são restritas apenas ao item em que elas são percebidas mais concretamente. Ao contrário, fazem parte de uma dinâmica maior na língua – representada por uma rede – em que o item se vincula.

Na tabela a seguir, apresentamos a especificação dos quantitativos dos usos das microconstruções presentes nos *corpora*:

Tabela 2 - Quantificação das microconstruções identificadas

<i>Corpus</i>	Microconstrução <i>ter de</i>	%	Microconstrução <i>ter que</i>	%
FG	11	6,6	156	93,4
NURC-RJ	06	8,3	67	91,7
JP	08	34,7	15	65,3
Total	42	15	238	85

Fonte: Elaborada pela autora

Como o foco desta pesquisa é uma análise construcional de *ter de* e *ter que* observaremos os contextos de uso das microconstruções considerando as três principais propriedades em uma análise construcional: a esquematicidade, a produtividade (análise da frequência de ocorrência e de tipo) e a composicionalidade. Com base em Traugott e

Trousdale (2013), as mudanças que podem ocorrer na formação das construções gramaticais podem ser: (i) aumento de produtividade: há aumento dos elementos que podem aparecer num dos slots da construção, ou seja, há aumento da frequência de tipos de elementos; (ii) aumento de esquematicidade: a construção passa a ser mais abstrata à medida que as restrições de seleção de elementos diminuem; (iii) e diminuição de composicionalidade: a soma das partes da construção não leva ao seu significado, em outras palavras, a relação significado e significante torna-se cada vez mais opaca.

Conduzimos a pesquisa a fim de responder os seguintes questionamentos (conforme exposto na Introdução):

- a) Qual a funcionalidade sintático-semântico e pragmático de *ter de* e *ter que*?
- b) Essas formas se diferenciam pelos contextos de uso considerando a cadeia polissêmica da modalidade deôntica?
- c) Como é constituída a rede construcional da modalidade deôntica representada pelas formas verbais do verbo *ter* considerando os postulados da Gramática de Construções?
- d) O que essa rede revela a respeito da funcionalidade dessas formas verbais?
- e) As duas formas constituem *types* diferentes ou são *tokens* diferentes para um mesmo *type*?

Refletindo sobre a noção de pareamento forma-função no domínio da Gramática de Construções que surgiu o interesse em investigar a modalização deôntica através das micronstruções *ter que* e *ter de*. Nossas perguntas revelam a preocupação com a descrição do fenômeno relacionado a uma possível adoção destas formas para indicar a modalização expressando a obrigação, a necessidade e a capacidade, nas nuances deônticas como modalizadores que abordaremos com mais detalhes na próxima seção.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção apresentaremos os dados e as análises quanto à funcionalidade, à polissemia e à análise construcional das microconstruções *ter de* e *ter que* a fim de descrever a especialização modal deôntica dessas microconstruções. A descrição e análise dos usos das microconstruções se orientou pela hipótese principal de que o desuso de *ter de* resulta de uma possível especialização de *ter que* como operador deôntico prototípico no Português Brasileiro. Buscamos com isso responder aos questionamentos realizados em torno do fenômeno linguístico sob análise os quais fomentaram a hipótese e a realização da pesquisa.

Ressaltamos a importância da análise qualitativa e quantitativa desse estudo, uma vez que ambas as metodologias contribuem para a explicitação do processo de mudança como também contribuem para um melhor rigor na análise, especialmente quanto à frequência que é um dos elementos sinalizadores da produtividade da microconstrução, sobretudo, na indicação de predomínio de *ter que* sobre *ter de*.

Os usos das microconstruções *ter que* e *ter de*, segundo a tradição gramatical, devem ser distintos conforme as situações interativas no que diz respeito à formalidade ou não do contexto, bem como à modalidade escrita ou falada. Assim, com a finalidade única de estabelecer parâmetros contrastivos para ratificar a importância de uso e da funcionalidade da língua em detrimento às prescrições gramaticais, optamos por realizar um pequeno percurso pela Gramática Tradicional a fim de elucidar e também questionar as suas determinações acerca do fenômeno analisado.

Logo em seguida apresentaremos os dados coletados nas 18 (dezoito) transcrições, das quais 12 (doze) são do FG e 06 (seis) do NURC, como também nas 6 (seis) edições do Jornal “O Popular” selecionados. Vale destacar que ao todo foram observadas 280 ocorrências das microconstruções *ter que* e *ter de*. Nesta seção, fazemos uma sucinta análise panorâmica dos usos encontrados com destaque para alguns pontos que nos chamaram a atenção e que são interseccionados por todas as seções da análise.

Um dos fatores que chama a atenção quanto aos usos das microconstruções *ter que* e *ter de* é a sua funcionalidade quanto aos níveis sintáticos, semânticos e pragmáticos, os quais em uma visão de língua em uso, se articulam simultânea e integradamente na emergência do enunciado. Nesse sentido, foi organizada uma seção que integra a análise desses níveis com as propriedades construcionais como produtividade, composicionalidade e esquematicidade,

conforme proposta da Gramática de Construções em Traugott e Trousdale (2013). Em seguida, trataremos da polissemia assumida por essas microconstruções, do pareamento forma-função e, enfim, apresentaremos a rede construcional em que é possível observar esquema conceitual dos modalizadores aos quais as microconstruções se associam por relações de herança hierárquica.

Na tentativa de se comprovar as hipóteses levantadas, a análise foi desenvolvida tendo como mote orientador os questionamentos a seguir:

- a) Qual a funcionalidade sintático-semântico e pragmático de *ter de* e *ter que*?
- b) Essas formas se diferenciam pelos contextos de uso considerando a cadeia polissêmica da modalidade epistêmica?
- c) Como é constituída a rede construcional da modalidade deôntica representada pelas formas verbais do verbo *ter* considerando os postulados da Gramática de Construções?
- d) O que essa rede revela a respeito da funcionalidade dessas formas verbais?
- e) As duas formas constituem *types* diferentes ou são *tokens* diferentes para um mesmo *type*?

5.1 Revisão da Literatura segundo a Gramática Tradicional

Esta seção tem como objetivo a compreensão dos fatores da tradição que operam na representação ligada diretamente às evidências detectadas nas próximas seções, uma vez que Bybee (2016) afirma corroborado por diversos estudiosos que:

Na teoria baseada no uso, em que a gramática é diretamente baseada na experiência linguística, não há tipos de dados que possam ser excluídos da análise, porque todos são considerados como representativos do desempenho e não da competência. Evidências advindas da linguagem da criança, de experimentos psicolinguísticos, das intuições dos falantes, da distribuição em *corpora* e da mudança linguística são todas consideradas fontes viáveis de evidência sobre representações cognitivas, conquanto que se compreendam os diferentes fatores que operam em cada ambiente que dá origem aos dados. (BYBEE, 2016, p. 30)

Alguns autores abordam as diferenças de registro entre “ter que + infinitivo” e “ter de + infinitivo”. Eles indicam ter que + infinitivo como registro coloquial e ter de + infinitivo como registros mais formais, ou mesmo restrito à modalidade escrita, conforme apresenta Luft (2003). Ferreira (2009) alega ser menos recomendável o uso de *ter que*, porém reconhece que é “fato da língua”, como também admite Rocha Lima (2008), afirmando que a forma já é

uso amplamente consagrado na língua. Da mesma forma, Bechara (2008) e Houaiss e Villar (2001) consideram o uso de *ter* que como mais moderno.

Vale destacar que o valor semântico modal foi fixado ao verbo *ter*, via relação direta com o verbo *haver* com o qual entrou em disputa de espaço desde o século XVI. Assim, Said Ali (2008) afirma que, *ter* e *haver* são intercambiáveis do ponto de semântico e entraram em disputa

A título de auxiliares do aspecto verbal necessitativo servem na linguagem hodierna tanto *haver* como *ter*. Dizemos *hei de ir* e *tenho de ir*, e esta segunda forma tem sobre a primeira a vantagem de exprimir com mais precisão a necessidade imperiosa, o ato a praticar independente da vontade. É, contudo esta aplicação do verbo *ter* um neologismo consagrado na linguagem literária do século XVIII para cá. (SAID ALI, 2008.p. 142)

Dessa forma, ainda percebemos que:

Ao verbo *haver*, até então usado por todos na composição do necessitativo, nada custara prestar-se a isso desde a origem da língua portuguesa; não assim ao representante da noção “manter”, (verbo *ter*) que, denotando um fato consumado, excluía a ideia de futuridade própria do necessitativo. Implantou-se todavia finalmente esta outra dicção, e, dada à especialização de sentido, não há dúvida que a língua lucrou com a novidade. Quanto à sua origem, poderia parecer que viesse do costume de omitir um nome que a inteligência sem custo completaria, v. g. (obrigação) *tenho de ir*. Explicação muito simples, porém sem fatos que a confirmem. Mais provável é que a linguagem fosse determinada por uma influência dupla: *tenho que dizer* (= tenho cousa que deva dizer) e *hei de dizer* (SAID ALI, 2008.p. 143).

É valioso destacar que segundo Said Ali (2008) nas obras literárias ou lexicografias do período, (aproximadamente no ano de 1700) não houve números expressivos de usos utilizando o *ter de* ou se quer *ter que*, em que o linguista define como “termo da modernidade”,

Frei Luiz de Monte Carmelo, cujo testemunho de boa mente aceitamos quanto ao falar de seu tempo – século XVIII – não se deu de certo ao trabalho de atentar nos escritos de eras anteriores, notáveis todos pela ausência do novo tipo de necessitativo. Cansaria a mão e a vista em inventariar os exemplos de *haver de* legados pelos arcaicos, pelos quinhentistas, sem ver pelo meio deles passagens como o moderno *tenho de orar*, em que o verbo subsidiário perdeu o sentido concreto para designar “intenção, propósito, obrigação” (SAID ALI, 2008.p. 144).

Said Ali (2008) apresenta a definição a respeito do aspecto verbal necessitativo em duas formas historicamente concorrentes, “*hei de ir*” e “*tenho de ir*”, em que a segunda forma “exprime mais precisão a necessidade imperiosa, o ato de praticar independente de sua vontade” (p.142).

Dessa maneira, a forma *ter de* passou a ser reconhecida pela Gramática Tradicional como marca da modalidade (SAID ALI, 2008; NEVES, 2000, BECHARA, 2008 e outros), seguida da forma *ter que*, que assume a expressão na oralidade, não reconhecida na formalidade da língua. Para uma explicitação mais detalhada sobre essas variáveis segue-se a seção com análise e descrição dos dados.

5.2 Apresentação dos Dados

Neste item apresentamos os dados a partir de diferentes níveis ou variáveis comparativas com o objetivo de estabelecer considerações gerais sobre os usos encontrados as quais são produtivas em todas as seções da análise.

Os estudos de cunho tradicional prescrevem como modais deônticos clássicos os verbos *dever* e *precisar*, com valores de necessidade e/ou dever. Nesse sentido, realizamos uma comparação dos usos desses dois verbos com os usos das microconstruções *ter que* e *ter de*, como se pode observar nas tabelas 1 e 2. Neste momento, o objetivo foi somente constatar qual o percentual das construções em relação aos verbos modais, por isso, as microconstruções foram quantificadas como pertencentes a uma mesma categoria. O objetivo de fazer uma categorização por faixa etária e gênero foi unicamente para verificar se tais variáveis teriam algum tipo de motivação sobre o uso de um ou outro modal e, entre eles, as microconstruções *ter que* e *ter de*.

Tabela 1 – Quantificação das ocorrências dos Operadores Modais

Categoria	Operadores Modais Deônticos	Ocorrências	%
Falada em Goiás	Dever	20	17%
	Precisar	14	11,8%
	Ter de/que	84	71,2%
Total		118	100%

Fonte: Elaborada pela autora com informações do banco de dados do Fala Goiana do GEF/UFG

Tabela 2 – Quantificação das ocorrências dos Operadores Modais por variável social

Operadores Modais Deonticos	Grupos Faixa Etária						Total		Grupos Faixa Etária						Total	
	G1-20 a 35 anos								G1-20 a 35 anos							
	G2-36 a 50 anos								G2-36 a 50 anos							
	G3-acima de 51 anos								G3-acima de 51 anos							
	Sexo- Masculino								Sexo- Feminino							
	Ocorrências															
	G 1	%	G2	%	G3	%		%	G1	%	G2	%	G3	%		%
Dever	02	1,6	02	1,6	08	6,7	12	10,1	01	1,6	03	2,5	04	3,3	08	6,7
Ter de/que	08	6,7	18	15,5	08	6,7	34	28,8	24	20,3	25	21,1	01	1,6	50	42,3
Precisar	01	0,8	03	2,5	01	0,8	05	4,2	01	1,6	04	3,3	04	3,3	09	7,6

Fonte: Elaborada pela autora com informações do banco de dados do Fala Goiana do GEF/UFG

Observamos que as formas *ter de* e *ter que*, na representatividade goiana do Português Brasileiro, predominam em uso em detrimento de outros verbos. A equidade visível nas variáveis de gênero e sexo pode ser analisada como reflexo de um uso já estabilizado, visto que, conforme parâmetros da sociolinguística, as inovações ocorrem nas gerações mais novas, quando já estão implementadas na língua o uso é generalizado. Nesse sentido, pressupostos da Gramática de Construções permitem avaliar que já existe um processo de conceptualização pareado na mente do falante em que o padrão deontico mais acessível é representado pelas microconstruções *ter que* e *ter de*.

Os números revelados nas tabelas podem também sugerir que a noção de *obrigação* pode expressar-se com auxílio de diferentes verbos modais, o que está implicado no fato que esses verbos tendem a apresentar significados que se interseccionam, sendo, em alguns casos, mais ou menos intercambiáveis em determinados sentidos (NEVES, 2006). Depois da localização dos enunciados e escolhas das transcrições deu-se e observação das microconstruções, cuja função está vinculada a modalização deontica para construir os sentidos de *habilidade*, *capacidade*, *obrigação*, e *necessidade*, conforme veremos a mais adiante.

Na análise das funções das microconstruções, *ter que* e *ter de*, a intenção não é um estudo diacrônico, mas perceber este fenômeno na sincronia atual bem como sua utilização pelos usuários do PB a fim de constatar se está realmente ocorrendo o desuso de *ter de* e uma especialização de *ter que*. Percebemos nos dados relatados nas tabelas anteriores que o uso destas microconstruções tem se tornado bastante frequente entre os goianos, mas também em outras regiões do país.

Com o que se disse acima e com o sentido de orientação metodológica, apresentamos o do perfil dos informantes (gênero e faixa etária), assim como o quantitativo de inquéritos e/ou transcrições utilizadas nas análises a partir de cada um dos *corpora*, conforme podemos observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Transcrições Selecionadas

Projeto/ <i>Corpus</i> /Grupo/Total de Informantes	Faixa Etária/sexo	Transc. Selecionadas
FG/G1/ 4 informantes	de 20 a 35 anos/F	2
	de 20 a 35 anos/M	2
FG/G2/ 4 informantes	de 36 a 50 anos/F	2
	de 36 a 50 anos/M	2
FG/G3/ 4 informantes	acima de 51 anos/F	2
	acima de 51 anos/M	2
NURC-RJ/02 Informantes	de 25-35 anos/F	1
	de 25-35 anos/M	1
NURC-RJ/03 Informantes	de 36-55 anos/F	1
	de 36-55 anos/M	1
NURC-RJ/04 Informantes	acima de 56 anos/F	1
	acima de 56 anos/M	1
JP/ 07 edições		6
TOTAL GERAL		24

Fonte: Elaborada pela autora

Na próxima tabela os dados são relativos aos usos específicos das microconstruções instanciadas por *ter que* e *ter de* no desempenho da função de modal deôntico. Tendo em vista os enunciados com a presença das microconstruções analisadas, observamos em diferentes *corpora* com fins comparativos e buscando possíveis justificativas que auxiliassem o entendimento dos fatores que estariam motivando esses usos no PB. Os dados do *Corpus Fala Goiana* integram inquéritos constituídos a partir de entrevistas realizadas com informantes em ambiente domiciliar, onde se buscou uma situação de menor monitoramento da fala. Os dados do NURC são advindos de inquéritos de um mesmo grupo etário e de gênero que o FG objetivando, dessa maneira, uma análise mais ou menos linear. Os dados do NURC foram selecionados em inquéritos que presumem situações mais formais de uso da língua, portanto, mais monitoradas. A opção pelos dados do Rio de Janeiro não teve nenhuma

motivação específica além da necessidade de recorte de *corpus*. E, por fim, a modalidade escrita, no gênero jornalístico, em que também se espera um uso mais monitorado e alinhado com as prescrições da tradição gramatical, como se mostrou na seção 4 deste trabalho. A Tabela 4 permite observar a síntese desses dados:

Tabela 4- Quantificação das microconstruções identificadas

<i>Corpus</i>	Microconstrução <i>ter de</i>	%	Microconstrução <i>ter que</i>	%
FG	11	3,9	156	55,5
NURC-RJ	06	2,1	67	23,9
JP	08	2,8	15	5,3
Total	42	15	238	85

Fonte: Elaborada pela autora

Tendo em vista alguns dos pressupostos da Gramática de Construções, elaboramos nesta seção algumas considerações gerais a partir do quantitativo dos dados. As análises mais específicas estão nas próximas seções.

Em números observamos em todos os *corpora* a predominância da microconstrução *ter que* (85%). Quanto aos níveis de abrangência, tem-se que:

- a) no FG houve 167 registros de ocorrências das microconstruções, sendo 93,3% de usos de *ter que*, e 6,7% foram de usos de *ter de*. Ficou evidente que os falantes goianos optam por esta forma de modalizar deonticamente os enunciados.
- b) no NURC houve 73 registros, dos quais 91,8% de *ter que*, e 8,2% de usos *ter de*,
- c) no JP, que corresponde aos registros de escrita, tivemos 23 registros detectados, e 65,2% em ocorrências de *ter que* e 34,7% em *ter de*. Quanto a essa análise observamos que na escrita há uma forte tendência ao operador deôntico *dever*, conforme apresentado na Tabela 5.

Um fato importante que nos chamou a atenção em relação a microconstrução foi na totalidade na frequências de usos não haver sido encontrado material interveniente à sequência *ter que* ou *ter de*, podendo corresponder ao que Bybee (2016) reconhece como *chucking*, uma sequência de duas ou mais palavras frequentemente usadas juntas, como uma unidade semântica e morfossintática, o que impacta na interpretação das suas propriedades fonéticas, morfossintáticas e semânticas. A não existência de material interveniente entre os dados encontrados permite interpretar a não composicionalidade entre os elementos do conjunto, os quais se tornam amalgamados, a analisabilidade é comprometida, uma vez que o

significado do todo não é recuperável pelo significado e cada parte. Bybee (2016, p. 91) afirma que:

Sintagmas usados frequentemente podem ser processados como unidades simples, conforme notamos em nossa discussão sobre *chunking*. Isso significa que, em vez de acessar cada unidade separadamente e depois coloca-las em uma construção, uma sequência inteira é acessada de uma só vez. Não quer dizer que as partes não são inidentificáveis, mas o acesso repetido como um todo contribui para o enfraquecimento de sua identificabilidade e, assim, da analisabilidade e/ou composicionalidade da expressão inteira. A mudança fonética adicional obscurece as partes individuais da expressão. Uso em contexto pode afetar significados e inferências, e mudanças de significados levam à perda de composicionalidade.

Ressaltamos **apesar** de há fortes indícios de que esteja ocorrendo a pactuação nos usos da microconstrução de *ter que* e *ter de*, na medida que, cada vez mais estão sendo como expressão não composicional, pois os resultados da parte não compõem o todo. Embora se permita o interseccionamento, não há interferência semântica, e segundo Bybee (2016) quando expressões idiomáticas, *prefabs* e construções demonstram *chuks*, não necessariamente devem ser contínuos. Podem, segundo a autora, ser interrompidos por itens ou sintagmas nominais plenos, desde que se obedeça ao critério de manter semelhança semântica com os membros centrais. Contudo nas construções pode-se observar duas orações distintas com possibilidades semânticas diferentes, ou seja na primeira apresenta a microconstrução (*ter que* e *ter de*) na função deôntica, ou seja expressando obrigação, e na segunda abre espaço para uma diversidade de complementos com verbos plenos, alterando assim a semelhança semântica com os membros centrais. Assim como em (1):

- (1) *...você tem mesmo que pagar sua promessa de joelhos?*
sim tenho mesmo que fizer isso, pois foi isso que minha vó prometeu. (NS)

O uso em (1) é sugestivo que a polissemia da microconstrução pode estar contribuindo para o registro na memória dos falantes das diferentes possibilidades semânticas para o uso, tornando-as convencionalizadas, porém não constitui um chunking.

Na próxima tabela estão os usos dos modais deônticos nos registros da escrita.

Tabela 5 - Quantificação de ocorrências de operadores modais deônticos nos registros de escrita

Dever	Precisar	Ter de/ ter que
39	09	23
54,9 %	12,3%	31,5%

Fonte: Elaborada pela autora

Um fato que nos chama a atenção foi o alto índice de ocorrências do *dever*, em detrimento dos demais representantes deônticos. Podemos presumir que pelo forte monitoramento utilizado na escrita, esse verbo assume a maioria dos registros, em concordância com as normativas tradicionais que o apontam como o designativo de obrigação. Por outro lado, autores que concebem a língua em perspectivas mais funcionais e moldada pelo uso o descrevem o verbo *dever* como prototípico:

Com esses verbos, portanto, buscamos conferir ao enunciado uma modalização-**epistêmica**- expressando o grau maior ou menor de certeza que se tem do estado de coisas enunciado-, uma modalização **volitiva**-expressando vontade ou desejo- ou **deôntica**- expressando o dever, a obrigação etc. Desse modo os verbos modais prototípicos são justamente **poder, querer e dever**. (BAGNO, 2012, p. 572. Grifos do autor).

Entre as microconstruções analisadas, o *ter que* aparece em destaque, embora haja o uso de *ter de* em um percentual maior que os detectados nas amostras de transcrições de fala que compõem os outros *corpora* (NURC e FG), a predominância para o *ter que* é recorrente, em se tratando de registros escritos. Tais evidências são corroboradas por Neves (2003):

Ter de, ter que
São expressões modalizadoras, indicando necessidade ou obrigação. As lições normativas apontam ter de como preferível a ter que, mas no geral, ter que é mais usual (60%), (ter de é mais frequente na literatura, mas ter que é muito mais frequente que ter de na imprensa) (NEVES, 2003, p. 351).

Diante da análise dos dados relatados nesta pesquisa e com base nas teorias baseadas no uso podemos afirmar que a forma *ter que*, tem se apresentado altamente produtivo, uma vez que as ocorrências assumem a escala de 85%, isso determina a representação da construção e sua produtividade. O uso dessa microconstrução está impactando a representação deôntica no PB podendo gerar impacto também na esquematicidade uma vez que provavelmente estamos diante de um possível uso especializado.

Compreendemos que essa representação no PB seja resultado da mudança sofrida por essa microconstrução acompanhada de processo de reanálise, que é o processo por meio do qual os falantes mudam a percepção de como a língua é ordenada no eixo sintagmático, entendendo que em *ter de* ocorre apenas uma oração, cujos complementos compõem o Sintagma Nominal, e em *ter que* ocorrem duas orações, uma principal e outra subordinada, embora as propriedades impostas ao verbo *ter* deixam de selecionar argumentos para compor uma única unidade com a partícula *que*. Bybee (2016) afirma também sobre o verbo *to have* que “o significado da construção não é composicional no sentido de que não se pode operar estritamente do possessivo” (op. cit. p. 89), confirmando conseqüentemente que a junção da partícula *que* em *ter que*, pode ocasionar um *chunking* na configuração dessa microconstrução, uma vez que em *ter de* isso já se realiza, não havendo intervenientes entre o verbo *ter* e a partícula *de*. Entendemos ainda que as construções nas quais a microconstrução *ter que* podem compor uma subordinação tendo como orientação os estudos feitos por Barros e Casseb-Galvão (no prelo) sobre as orações complexas, torna-se necessário uma análise mais detalhada com vistas a outras pesquisas posteriores.

Barros (2012) explica sobre a microconstrução *ter que*, que se analisada com base em Heine (1993 apud BARROS, 2012), que propõe na análise do Inglês *have to*, cuja gramaticalização, ou seja, a mudança categorial no argumento externo do verbo *ter*, de objeto possuído ocorre por etapas. Semelhantemente pode ter ocorrido no PB, essas etapas poderiam explicar a mudança categorial de *que*, pronome relativo a elemento de ligação entre os dois verbos, conforme modelo apresentado nas Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Modelo dos estágios de mudança categorial em *ter que*

Estágio I – Eu tenho uma carta	[Esquema de posse]
Estágio II- [Eu tenho uma carta] [para escrever]	[Esquema de posse + finalidade]
Estágio III – [Eu tenho uma carta] [para (eu) escrever (uma carta)]	[Esquema de posse + finalidade]
Estágio IV – [Eu tenho Φ] [que escrever uma carta] > [Eu tenho que escrever uma carta]	[Supressão de fronteira]
Estágio V – [Eu tenho que escrever]	[Apagamento do objeto]

Fonte: BARROS, 2012, p. 75.

Esta é uma hipótese possível, também ao nosso entendimento, uma vez que percebemos que ao alcançar o estágio V numa reanálise na estrutura complexa na original,

encontra a demonstração que na ausência do objeto, a posição se fixa antes do verbo principal, formando a estrutura V1 fin. + que + V2 inf.. Embora seja isso seja possível, reforçamos o destaque feito pela autora sobre a importância para uma investigação histórica para comprovar a interpretação realizada.

Ainda relacionada à análise feita para o verbo *have to*, Traugott (2008) afirma que, no desenvolvimento de epistêmicos que derivam de verbos de volição ou deônticos, tem ocorrido um fortalecimento da subjetividade, foco na crença ou conhecimento, tornando “You had to have gone”, mais forte do que “You had to go”, com o mesmo sentido de obrigação.

Assim também é provável que na trajetória de *ter que* no PB esteja ocorrendo uma especialização de usos no desenvolvimento da trajetória epistêmica (probabilidade) em [+ subjetivo] e [- subjetivo]. Ou seja a força do enunciado na verdade do que é proposto seja registrado melhor em *ter que* para os falantes.

Uma observação que nos parece importante também, seria a relação próxima entre o *ter que* e o Espanhol “*tene que*” uma vez que a multifuncionalidade de *ter que* (conforme explicitado ao longo da pesquisa e em especial nas próximas seções) seja uma herança das perífrases modais, assim como afirma

Nas perífrases modais, o auxiliar *tener* não herdou nenhuma propriedade lexical de sua base lexical possessiva. A evidência disso é a ampla aplicabilidade de *tener que* + infinitivo como expressão modal em todos os tipos de alvo (participante, evento e proposição) [...]. (OLBERTZ, 1998, p. 501 apud BARROS, 2012, p. 106).

Além do aspecto da expressão modal, *ter que*, ser atestada para todos os tipos de alvos¹⁴, favorecendo a repercussão como modal deôntico, há a indicação de *tener que*, ser no Espanhol a associação para a necessidade impositiva ser mais ligada ao *deber*, que ao *tener que*. Como no PB há fortes indícios do verbo *dever* estar deslizando para o domínio epistêmico, isso pode contribuir para o fortalecimento da microconstrução *ter que* nessa função em substituição a esse verbo, segundo apresentados em dados nesta pesquisa.

Há ainda uma sugestão de Barros (op.cit.) para uma análise empírica sobre predomínio de *ter que*, seja a produtividade do elemento *que* na constituição de locuções verbais e em diferentes perífrases de modalização no PB, como as que ocorrem em *parecer que*, *dizer que*, *querer que*.

No próximo item descrevemos diversos usos a fim de atestar a alta funcionalidade das microconstruções analisadas.

¹⁴ De acordo com a pesquisa realizada por BARROS, 2012.

5.3 Funcionalidade sintático-semântico e pragmático de *ter que* e *ter de*

Neste item analisaremos a funcionalidade das microconstruções *ter que* e *ter de* a partir de algumas considerações sobre os níveis sintático, semântico e pragmático em uma perspectiva construcional o que implica uma concepção integrada desses níveis, pois como afirmam Furtado da Cunha e Bispo (2019, p. 93), em uma visão construcional a língua é concebida como um “sistema de entidades interconectadas em seus diferentes planos por relações de natureza diversa” sendo, então, incompatível uma visão dicotômica entre léxico e gramática e também as separações rígidas entre os níveis de análise linguística.

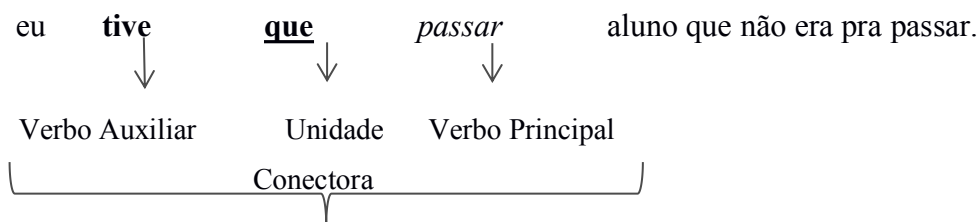
Consideraremos para a análise, na medida do possível e necessário, os diferentes usos e contextos de uso nos quais as construções emergem.

Ao analisar os diferentes usos do operador modal deôntico, *ter de* e *ter que*, necessariamente refletimos em seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, uma vez que a modalização, no caso dessas microconstruções, é expressa pela estrutura verbo + preposição/conjunção, porém atua incidindo no nível da proposição. Logo, não há como analisar a modalização sem se considerar todos os níveis do enunciado, em que fatores de cada deles (sintático, semântico e pragmático) envolvem padrões, não fixos, mas estáveis, acionados na mente dos falantes da língua, materializados nas interações, refletindo as habilidades cognitivas individuais e também as adquiridas socialmente (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2016; MARTELOTTA, 2011 e outros).

Nos *construtos* ou *tokens* sintaticamente as formas *ter que* e *ter de* compõem os enunciados e exercem a função modalizadora deôntica descrita como uma perífrase constituída pelo o verbo *ter*, acrescido da preposição *de* ou pronome relativo¹⁵ *que*, cujas funções passam a ser exatamente de conectores (conjunção) entre o verbo *ter* – em uma função de auxiliar visto que carrega as marcas gramaticais de flexão – e o infinitivo do verbo principal da maneira como se pode observar em (2):

¹⁵ Seguindo a literatura especializada estamos mantendo a nomenclatura de “pronome relativo”, porém temos em mente que a funcionalidade desta palavra gramaticalizada nessas microconstruções não equivalem ao que se presume de um pronome relativo.

(2) eu já dei aula... no semestre passado... e no semestre passado *eu tive que passar aluno que não era pra passar...* que deviam ter ficado lá...mas como a gente tem que passar... acho que escola pública no Brasil tá muito precária(FG)



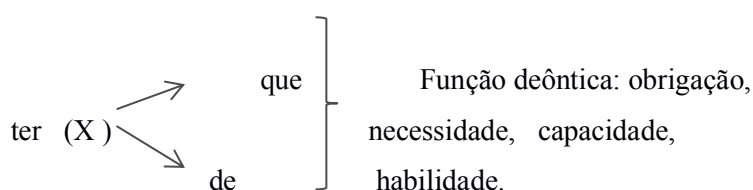
Modalidade Deôntica

De acordo com os pressupostos desenvolvidos neste trabalho, podemos afirmar que nas construções com o verbo *ter*, são atestadas as alterações categoriais, nas quais o verbo sofreu uma decategorização decorrente da transferência de domínio de posse para modalidade, isto significa que houve uma desemantização da forma-fonte, a partir da transferência conceptual do real [+concreto] para o discurso [+ abstrato] compreendendo a modalidade como um fenômeno semântico - pragmático e discursivo.

Ao mesmo tempo que a microconstrução (especialmente o verbo *ter*) cumpre um papel sintático porque carrega os morfemas gramaticais indicando tempo, pessoa e número, atuando no nível da predicação, ela exerce o valor semântico de modalização ao atuar no nível da proposição indicando a opinião do enunciatário acerca do estado de coisas descrito na predicação, isso demonstra a posição perifrástica das microconstruções, que segundo estudos feitos por Barros (2012) apontam essas construções como *semi-auxiliares*, com traços de auxiliaridade, apresentando porém resistência em pontos fundamentais para a categorização, conforme Figura 2 abaixo.

No primeiro exemplo, a fonte da avaliação deontica é uma norma social que impõe sobre a ética profissional, e a segunda é norma moral em que as obrigações não se impõem sobre um participante particular, mas sobre a própria predicação. Esse tipo de domínio e alvo pode representar também regras gerais de conduta, identificando-se com expressões pessoais ou impessoais.

Segundo Goldberg (2006), a combinação dos aspectos morfosintáticos/semânticos não correspondem à soma da significação das partes, portanto, ao observar as microconstruções em (2) e (3), precisamos entender que a junção das partes levam ao preenchimento do seguinte esquema:



Em que temos duas formas para a mesma função, tanto em (2) como em (3).

Observemos em (4):

- (4) Inf. Uai... na minha infância era... foi... toda muito boa não que minha mãe mais meu pai foi... largô né? disquitaram... aí nós ficamo... se...morando junto com minha mãe... aí... nós passô muita necessidade... minha mãe trabaiano de:: merendera... nós ía buscá merenda na lá na... na esCOLA... nós... várias veis nós... quan... quando nós tinha feijão... nós comia feijão... e num tinha arrois... o dia que tinha arrois nós num tinha feijão... mistura... era o dia qu/eu vendia picolé::... essas coisas assim pra podê comprá a carne... que... que... des... desde da idade de oito anos eu já:: vendia picolé... vendia bolo... mais o dinheiro era tudo pra comprá as coisas por que:: era só eu que trabaia... era pequeno... eu era oito anos né? e meu... meus irmãos... eu eu era... eu sô o mais velho... aí nós somo cinco em casa né? Doc. Sei...

Inf. Aí nós... **nós tinha de:: trabalhá... eu tinha que trabalhá...** comprá os trem... meno... pra mim mesmo eu num comprava nada... comprava pra nós... que **tinha de comprá carne...** carne moída... que inda era carne moída... tal do BOi ralado... verdadeiro boi ralado ((risos))(FG)

- (5) o poder deciSÓRIO...cabe àquele que tem uma determinada renda... então... as classe privilegiadas não teriam nunca o poder decisório... estabelece... também nessa fase... que a propriedade é sagrada... inviolável... quer dizer... estabelece o... as garantias... os direitos... da burguesia... os direitos do cidadão são limitados agora pelos deveres do cidadão... nós vimos

que essa fase foi uma fase difícil... da história da Revolução... foi uma fase... em que *a França... teve que sustentar as guerras externas... teve que... enfrentar conflitos... antagonismos internos...* e também... nós vamos ver... foi marcado de grande corrupção... uma fase da grande desvalorização da moeda... os () perderam inteiramente o valor... uma gran/ época de contrabando... de falcra/ falcatruas... uma época extremamente difícil...(NURC)

- (6) Mas por causa do cancelamento do voo, de ultima hora, *os esmeraldinos tiveram de voltar por Brasília, e terminar de chegar de ônibus.*(JP)

A necessidade expressa nas formas modalizadoras deônticas em (4) “*nóis tinha de::: trabalhá.../ tinha de comprá carne...*” e em (5), “*eu tinha que trabalhá...*”, e em (6), “*teve que sustentar as guerras externas...*”, “*teve que... enfrentar conflitos... antagonismos internos...*” “*tiveram de voltar por Brasília, e terminar de chegar de ônibus*”, todas significando a obrigação por força externa à vontade do sujeito ao qual a ação está imposta, cuja necessidade e/ou dever obrigavam ao sujeito a condição para o cumprimento da ação imposta, seja em (4) o trabalho, em (5) voltar por Brasília, e em (6) enfrentar os conflitos, expressa no enunciado.

A modalidade deôntica está relacionada com aquilo que é legalmente, socialmente ou moralmente permitido e, conforme explica Neves (2006, p. 196), está condicionada por traços lexicais específicos ao enunciador [+controle], implicando “que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo.” É orientada para o participante e o descreve sob a condição de uma obrigação ou que tem uma permissão para se engajar no evento designado pelo predicado. No exemplo (04), o participante, nesse caso equivalente a um sujeito de primeira pessoa do plural e singular (membro da família), apresenta o traço [+humano] (referente a pessoa), [+animado] e com controle para executar a ação descrita no predicado (trabalhar para comprar comida). No exemplo (02), de modalidade deôntica orientada para o evento, o falante discorre sobre obrigatoriedade para aprovar os alunos. O evento “avaliação” é caracterizado em termos do que é obrigatório diante da necessidade institucionalizada. Em contraste com a modalidade deôntica orientada para o participante, a obrigação expressa por meio da modalidade deôntica orientada para o evento não recai sobre um participante particular, mas representa regras de conduta geral (o uso de “a gente”, nesse caso, é impessoal).

Mesmo em (6), “*a França... teve que sustentar as guerras externas... teve que... enfrentar conflitos... antagonismos internos..*”, cuja referência é o país “França”, foi mantido o traço +animado no sujeito, característico para esse modalizador, que movido pela força da pressão

externa e interna torna-se obrigado a manter posição de guerra e de conflitos internos, expressos na pressão exercida pelo contexto da época.

No Português Brasileiro, como em algumas línguas latinas, o enunciado deonticamente modalizado é reconhecido através de uma fonte, que pode ser uma pessoa, instituição, crença, cultura, etc, que estabelece ou cria uma necessidade ou possibilidade incidente sobre o alvo deôntico¹⁶, ao qual aponta o valor deôntico instaurado. Assim,

Na maioria das sociedades, as obrigações morais e legais geralmente aceitas que regem o comportamento de seus membros estão associadas nas tradições e mitos dessas sociedades com alguma autoridade divina, heroica ou secular identificável que criou as obrigações por meio de uma diretiva; e pais, padres, juízes e outros que estabelecem e mantêm as normas de conduta na sociedade por meio de declarações deônticas [...] LYONS, 1977, p. 829)¹⁷

Lyons (1977) também menciona como característica deôntica o fato de que a sentença não descreve um ato em si, mas um Estado de Coisas (EsCo) que será obtido, caso seja realizado em algum tempo ou mundo futuro. Daí advém outra característica indicada por ele que é ligada intrinsecamente com a noção de futuridade, pois ao expressar a imposição de algo a alguém a execução do ato será futuro, próximo ou não, podendo ser aceito ou não pelo interlocutor ou a quem se dirija a realização. Tal fato, por se tratar de uma imposição, não poderá ser realizado no passado, sendo remetido apenas ao futuro.

Assim, em (4), “*nóis tinha de:: trabalhá.../ tinha de comprá carne...*” e em “*eu tinha que trabalhá...*”, como se trata de um diálogo com informante e o enunciado traz o verbo na forma pretérita, a ação em si a qual a imposição se estabeleceu se projetou para o futuro, impondo a necessidade do trabalho para momentos posteriores e contínuos na vida, ou mundo do informante.

A obrigação pode ser expressa utilizando-se de diferentes verbos modais, como o *dever*, *precisar*, *necessitar*, por exemplo. A possibilidade de vários verbos ou microconstruções como as que estão sob análise neste trabalho “implica que esses verbos tendem a apresentar significados intercambiáveis, que se interseccionam em determinados sentidos” (NEVES, 2006, p. 174), como podemos perceber em:

¹⁶ Hengeveld (2004) indica que, para uma compreensão mais aprofundada dos diferentes usos dos elementos modais, torna-se necessário a distinção de dois parâmetros: alvo e domínio semântico. O alvo refere-se à parte do enunciado que é modalizado, e domínio, à perspectiva sob a qual a avaliação é realizada.

¹⁷ In most societies the generally accepted moral and legal obligations governing the behaviour of their members are associated in the traditions and myths of these societies with some identifiable divine, heroic or secular authority which created the obligations by means of a directive; and parents, priests, judges and others who establish and maintain the norms of conduct within the society by means of deontic statements[...] (LYONS, 1977, p.829)

- (7) [...]E minha mãe falava... que qué isso... **cê tem que tê paciência...** e:: nossa mais o menino chorava... ele tinha cólica demais...falava mais meu Deus do céu... aí logo passô os treis meis... ele num ficô bãozim... num teve nada/ssim né? aí sarô... mais... é ótimo sê mãe é maravilhoso...(FG)
- (8) [...]e BAteu no carro que nós dois tava dentro... a mulhé só desceu só um poquim pá pegá um... papel na casa da mãe dela né? menino do céu... mais que susto... e... eu tinha... tava ensinano meu menino a colocá o cinto né? porque ele falô ô mãe hora que nós saí daqui **nóis tem que colocá o cinto...** aí eu fui mostrá pra ele... quando eu vi assim... aquilo... falei assim... meu Deus do céu... nós saiu rastano o carro assim ó... na... dento da cidade... imagina se fosse fora da cidade... que que num tinha dado...
- (9) [...]É... ó sua filha chegô aqui ontem contano isso... contano aquilo... não qu/essa menina tá ficano lôca... num sei () que num mandei as coisa ainda mais vô mandá::... aí:: o coisa falô assim... ó cê pode man... cê pode mandá o dinheiro pra ela... não dinheiro eu num posso... mais amanhã eu mando a compra... aí ele falô assim... mais quem tá... num tem nada pra comê em casa vai esperá até amanhã? **tem que mandá...** não ele falô dep::ois da amanhã que n/outro dia ele ia pra Goiânia fazê um curso lá... aí o homem falô assim não mais **cê tem que comprá é hoje...** não mais hora qu/eu saí daqui num dá tempo... aí minha mãe falô não... eu espero... s/ele mandá eu espero... aí ele falô então tá eu vô mandá... aí quando foi... aí... falô meu pai... conversô com meu pai... pagô o maior sabão pr/ele ele saiu...(FG)

No enunciado (7) “...cê **tem que tê** paciência...”, a microconstrução *tem que* pode ser substituída por “necessitar”, “é necessário você ter paciência”. A análise do contexto de uso favorece essa interpretação uma vez que o bebê requer o cuidado que está sendo colocado como exigência da mãe para com a informante. Em (5) “...nóis **tem que colocá** o cinto...”, *tem que* intercambia com “dever”, porque, além de ser uma encargo para segurança, é uma imposição legal, então teremos ... “nós devemos colocar o cinto”. Já em (6), o verbo que apresenta a posição interseccionada é o verbo *precisar*, dessa forma “...**tem que mandá...**” e “... **cê tem que comprá é hoje...**”, demonstra a carência de recursos para a compra de alimentos, portanto é preciso que envie o valor necessário ou as despensas, observando: “... você precisa mandar .../ você precisa comprar hoje...”.

Heine (1995) associa aos modais deônticos as seguintes propriedades:

- a) a existência de uma força que é caracterizada como “elemento do desejo” (F);
- b) o evento é realizado por um agente controlador (C);

- c) o evento é dinâmico, envolve a manipulação de uma situação e leva a uma mudança de estado (D);
- d) o evento ainda não tem uma referência temporal, sua ocorrência, se houver, será posterior a esse tempo (L);
- e) o evento é não-factual, embora haja alguma possibilidade que ele ocorra (P).

As propriedades de Heine (op.cit) contribui na compreensão dos significados modais utilizados para predicar tanto condições internas, como externas, sobre o agente para a realização de uma ação ou evento referido no predicado principal, pois auxilia na detecção dos elementos constitutivos, que envolvem os valores de obrigação, habilidade, permissão, intenção e vontade. A obrigação relaciona-se a condições externa que forçam um agente a executar a ação e pode ser [+ forte] ou [+fraca] (BYBEE; PERKINS; PAGIUCLA, 1984. apud Barros, op.cit.). Considerando-se essas propriedades podemos descrever da seguinte forma os eventos:

- (10) nói vamo muito bem saimo de Goiãna era cinco hora da tarde... chega im Anápi... o caminhão pega... queima a junta do... do do... coisa lá do... cabeçote... Doc.: anhram...
 Inf.: o caminhão p... queimô a junta do cabeçote... e o quê que nói fizemo?...agora um... quê que vai fazê? Então a... tem que posá puraquí... posá aí... aí ele pega... ele tava na caminhonete... ele mais o... o Francisco... Pacheco que era sóço... aí nós esperamo ele chegá lá cum o motorista, esperô ele chegá ah queimô a junta do cabeçote aí tem... cumé qui fais ô... **tem qui trocá...** e... num vai dá pá trocá hoje **tem qui posá... é tem qui posá...** e ocês... aí nós pegô... mandô nós incostá tudo numa pensão lá, im Anápi... na saída duma rodovia lá... caminhão... incostô dois caminhão lá e uma caminhonete... aí na hora lá ele mandô... tudo mundo já sirvino lá... ah... cês pode criá... jantá aí tal coisa, pricisá bo... bora manhã... arrumô quarto lá pá... pá todo mundo lá... rumô quarto lá e pegô na hora da janta lá... e... mendô as mesa... mendô as mesa lá, ele pegô pois duas garrafa de pinga... alembo... justamente no...fosse hoje... a pinga era mé qui chan... daquela Vêi Barrero...(FG)

Em (10), podemos perceber que há uma força (F) que encaminha a ação, expressa em “o caminhão quebrou”, tornando no agente controlador (C), “a gente”, “nóis”, a decisão em “posar, passar a noite, dormir”, ou seja executar a ação. O evento ainda não ocorreu na fala, será posterior (L) abrindo a possibilidade de pouso naquele lugar (P). Pode-se perceber uma

relação objetiva que determina o alcance do interlocutor no contexto da elocução, interpretando a ação obrigatória a partir de uma força que impõe a sobre o agente para a ação.

- (11) Inf. Mais... foi com trabaio... primero parto da minha esposa... quando eu casei né? Ela deu ecrampe... ela tava boa ali... dando... de repente... ela caiu...ficô desmaiada treis dia Doc. Nossa...
- Inf. Lá:: na... na roça... aí foi piciso de vim aqui... meu irmão vei aqui correno i... levô remédio pra ela... mais num tava valeno mais... mais tarde vei otro... i levô:: o dotor Brasil lá... pai desse aí... dotor Brasil véi... pai desse dotor Brasil véi... aí ele foi lá... falô não tem é que levá ela... que *se a criança num nascê... tem que operá...* aí:: pois ela na cama... na rede lá... nós troxe... até no... no certo ponto... no Caxambu... aí Bastião Arrais troxe nós até/qui.(FG)
- (12) ***Governador eleito pode ter de pagar R\$ 80 mil por derrame de santinhos em vias no interior***(JP)

Em (11) temos (F) a força de uma condicional (“se”) expressa pela possibilidade da criança não nascer. O verbo na terceira pessoa, marca o agente, controlador da ação (C) não apresentado, mas pode ser percebido pelo contexto que se trata de “médico”. O evento ainda não ocorreu (L), é também marcado na condicionante (“se”), que registra também a possibilidade, isto é não factuality (P) do evento. De igual modo em (12) a presença do verbo *poder* (em “*pode*”) caracteriza a presença da modalidade epistêmica com alvo no evento em que há a certeza, ou inevitabilidade, que pode ou não ser explícita. A necessidade de ocorrência do EsC é apresentado como certa ou inevitável a ação ou ocorrência descrita. Em (11) e (12) o que Lyons (1977) descreve como uma conexão diretiva condicional, que, segundo ele, não se aplica à existência da obrigação, mas ao conteúdo proposicional diretivo.

Para Neves (2006), tal ocorrência é registrada como coocorrência da modalidade epistêmica na constituição do enunciado afetando a expressão modal deontica enquanto relação, isto é “na probabilidade do bebê não nascer a operação será obrigatória” e “se o governador eleito for julgado culpado pagará a multa”. Dessa forma, temos uma expressão clara do que Neves (2006, p. 183) afirma:

Considerar simplesmente, o contexto linguístico, por mais amplo que ele seja, implica minimizar, ou mesmo descartar, as relações intersubjetivas, em particular a modulação das funções ilocutórias, bastante visível em construções com verbos modais.[...]

Ocorre, pois, que o lexema modal ultrapassa o significado do enunciado, considerado isoladamente, para tocar a função ilocutória do ato de linguagem na interação verbal.

No que tange a análise da forma e função, ao observarmos os usos dos construtos percebemos que há analogia entre as microconstruções *ter que* e *ter de*, pois ambas as formas atendem à mesma função, diferindo, portanto do que preconiza a GT, visto na primeira seção deste Capítulo. Ao longo da realização das análises, percebemos o paralelismo no uso das formas, isto é, não há especificação quanto ao significado de *ter que* ao de *ter de*. Conforme pressupostos da Linguística Cognitiva e da Gramática de Construções, podemos afirmar que essas duas formas estão passando por um processo de pareamento no esquema conceptual da modalidade deontica em que o uso de *ter que* tem prevalecido como representação da microconstrução modal *ter-x*.

A funcionalidade da forma *ter que* pode ser atesta também pela sua alta frequência em diferentes contextos de uso. Em consonância com o que estamos argumentando, apresentamos como exemplo o enunciado de uma informante graduada em Letras, professora de Língua Portuguesa (presume-se um maior monitoramento na fala). Essa ocorrência é de uma Elocução Formal, cujo tema é Criatividade e redação no nível superior de ensino. Em seu discurso, ela utiliza de ambas as formas. Vejamos (13) e (14):

(13) ...as aulas dedicadas à redação... ou seja... o que acontece é que precisa haver uma nota de redação... geralmente de dois em dois meses o professor um dia chega em sala de aula e diz... redação... tema tal... o aluno senta e escreve... o professor dá uma nota... baseado normalmente em critérios formais... ou seja... ele corrige ortografia... sintaxe... morfologia e acabou a aula de redação... ele passa pra noções teóricas... então... nesse trabalho eu sugiro... um outro método... ou seja... primeiro... a primeira coisa... é óbvio... né? ***que tem de haver uma reforma***... no sentido de que os professores sejam bem remunerados... porque com a remuneração que os professores recebem não é possível eles terem tempo para corrigir essas redações... para dar essas redações... para discutir o tema com os alunos... para motivar o aluno... tudo o que seria desejável... ele já não tem... porque o que acontece é que ele é mal remunerado... então ele dá trinta e cinco aulas por semana e mal tem tempo para chegar em casa e poder realmente... corrigir essas redações... bem... então a primeira sugestão é que o governo apóie... os professores... aumente a carga horária e a remuneração... em segundo lugar... que se... motive o aluno... ou seja... se proponha um tema que seja discutido em sala de... por exemplo... (NURC)

(14) então eu pergunto... aonde está... esta visão estrutural do idioma? aonde está esta carga de memorização atenuada... que ele prega no seu prefácio? o que ele faz aqui... é colocar

quatro formas erradas e uma certa... ou seja... a probabilidade é de o aluno gravar a forma errada... porque ele lê... quantitativamente quatro formas... e **tem que saber que uma está certa**... então a probabilidade é de ele gravar a forma errada... não a certa... ele vai... continuar... a dizer precavenha ... ele vai continuar a dizer manteram ... porque... este exercício é fragmentário... e não leva a estrutura nenhuma... do mesmo Gualda... aliás... este aqui eu acho que é do Celso Luft... diz o seguinte... ((inicia leitura)) "assinale a classificação da oração subordinada adverbial em... "chamam-te ilustre... chamam-te subida"... éh... --que mais... hem...? -- "chamam-te subida... sendo digna de infames vitupérios..." Camões ((termina leitura)) em vez de ele me perguntar ao aluno se ele entendeu o que ele leu... se ele sabe o que é vitupério... se ele sabe o que é digna... se ele sabe o que é subida... se ele entendeu... enfim... a frase... ele me dá as seguintes... as seguintes opções... ((reinicia leitura)) "causal... condicional... modal... concessiva... conformativa..." ((termina leitura)) e **o aluno tem que saber que é concessiva**... né? então... não se perguntou... o que é uma concessão... o professor não chegou e disse... ah... "chamam-te ilustre... chamam-te subida..." ou seja elogiam... embora sejas digna... né? de... difamações públicas... por exemplo...(NURC)

Em (13) “**que tem de haver uma reforma...**”, há a imposição da necessidade da reforma de ensino com referências às aulas de redação, e em (13) “e **tem que saber que uma está certa...**”, e em, “**o aluno tem que saber que é concessiva...**”, há a imposição da necessidade do conhecimento sobre o assunto e gramática. Nos dois casos de usos de *ter de*, no primeiro excerto, e *ter que*, no segundo, além de serem intercambiáveis com o *dever*, a força da obrigatoriedade obedece ao mesmo contexto gerativo, porém dada a proximidade entre o sujeito em (13) a interpretação sugere obrigação [+ forte], já em (12), o falante apresenta menos poder sobre o sujeito, sugere mais uma necessidade que propriamente uma obrigação, ou apresenta uma obrigação [+ fraca]. Barros (2012) afirma que no Domínio Deontico pode-se distinguir essas duas formas estabelecendo um cline que vai de obrigação mais forte, imprescindível, e uma mais fraca, associadas aos graus de envolvimento dos falantes, assim como também podem variar de acordo com as propriedades gramaticais, como o que ocorre com verbo mais dinâmicos, por exemplo.

Goldberg (2006) afirma que, a aprendizagem das construções ocorrem com base no *input*, com base nas experiências de mundo e com base nos mecanismos gerais de cognição. Torna-se importante salientar que para a Gramática de Construções os processos inerentes à língua estão interconectados, uma vez as partes da construção, a forma e o significado/função, são unidas por um elo simbólico de interconexão. Da mesma maneira, as construções mantem vínculos, elos, umas com as outras.

Traugott e Trousdale (2013) defendem que a língua é constituída por construções interconectadas, formando uma rede e é possível algum aspecto dessa rede sofrer alteração pelo impacto em outros pontos (ou aspectos). Ou seja, é admissível que a mudança visível em um item seja resultado de outras mudanças ou processos em outras partes da rede, seja nos nós ou nos *links*. Porém, esse é um processo complexo e que não ocorre de imediato, ele acontece em um contínuo e graças à fluidez e à gradiência na língua. Com isso, e observando as análises nas anteriores a funcionalidade e a produtividade de *ter que*, é possível que a dinâmica de mudança no domínio da modalização resulte em uma única forma para o operador modal deôntico, constituído pela forma *ter que*. Além da funcionalidade, convém registrar que a alta produtividade, observada pela frequência de *ter que* em detrimento a *ter de* também coopera para a o predomínio da primeira em detrimento à segunda.

A alta funcionalidade de *ter que* também pode ser comprovada pela análise polissêmica na seção a seguir.

5.4 Cadeia polissêmica da microconstrução *ter que* e *ter de*

Nesta seção, trataremos sobre a cadeia polissêmica da microconstrução *ter que* e *ter de*, uma vez que como elas têm se apresentado produtivas em termos de frequência é provável que parte da explicação para a alta frequência seja pelo alto valor polissêmico. Assim, realizaremos agora uma análise semântico-funcional do fenômeno.

A polissemia é entendida como um fenômeno linguístico caracterizado pela a apresentação de vários significados para uma palavra resultante das relações produtivas e criativas presentes em qualquer língua (CANÇADO, 2008).

Langacker (1991) afirma que a interpretação das sentenças é definida em função de que o autor determina, isto é, o que ele denomina de saliência cognitiva, ou seja, a interpretação das sentenças está na função da manifestação de um mapa cognitivo ou arquivo mental que transporta a noção de tempo/espço para a noção de objetos consumíveis no tempo/espço.

Lyons (1977) alerta para cuidado na distinção entre polissemia e homonímia. Destaca que a polissemia se caracteriza por um léxico com vários sentidos diferentes, e inter-relacionam os sentidos através de um conjunto de componentes semânticos, tornando intersubstituíveis na sentença, que necessariamente está intimamente ligada ao processo central metafórico. Já a homonímia ocorre com a existência de mais de um léxico para o

mesmo sentido, como no caso de *ter que* e *ter de*, uma vez comprovado que ambas são utilizadas nos mesmos sentidos, e mesma função¹⁸.

A polissemia comprova que uma mesma palavra pode ser usada para diferentes significados pelo fato de já formarem uma categoria dentro do sistema conceitual.

Como já foi dito anteriormente, é característica dos deônticos se configurarem em construções com predicados modalizados que têm o traço [+ controle] e sujeito animado, porém isso não é preponderante, pois para se dar conta da análise polissêmica dos modais de maneira geral, e os deônticos se incluem entre eles, é necessário uma explicitação de fatores intervenientes na composição dos possíveis significados contextuais. Neves (2006) afirma que

Mais que a determinação individual de verbos modais na verdade, cabe às investigações explicitar todo o complexo que envolve a modalização dos enunciados efetuados por verbos, complexo que engloba a sintetização da sentença, a ambiência do contexto sentencial e o impacto do contexto na elocução. (NEVES, 2006, p.175).

Assim, cabe à tarefa da distinção polissêmica das microconstruções a análise do contexto, reforçando o que já foi dito em Capítulo 3, o contexto deve ser entendido como:

- a) hipótese que o destinatário utiliza para interpretação da elocução;
- b) elocução específica;
- c) se constitui do significado codificado no conteúdo proposicional da sentença que se dá no âmbito da incidência dele.

Assim, observando:

(15) *Nois tava na roça, e tinha que aprendê a conzinhá, conzinhá pros peão, lavar roupas, limpar casa...tudo. Nois tinha de fazer, e saber fazer bem feito...*(NS)

(16) L1: *ah sim... fizemos tudo... aqueles "sightseeing" você tem que fazer... porque é o: jeito que você tem de conhecer as cidades não é? eles levam... mostram... tal... você conhece tudo que tem de tradicional... e de noite também...*(NURC)

Tanto em (15) como em (16) o campo de significação estabelece ligação semântica com *capacidade*. Para a informante em (15) torna-se necessário adquirir a capacidade para cozinhar, e em (16), dada a subjetividade resultante do uso da microconstrução *ter que* no

¹⁸ Isso poderá ser tratado em uma extensão da pesquisa.

domínio deôntico no qual o falante impõe a si mesmo a noção de obrigatoriedade, envolvendo o domínio epistêmico em que há uma avaliação subjetiva marcada pela interrogação codificando em valores resultantes de habilidade, capacidade permeados pela possibilidade adquirida, assim torna-se necessário realizar excursões, os “passeios” como meio para conhecer as cidades.

Outro fator preponderante na análise da polissemia neste caso, diz respeito à intercambialidade possível entre os operadores modais, no caso, das microconstruções *ter que* e *ter que* com outros verbos dispostos pela normativa culta como deônticos (apresentados em seção anterior). No Quadro 1 vamos observar os valores semânticos detectados para cada verbo.

Quadro 1 - Semântica dos verbos Deônticos

DEVER: 48 sinônimos em 8 sentidos	PRECISAR: 34 sinônimos de precisar para 5 sentidos	NECESSITAR: 15 sinônimos de necessitar para 4 sentidos
1-Obrigação: obriga�o, encargo, responsabilidade, incumbência, imposi�o, atribui�o, compromisso, disposi�o, preceito, d�vida, múnus, parte.	1-Ter de: ter de, ser obrigado a, ter necessidade de, dever, necessitar, carecer.	1-Ter necessidade de algo: precisar, carecer.
2-Trabalho de casa de alunos: trabalho, exercício, tarefa, li�o, matéria, papel.	2-Indicar com precisão: indicar, determinar, definir, apontar, discriminar, especificar, pormenorizar, explicitar, particularizar.	2-Exigir um direito ou necessidade: exigir, requerer, demandar, pedir, reclamar.
3-Cortesia: cortesia, delicadeza, deferência, considera�o, aten�o, respeito, cordialidade, solicitude.	3-Tornar preciso: acertar, ajustar, regular, estabelecer, fixar, marcar, combinar, aprazar.	3-Ter o dever de: dever, ter de, ter que.
4-Ter obriga�o de: ter de, ter que, precisar, necessitar, carecer.	4-Recordar: recordar, lembrar, relembrar, rememorar, evocar, assomar.	4-Obrigar a fazer algo: obrigar, forçar, coagir, constranger, compelir.

5-Ter dívidas: ter dívidas, estar em débito, estar em déficit.	5-Demandar: demandar, requerer, reclamar, pedir, exigir.	
6-Haver a possibilidade: haver a possibilidade, haver a probabilidade, haver a eventualidade, haver a intenção.		
7-Estar agradecido a: agradecer.		
8-Ter compromisso moral: dedicar-se, devotar-se, obrigar-se, consagrar-se, sacrificar-se, aplicar-se, dar-se.		

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bagno (2012, p. 573) e em Dicionário de Sinônimos Online

Dessa forma, podemos analisar que as microconstruções *ter de* e *ter que* operam de maneira polissêmica atendendo a todos esses valores semânticos disponíveis nos três verbos.

Observáveis em:

- (17) comecei a trabalhá como engraxate...comecei a vender coisas pros outros... vendia bolim de arroz... vendia salgado... mas um dia *eu pensei que tinha de trabalha pra mim mesmo i ganhá o meu dinheiro...*(FG)

...ter de = DEVER

{	ter compromisso moral: dedicar-se, devotar-se, obrigar-se, consagrar-se, sacrificar-se, aplicar-se, dar-se.
---	---

- (18) porque a concorrência começou a ser maior... mais aciRRAda... se tornou a competição... com isso... ele foi obrigado a... se adaptar ligeiramente às novas realidades... *mas percebeu que a sua forma de organização tinha que ser alterada... nesse momento...* as multinacionais começam a... perceber que esse tipo de mercado ainda estava praticamente inexplorado...(NURC)

...ter que =DEVER

}	ter compromisso moral: dedicar-se, devotar-se, obrigar-se, consagrar-se, sacrificar-se, aplicar-se, dar-se.
---	---

(19) e às principais motivações... o livro aí do ()... ele... eh... localiza um ponto bastante importante... que é o que ele chama de lutas políticas... ele está se referindo exatamente a essa essência tradicional da economia japonesa tá? quer dizer uma uma situação... eu vou repetir... muito diferente do início da economia americana... tá dando pra situar a diferença? Uma americana nascendo linearmente... etc. etc. e a outra BRIGANDO pra poder nascer... e contando basicamente com o quê?... com a sua mão-de-obra GRANDE... **sabendo que tinha que trabalhar para sobreviver às outras potências**... tá?... e (a)os recursos naturais pequenos... que eram supridos... naquela época... com o quê? com as incursões a outras áreas... **É claro que também temos que admitir... que a realidade terceiro mundo foi descoberta no pós-guerra**... tá (NURC)

ter que[1] = NECESSIDADE } obrigar, forçar, coagir, constranger, compelir.

Ter que[2]= PRECISO } recordar, lembrar, relembrar, rememorar, evocar, assomar

(20) Aí:: a necessidade tamém... que eu sempre trazia Deus... sempre... eu truxe Deus muito próximo de mim... eu sempre senti a presença de Deus e aí:: o rapaz falou assim não eu vô pra cozinha se não der certo... eu vô...eu procuro otro trabalho... e eu fui pra cata trabalhá... eu fui i::: com muito esforço dependia de muita força por qu/é um serviço pesado... **tinha que carregá motor** né... i::: não era fácil... as vezes devido a pôca força e a necessidade que a gente tinha... eu insistia em trabalhá mesmo não aqueitando... eu tinha apenas treze anos eu era muito franzino... muito pequeno i::: (FG)

ter que = NECESSIDADE } obrigar, forçar, coagir, constranger, compelir

(21) **Temos que** debater qual modelo de desenvolvimento queremos para o estado.(JP)

ter que = PRECISAR } Indicar com precisão: indicar, determinar, definir, apontar,

discriminar, especificar, pormenorizar, e explicitar,
particularizar

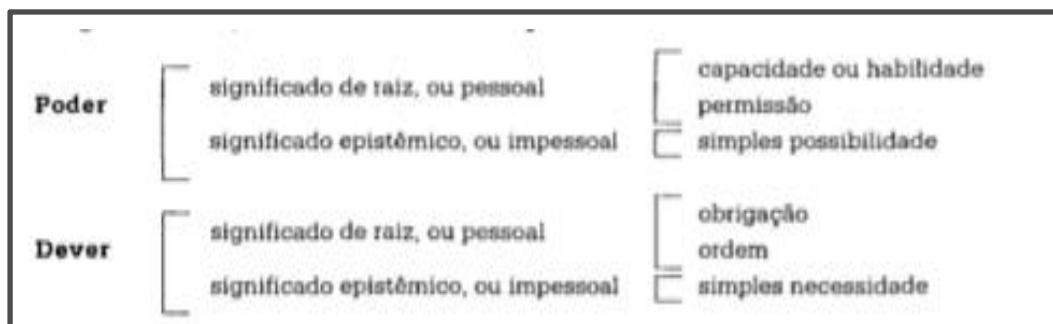
Neves (2006, p. 181) afirma que “os modais interagem com outros elementos linguísticos e extralinguísticos que contribuem para produzir significados sentenciais múltiplos e/ou compatíveis com sua semântica”, sendo assim, na análise torna-se necessário a interpretação dos elementos que circundam todo o enunciado.

Lyons (1977) afirma que existe uma conexão óbvia, entre as noções de necessidade e de obrigação que considera relevantes para a análise semântica entre “must” e as noções de possibilidade e permissão em “may”, e afirma que isso é possível em outros idiomas. Portanto, com base no raciocínio de Lyons, é perfeitamente cabível a conexão entre o *dever*, *precisar* e *necessitar* com a utilização deôntica.

Quando a obrigação é imposta a alguém para executar ou abster-se de executar é um ato específico, e é claro que não se descreve o desempenho presente ou futuro desse ato. A frase denota um sentido que expressa uma proposição, que não descreve o ato em si, ele descreve o estado de coisas que poderá obter ou terá, se o ato em questão for executado. As diretrizes podem ser analisadas, no sentido, de probabilidade. Há enunciados que impõem a alguém a obrigação de tornar verdadeira uma proposição (ou de não fazê-la verdadeiro) provocando (ou abstendo-se de provocar) em algum mundo futuro o estado de coisas descrito pela proposição. A noção de verdade não é, portanto, irrelevante para a análise de diretivas.

Existe numa franca distinção entre modais, numa atribuição de significados básicos, conforme nos mostra a Figura 3, apresentada por Neves (2006, p. 177; 2000, p. 118), com os verbos representativos, *poder* e *dever*:

Figura 3 - Atribuição de significados às modalizações



Fonte: NEVES, 2006, p. 177; 2000, p.118.

Diante disso, podemos apreender que ocorre na análise dos modais a integração da análise do contexto ao qual ele está inserido podendo contribuir com o estabelecimento do

significado, uma vez que os operadores modais, sob o aspecto contextual podem implicar em ambiguidade sistemática que encaminha para a composição do sentido. Isto é, ao tratar os modais deônticos, em especial as microconstruções *ter que* e *ter de*, identificamos os significados de raiz, de capacidade/habilidade, obrigação, ordem e necessidade. Conjugando, assim, o eixo do conhecimento (epistêmico) com o da obrigação, como podemos observar em (21), por exemplo, que ao expressar a necessidade de tornar-se capaz da execução da ação, gera a capacidade/habilidade para o cumprimento do desígnio. Assim:

- (22) INF.:é claro... e o ponto mais BACANA é o aspecto é... da história de () talvez... mas é que em muitos casos o ratinho se salva... eu já vi muitos caras chegarem no último dia do vestibular e passar... realmente é no desespero do ratinho e tem gente que consegue chamar a adrenalina de dentro e dar um salto ()... eu... por exemplo... é terrível... eu já pulei de um edifício para o outro... não era grande não... não era a distância não era terrível não... ***apenas tinha que ter... né... pra pular... porque oito andares...*** mas acontece que eu estava não sei como... jogando bola na rua... de repente eu me vejo com a bola na mão e a patrulha na frente... aquele negócio de bomba... né? você corre e a bomba fica contigo... sim... porque eu não larguei a bola... não larguei... saí correndo e os caras vieram atrás de mim... aí subi a escada pra entrar em casa... entrei no edifício... subi pela porta... não sei por que cargas d"agua passei da porta... não entrei... ((risos)) bom... aí o cara que estava () continuou... quando cheguei lá em cima... não ia entrar na casa dos outros... estava sem bola... aí pulei... o cara ficou parado... olhando... ((risos)) o garotinho com a bola e vice-versa... mas eu nunca faria isso em condições normais... sem o medo que ele estava possuído eu nunca teria () não era () o grande obstáculo... não... mas era perigoso... ***eu tinha que... tinha paredão aqui... e paredão aqui... tinha que colocar pra lá e cair do outro lado...*** é na hora do perigo que a gente faz um negócio desses... então pode ser que algumas adrenalinas escondidas aí sejam capazes de () trabalhar no seu corpo...(NURC)

Temos aqui um caso de correspondência de significados, entendida por Ilari e Geraldini (1986), como sinonímia, que ocorre quando duas ou mais palavras ou sentenças se referem ao mesmo conjunto de fatos no mundo e podem ser substituídas sem alterar o valor de verdade da sentença. Para Cruse (1986 apud CANÇADO, 2008), é impossível falar em sinônimos perfeitos, pois há palavras que podem sofrer algum tipo de especialização de sentido ou uso.

Para a composição da rede à qual as microconstruções *ter que* e *ter de* fazem parte, observamos a participação das nuances de significação de raiz deôntica, ou seja, obrigação, ordem, ou simples necessidade, mas também nos casos especializados desta construção a composição de sentido, na perspectiva da sinonímia, de capacidade e habilidade.

Nuance: Capacidade/ habilidade é estabelecida na disposição, habilitação e capacitação, envolvendo a modalidade habilitativa, e a possibilidade deôntica.

(23) *Para conseguir alcançar a meta, você terá que se esforçar muito.* E Tornar-se insuperável.(NS)

(24) em vez de ele me perguntar ao aluno se ele entendeu o que ele leu... se ele sabe o que é vitupério... se ele sabe o que é dina... se ele sabe o que que é subida... se ele entendeu... enfim... a frase... ele me dá as seguintes... as seguintes opções... ((reinicia leitura)) "causal... condicional... modal... concessiva... conformativa..." ((termina leitura)) e *o aluno tem que saber que é concessiva...* né? então... não se perguntou... o que é uma concessão... o professor não chegou e disse... ah... "chamam-te ilustre... chamam-te subida..." ou seja elogiam... embora sejas digna... né? de... difamações públicas... por exemplo... isto não foi dito... foi dito apenas... e exigido do aluno que ele saiba classificar a oração "sendo dina de infames vitupérios..." então é óbvio que este aluno... aprende a ver a probabilidade maior de uma resposta correta... porque ele não está entendendo nada do que ele está lendo...(NURC)

Nuance: Simples necessidade¹⁹ como apresentado por Lyons (1977) esse valor normalmente procede ou deriva de alguma fonte ou causa. Afirma que, "Se X reconhece que é obrigado a realizar algum ato, geralmente há alguém ou algo que ele reconhecerá como responsável por estar sob a obrigação de agir dessa maneira" (824). Pode ser uma pessoa ou instituição a cuja autoridade ele submete; pode ser um corpo mais ou menos explicitamente formulado de princípios morais ou legais; pode não ser mais do que alguma compulsão interior, que ele dificilmente conseguiria identificar e tornar preciso (Tradução da Autora).

(25) Doc. () por que você parou o curso de computação?...
Inf. *uai porque tinha que trabalha né... ah o dia todo né...*(FG)

¹⁹ "[] deontic necessity typically proceeds, or derives, from some source or cause. If X recognizes that he is obliged to perform some act, then there is usually someone or something that he will acknowledge as responsible for his being under the obligation to act in this way. It may be some person or institution to whose authority he submits; it may be some more or less explicitly formulated body of moral or legal principles; it may be no more than some inner compulsion, that he would be hard put to identify and make precise." (LYONS, 1977, p. 824).

- (26) eu sei que ela tem três hidrogênios ácidos... se é a molécula do H₂SO₄... eu sei que ela tem dois... hidrogênios ácidos... então eu sei que essa molécula aqui... tem três equivalentes... por cada mol... essa aqui tem apenas dois equivalentes... então... se cinquenta jovens têm cem braços... uma solução dois molar... dois eme... de H₃PO₄ é seis normal... sem maiores complicações... nitidamente... quem quiser ver diferente é porque não está querendo enxergar... mas não é de maldade não... eu quero mostrar o contrário... a gente não enxerga por bloqueio... e *esse bloqueio é que tem que acabar...* não há diferença entre jovens e molécula... mesma coisa... só que não vai pra escola... mais nada... bom... então... vou tentar mostrar de novo...(NURC)

Nuance: Obrigação. Relacionada à Modalidade Deontica pode ser externa ou interna, impondo ao sujeito o traço [+ humano], sendo este (sujeito) o qualificador na relação do falante e o EsC descrito, permitindo as nuances de significado (DALL'AGLIO-HATTNER, 1995; NEVES, 2006; BARROS, 2012 e outros).

- (27) um dia antes eu pedi pra elas lavá...porque tava no papel... tava escrito também... ele deixou escrito né... tipo assim... também foi é *elas que tinham que fazer né... o:... mas eu tinha que insisti né...*
- (28) Para manter convênio, *prefeituras vão ter que apresentar contrapartida de até 50%*; antes era 1%(JP)

Os aspectos semânticos descritos nessa seção representam a busca na identificação dos contextos semânticos e pragmáticos que impulsionam a expansão do uso das microconstruções em análise, em especial a ter que, numa trajetória entre domínios modais (epistêmicos-deonticos-volitivos). Isso já foi demonstrado nos estudos de diversas línguas que apresentam um *continuum* dos valores deonticos como também dos valores epistêmicos evidenciando que a mesma forma pode ser usada para dois tipos de modalidade (BYBEE; FLEISCHMAN, 1995; NEVES, 2000, 2002, 2006, 2018; e outros), que em alguns casos instaura o que Neves (2006, p. 180) considera como “leitura preferida”, ou são vistos como como uma função da interação entre o modal e outros elementos linguísticos ou extralinguísticos presentes nos enunciados.

Na intercambialidade entre as microconstruções e outros verbos, considerados prototípicos para os valores deonticos (*dever, precisar e necessitar*), Neves (op. cit.) descreve os estudos de Silva-Corvalán (1995) em que é apontado sinonímia, admitindo a possibilidade

de escolha de uma expressão no lugar de outra com fundamentos em seus significados básicos (como foi apresentado no Quadro 1 desta seção).

Ressaltamos que para a Gramática de Construções todos os processos inerentes à língua são interconectados, uma vez, da mesma forma que existe a união simbólica entre a forma e o significado/função, há uma conexão entre os processos cognitivos. Portanto, não há uma separação concreta entre os níveis da língua, o que existe é um contínuo que envolve desde as menores unidades da língua até padrões complexos. O exercício que se desenvolveu nesta seção foi apenas para atestar a efetiva ação da microconstrução nos nuances de domínios conceituais, que, por sua vez, constituem o esquema conceptual dos modalizadores.

5.5 Rede construcional

Retomando os fundamentos da Gramática de Construções e da Linguística Centrada no Uso, tendo em vista a abordagem construcional propusemos a construção da rede que compõem organização conceptual dos modais, dentre os quais os deônticos e por fim as microconstruções *ter que* e *ter de*.

Na perspectiva da Gramática de Construções a língua é apreendida por uma rede de construções, e pode ser identificada através um pareamento de forma e função complexo, e das associações desse pareamento em uma rede (GOLDBERG, 2006; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; CROFT, 2001; 2007).

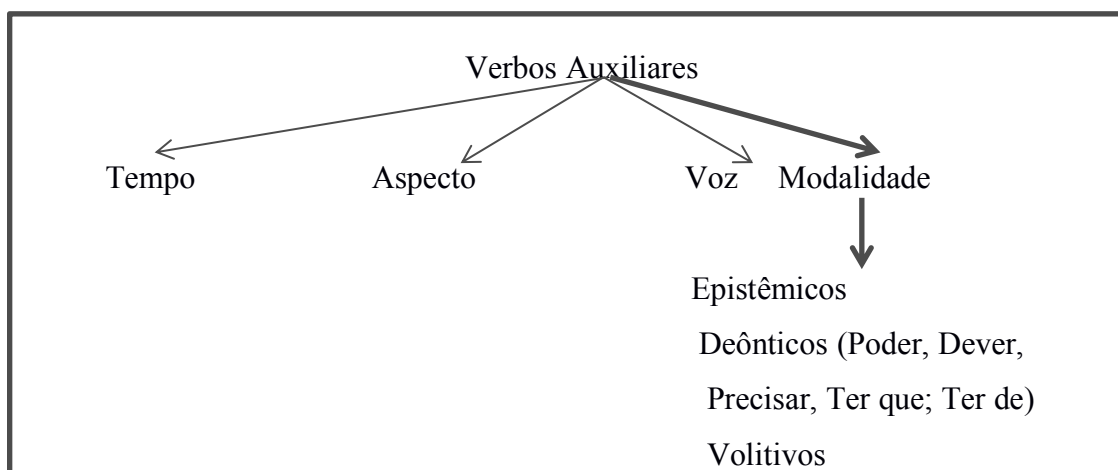
Para a compreensão da estrutura que iremos apresentar, trataremos algumas noções, imprescindíveis para a ideia de rede, já abordadas anteriormente, mas serão retomadas favorecendo assim uma melhor compreensão da proposta elaborada.

Inicialmente recuperamos a noção de que a estrutura da rede obedece a forma hierarquizada, na qual há a presença de quatro níveis os quais são, esquema, subesquema, microconstrução e construto (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Por Esquema entendem-se as construções mais genéricas da rede. São as estruturas mais complexas com maior possibilidade de preenchimentos ou *slots*. Já os Subesquemas são compostos pelo conjunto de similaridades que é observável entre as construções individuais. E a Microconstruções são as construções individualizadas e produtivas no uso da língua. Por fim, os Construtos que consistem nas ocorrências empiricamente comprovadas, nos quais se concretizam os locus da mudança que, segundo Bybee (2011), se relacionam ao número de expressões possíveis em uma determinada categoria.

Assim, como já apresentado nesta pesquisa no Capítulo 2, retomamos a configuração estrutural da hierarquia dos auxiliares:

Figura 4 – Gradiente de relações hierárquicas entre construções



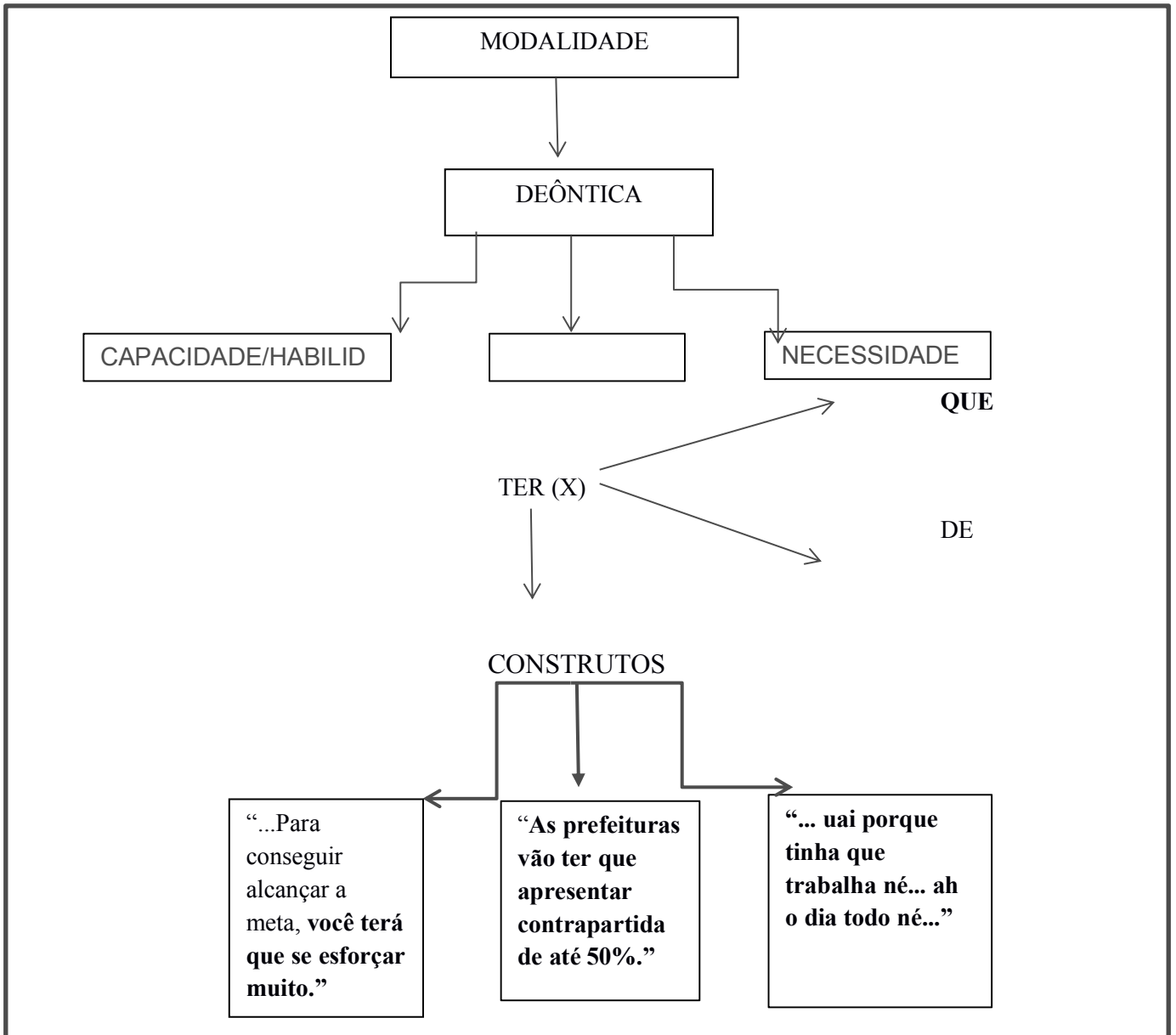
Fonte: Elaborada pela autora

Com a expansão de usos de construções com verbos auxiliares foi possibilitando o aumento da frequência para modais, observado por diferentes estudiosos que não estabeleceram um consenso em relação a sua hierarquia, mas como a microconstrução em estudo é oriunda do processo de auxiliariade, interpretamos e projetamos essa hierarquia no esquema abstrato e conceptual conforme mostrado na Figura 4 (acima), porém entendemos que

A atitude do falante/escritor quanto ao conteúdo proposicional pode ser expressa através de diversos recursos linguísticos: **verbos plenos indicadores de crença ou saber, adjetivos em posição predicativa, verbos auxiliares ou semi-auxiliares, advérbios, substantivos e, ainda, através das categorias gramaticais de tempo/aspecto/mo**do (cf., por exemplo, RIGONI COSTA, 1995; NEVES, 2002). É a existência dessa diversidade de estratégias linguísticas utilizadas pelo enunciador para expressar sua atitude/avaliação em relação ao que diz, ou seja, em relação ao conteúdo proposicional do seu enunciado, que conduz Palmer (1986, p. 16) a considerar modalidade “como a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjctivas) do falante.” (BARROS, 2012, p. 50-51n). (Grifo nosso).

Com base na proposta feita por Traugott e Trousdale (2013), esquematizamos a seguinte rede hierárquica para a modalização:

Figura 5 - Rede Conceptual dos Modalizadores

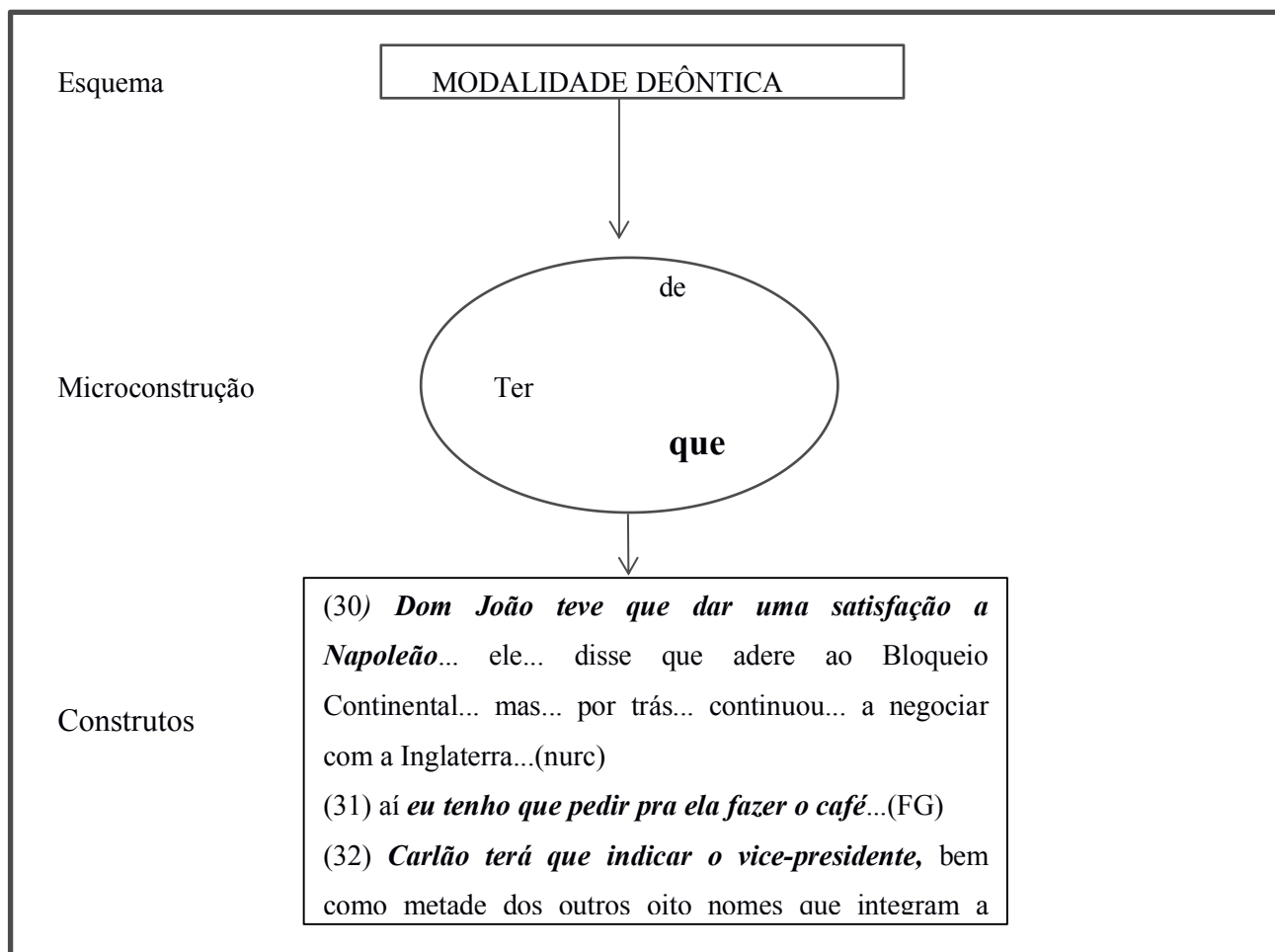


Fonte: Elaborado pela autora

Segundo Traugott e Trousdale (2013) cada nó designa uma construção em algum nível de abstração. Um só nó abrange uma forma e um sentido, com alternâncias em graus de complexidade e especificidade, abrindo possibilidade de estabelecer *links* semânticos, pragmáticos, discursivos, sintáticos, morfológicos, etc. com outros nós, estabelecendo, dessa forma, vínculos com outros nós da rede de variadas maneiras. Com base nessa premissa, compreendemos que a cada um dos sentidos possíveis de ser expresso pela microconstrução

configuram nuances da modalização deôntica estabelecidas pelos elos. Nesse sentido, tendo como referência a rede proposta na figura 3, podemos construir outra rede hierárquica a partir dos valores diferentes assumidos pelas microconstruções, como o que está proposto a seguir:

Figura 6 – Representação do Esquema da Construção Modal



Fonte: Elaborada pela autora

Goldberg (2006) chama a atenção para a importância de reconhecer o conhecimento de itens específicos que existem junto às generalizações. Ao absorver o conhecimento de construções específicas, é possível abstrair um padrão esquemático, uma generalização, que ocorre, quando níveis de abstrações estão gravados na mente e são acionados quase que automaticamente obedecendo ao parâmetro da produtividade, quando fixamos informações e acionamos uma estrutura argumental específica, isso influencia a compreensão do falante. Além disso, salienta que, por meio do elo simbólico de correspondência, as propriedades da forma e do significado convencional estão intimamente ligadas e têm relação direta na materialização da língua, ou seja, no uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseada nos pressupostos teóricos da LFCU, com referência ao *Usaged-based-model*, do Funcionalismo Clássico e da Gramática de Construções, esta pesquisa analisou os usos na sincronia atual das microconstruções *ter que* e *ter de* envolvendo os elementos dos níveis sintático, semântico e pragmáticos e também os processos conceptuais que integram as construções. Foi realizado o recorte de uma investigação mais abrangente sobre o verbo *ter* e sobre as modalidades deônticas a partir dos trabalhos de Barros (2012), Dall’Aglio Hatnher (1995), Peixoto (2010), dentre outros. Em relação à especialização de *ter que* e à baixa frequência de uso de *ter de* tornaram mais instigantes os estudos das microconstruções deônticas, uma vez que há uma maior complexidade na conceptualização descritiva do evento.

Estudar a modalização deôntica e tudo que se aplica aos usos das microconstruções *ter que* e *ter de* a partir do esquema conceptual de **ter X** foi adentrar num arcabouço de teorias que se cruzam e interpõe na tentativa de analisar e descrever um objeto dentro de uma estrutura complexa mas ricamente cheia de nuances teóricas que nos conduzem a estudos cada vez mais aprofundados.

Considerando os critérios de frequência e produtividade, selecionamos, nos *corpora*, as ocorrências com as microconstruções utilizando o Fala Goiana como referencial de transcrições de fala informal, cujos informantes são de baixa escolarização, nas quais houve a percepção do objeto em estudo de forma satisfatória para a análise pretendida. Porém para confirmação dos dados apresentados sobre a hipótese e o alcance dos objetivos propostos buscamos nos dados escritos de Jornal Impresso, também de Goiás (JP), e no NURC do Rio de Janeiro a fim de considerar diferentes variantes do Português Brasileiro.

Ao analisar sobre o processo de construcionalização das microconstruções dos modalizadores deônticos no PB, falado e escrito, à luz da Linguística Centrada no Uso (LCU) e da Gramática de Construções percebemos que a microconstrução, *ter que* e *ter de*, tem sua origem séc. XVIII, em que o uso do verbo *ter* aparece como expressão modal, na forma *ter de*, e acoplado ao especialista *que*, oferecendo à microconstrução uma predominância de uso em 85%, das ocorrências detectadas. O uso dessa microconstrução impacta a representação deôntica no PB, alterando também a esquematicidade uma vez que de acordo com os dados

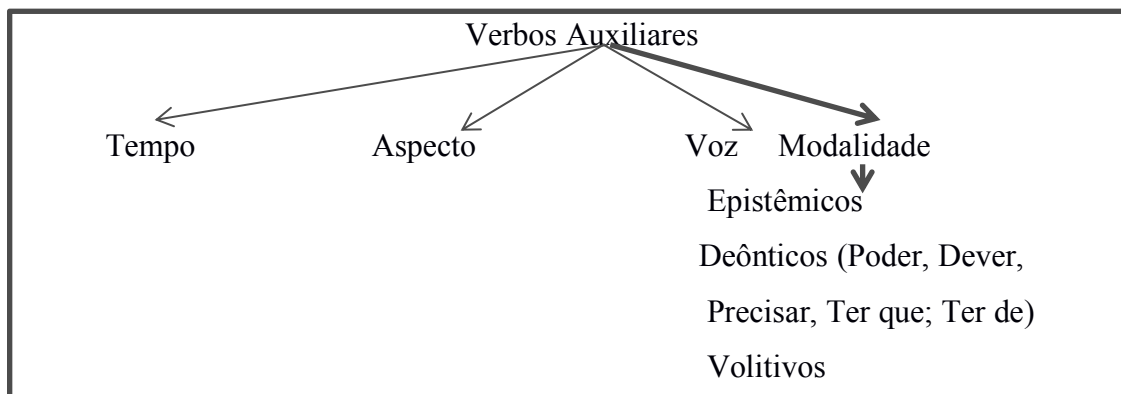
apresentados estamos diante de um possível uso especializado. Vale ressaltar que mesmo na escrita *ter que* assume maior relevância de usos, contrariando os preceitos da GT, porém foi detectado que há uma resistência ao uso de *ter que*, observável pela opção de escrita pelo uso do verbo *dever*, deôntico prototípico para os linguistas contemporâneos. Vale ressaltar que devido a poucas ocorrências de *ter + de*, nas modalidades de fala como na escrita, não foi possível indicar muitas especificidades diferenciais entre as duas, porém constatamos que as duas microconstruções compartilham a maioria das propriedades descritas. Podemos afirmar que, como as duas construções codificam as mesmas funções no domínio modal deôntico, podem ser consideradas variantes de uma mesma variável, conclusão corroborada por outras pesquisas feitas sobre o tema.

Embora haja uma preferência ao *ter de* por imposição das práticas tradicionais, o *ter que* tem assumido a função polissêmica deôntica mais usual, estabelecendo na mente dos usuários uma relação direta com os modalizadores que expressam as nuances deônticas. Foi observada uma relação próxima do Espanhol *tener que* com a microconstrução *ter que*, tratando assim de uma herança das perífrases modais, contribuindo para o seu fortalecimento no PB. Não se trata aqui de semelhanças morfológicas, mas sim semelhanças funcionais, uma vez que *tener que* no Espanhol é intercambiável direto de *deber*, que no PB, está processo de especialização como modal epistêmico, cujos valores semânticos oferecem maior veracidade ao dito, portanto apresentam uma força maior ao serem utilizados (BARROS, 2012).

Diante do processo de mudanças ao qual a língua se submete, e ser a gramaticalização uma estratégia do falante e a reanálise uma estratégia do ouvinte, é admissível que a microconstrução *ter que* seja predominante representativa deôntica no PB, pela produtividade e expressar valores de verdade à proposição, com isso estar mais acessível ao falante.

A aplicação das teorias propostas da Gramática de Construções propiciou a constatação da modalidade como integrante de um domínio conceptual mais amplo e *ter que* e *ter de* como microconstrução configurando uma rede de operadores deônticos atendendo a diferentes nuances representada na figura 1 abaixo.

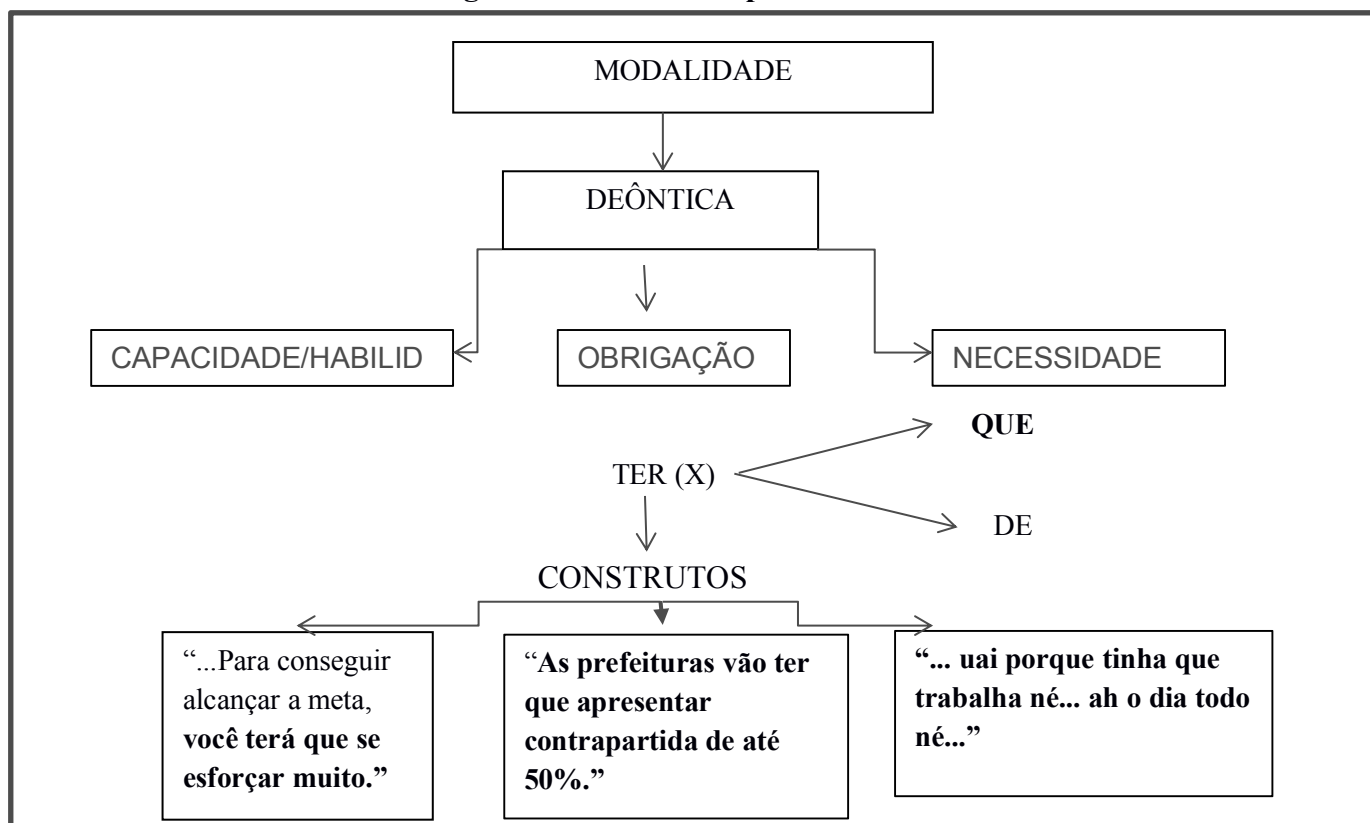
Figura 1 – Gradiente de relações hierárquicas entre construções



Fonte: Elaborada pela autora

Tendo como base os estudos funcionalistas e cognitivos entendemos que os modais se especializam tornando-se uma domínio conceitual, constituindo sua própria rede, apresentada na Figura 2 a seguir. Constatamos também que as microconstruções são apontadas como semi-auxiliares, pois mantem traços de auxiliaridade com restrições em pontos fundamentais para uma categoria auxiliar. Consideramos para a percepção em rede compondo um nó advindo da auxiliaridade devido o percurso construcional.

Figura 2 – Rede Conceptual dos Modalizadores



Fonte: Elaborado pela autora

As concepções sobre modalidade, assim como sua tipologia não é consensual entre os estudiosos, optamos pela descrição feita por Neves (2006, 2018) como princípio de direção dos estudos realizados.

Com base na hierarquia das redes construcionais proposta por Traugott e Trousdale (2013), verificamos que as microconstruções no nível mais abstrato – pertencem ao esquema deôntico do tipo *ter* (x), o qual se especializou nos subesquemas ou microconstruções em *ter que* e *ter de*.

Quanto ao papel semântico desempenhado pelos verbos modais percebemos que na polissemia atribuída na configuração deôntica, as microconstruções, assumem as nuances de habilidade e capacidade, obrigação e simples necessidade, e as assumindo a intercambialidade, atendendo ao interseccionamento realizado. Como também há pactuação, ou amalgamento de *ter + que* nos usos da microconstrução, na medida em que, cada vez mais estão sendo utilizados como expressão não composicional, e os elementos de interposição não oferecerem barreiras semânticas.

A análise permitiu compreender que na modalidade falada independente do valor modal expresso, a microconstrução caracteriza-se por apresentar uma perífrase com verbos no infinitivo, cujo sujeitos com traços semânticos [+ humano], em contextos nos quais instanciam uma relação nos domínios da ordem, que pode ser explicada pela fonte da imposição advindo de uma circunstância externa, e nos domínios da habilidade e capacidade, da simples necessidade e da obrigação, que podem ser advindos tanto da fonte interna como externa, a justificativa corresponde às premissas do raciocínio inferência da modalidade deôntica.

Para finalizar retomamos a hipótese inicial que sugere a especialização da microconstrução *ter que* e o apagamento de *ter de*, ressaltamos que predomínio de *ter que* exige maiores reflexões, pois pode ser que a generalização desta envolva a produtividade do elemento que na constituição das construções como o que acontece em parecer que, dizer que, querer que, que neste trabalho não foi possível ser analisada devido ao percurso de estudo para as considerações apresentadas. Esse assunto portanto torna-se objeto de análise em trabalhos posteriores.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editoria, 2012.

BARROS, D. M. **Aspectos funcionais relativos ao (des)uso do reflexivo na fala goiana**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

BARROS, D. M. de; CASSEB-GALVÃO, V. C. **A organização cognitiva da gramática**. (No prelo).

BARROS, E. de. C. M. de. **Construções modais com ter: gramaticalização e variação**/Elzimar de Castro Monteiro de Barros. – Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2012.

BYBEE, J. L. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____. Usage-based theory and grammaticalization *In*: NARROG, Heiko; HEINE, Bernd (Eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 2011.

_____. Mechanisms of change in grammaticization: The role of frequency. In Joseph and Janda, eds., 602–623. (Reprinted as Chapter 16 of Bybee 2007.), 2003.

_____. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

BYBEE, J. L.; FLEISCHMAN, S. (Ed.) **Modality in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [2006] 2008. p. 671

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. (coord.). **Gramática do Português Culto falado no Brasil**. ILARI, R.(org.). São Paulo: Contexto, 2014.

CASSEB-GALVÃO, V. C. **O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização**. 1999. 170 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1999.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *et al.* The expressibility of modality in representational complement clauses in Brazilian Portuguese. **Revista: Alfa**, São Paulo 189-212, 2007.

CANÇADO, M. **Manual Semântico: Noções Básicas e Exercícios**. Belo Horizonte: UFMG, V. 1. 2008.

CROFT, W. **Radical Constructions grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Color**. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 1995.

Dicionário de Sinônimos Online. Disponível em <<https://www.sinonimos.com.br/>>. Acesso em 24/11/2019.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces**. Cambridge: MIT Press, 1985.

FERREIRA, A. B. de. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FILLMORE, C. J. **The mechanisms of 'Construction Grammar'**. In Axmaker, Jaisser, and Singmaster, eds., 35–55. 1988.

FURTADO DA CUNHA, M. M.; BISPO, E. B. Abordagem Construcional Da Mudança Linguística 1. **Revista Eletrônica do Netlli**: Macabéa, v.8. n.2., jul-dez. 2019, p. 87-108.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. A.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística Funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. **Constructions at work. The nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEINE, B. **Cognitive Foundation of Grammar**. New York: Oxford University Press, 1995.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O Verbo. *In: ILARI, R. (Org.). Gramática do português culto falado no Brasil: palavras de classe aberta*. v. 3. São Paulo-SP: Contexto, 2014.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1986.

JORNAL O POPULAR. 23 de outubro de 2018, p. 7.

_____. 13 de outubro de 2018, p. 5.

_____, 1º de maio de 2019, p. 6, 4, 12, 8.

_____, 30 de abril de 2019, p.19, 13,7, 6, 11, 17.

_____, 1º de novembro de 2018, p. 7, 6,4.

_____, 8 de outubro de 2018, p. 7, 18.

_____, 9 de outubro de 2018, p. 4, 5.

LANGACKER, R. W. **Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites**. v. 1. Stanford: SUP, 1987.

_____. **Foundations of Cognitive Grammar**. Stanford, Cal.: Stanford University Press, 1991.

_____. **Cognitive Grammar: A basic Introduction**. Oxford: Oxford Press, 2008

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.2.

LUFT, C. P. **Dicionário prático de regência verbal**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M. H. M. **A Gramática de usos do Português Brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Guia de Usos do português: confrontando regras e usos.** São Paulo: UNESP, 2003.

_____. Estudo das construções com verbo-suporte em português. *In:* KOCK, I. G. V. (org.). **Gramática do português falado VI: desenvolvimentos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 209-236.

_____. **Texto e Gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A Gramática do Português: Revelada em textos.** São Paulo: UNESP, 2018.

_____. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. **Revista Alfa,** São Paulo, n. 44, 2000. p. 115-145.

PEIXOTO, C. S. **Polissemia nos usos do verbo ter: arbitrariedade ou iconicidade.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP/São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2010.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da Língua Portuguesa.** 47. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa.** 7. ed. Coleção Antônio de Morais Silva: Estudos de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, [1966], 2008.

SILVA, A. S. Imagery in Portuguese causation/perception constructions. *In:* LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK, B; KWIATKOWSKA, A. (eds.). **Imagery in Language. Festschrift in Honour of Professor Ronald W. Langacker.** Frankfurt/Main: Peter Lang, 297-319, 2004.

_____. A linguística cognitiva uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. **Revista Portuguesa da Humanidades.** Ano: 1997, Vol. 1, Fases 1-2. Fonte: <http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>.

SILVA, A. S. da.; BATORÉO, H. J. **Gramática Cognitiva: estruturação conceptual, arquitectura e aplicações.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/290790148>. 2010.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática, 2004.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

TRAUGOTT, E. C. "All that he endeavoured to prove was...": on the emergence of grammatical constructions in dialogal and dialogic contexts. In: COOPER, R.; KEMPSON, R. (Eds.). **Language in flux: dialogue coordination, language variation, change and evolution**. London: Kings College Publications, 2008, p. p. 143-177.

_____. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: DAVIDSE K.; VANDELANOTTE L.; CUYCKENS H. (ed.). **Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization**, Berlin: Gruyter Mouton, 2010, p. 29-70. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~traugott/resources/TraugottDavidseIntersbfn.pdf>. Acesso: 25 jul. 2019.

_____. **Toward a coherent account of Grammatical Construcionalization**. Draft for a volume on historical construction grammar edited by Elena Smirnova, Jóhanna Barðdal, Spike Gildea, and Lotte Sommerer. March 2nd, 2012.

_____. **The status of onset contexts in analysis of micro-changes**. Draft version. For Merja Kytö, ed. *English Corpus Linguistics: Crossing Paths*. Rodopi, 2008.

TROUSDALE, G. **A constructional approach to lexicalization processes in the history of English**: Evidence from possessive constructions. *Word Structure* 1: 156–177, 2008.

_____. Grammaticalization, constructions, and the grammaticalization of constructions. In DAVIDSE, K. *et al.* **Grammaticalization and Language Change: New Reflections**, 167–198. Amsterdam: Benjamins, 2013.